

Victor Manoel Andrade

Um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência

*A “Psicanálise Maior”
prevista por Freud
torna-se realidade no
século XXI como
metapsicologia científica*

Um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência

A “PSICANÁLISE MAIOR” PREVISTA POR FREUD TORNA-SE
REALIDADE NO SÉCULO XXI COMO METAPSICOLOGIA
CIENTÍFICA

VICTOR MANOEL ANDRADE

Um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência

A “PSICANÁLISE MAIOR” PREVISTA POR FREUD
TORNA-SE REALIDADE NO SÉCULO XXI COMO
METAPSICOLOGIA CIENTÍFICA

© 2016 Casapsi Livraria e Editora Ltda.
É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, para qualquer finalidade, sem
autorização por escrito dos editores.

1ª Edição
2003

2ª Edição
2009

Editores
Ingo Bernd Güntert e Silésia Delphino Tosi

Produção Gráfica & capa
Renata Vieira Nunes

Editoração Eletrônica
Kátia Borba

Revisão Gráfica
Neuza Alves e Adriane Schirmer

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andrade, Victor Manoel

Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência: a “Psicanálise Maior”
prevista por Freud torna-se realidade no século XXI como metapsicologia científica / Victor Manoel Andrade. —
São Paulo: Casa do Psicólogo®, 2016.

Bibliografia.
ISBN 85-7396-272-0

1. Freud, Sigmund, 1856-1939 – Psicologia 2. Neurociências
3. Psicanálise I. Título II. Título: A “Psicanálise Maior” prevista
por Freud torna-se realidade no século XXI como metapsicologia
científica.

03-6035

CDD- 150.1952

Índices para catálogo sistemático:

1. Metapsicologia científica: Psicanálise e neurociência:
Psicologia freudiana 150.1952

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à



Casapsi Livraria e Editora Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1.500 – Cj. 51
Ed. New York – Barra Funda – São Paulo/SP
CEP 05001-100 Tel.: (11) 3672-1240
www.pearsonclinical.com.br

*A Daniel, Yasmin, Flávio, Júlia e Victor,
evidências afetivas de que a vida merece ser preservada,
defendida e transmitida, a fim de ser perpetuada.*

“Em seis meses seu bebê ia nascer. Uma coisa que tinha sido uma simples célula, uma colônia de células, um pequeno saco de tecido, uma espécie de verme, um peixe potencial com guelras, se movia em seu útero e um dia se tornaria um homem — um homem crescido, sofrendo e se alegrando, amando e odiando, pensando, lembrando, imaginando. E o que tinha sido uma gota gelatinosa dentro de seu corpo inventaria um deus e o adoraria; o que tinha sido uma espécie de peixe criaria o bem e o mal e, tendo-os criado, iria tornar-se o campo de batalha para a disputa entre os dois. O que tinha vivido cegamente dentro dela como um verme parasita iria olhar para as estrelas, ouviria música e leria poesia. Uma coisa iria desabrochar-se como pessoa, minúscula massa informe iria tornar-se um corpo humano, uma mente humana.”

Aldous Huxley: Point Counter Point

SUMÁRIO

Prefácio	11
----------------	----

Introdução	17
------------------	----

PRIMEIRA PARTE: O PROJETO FREUDIANO COMO UMA METAPSICOLOGIA.....	27
---	----

1. O <i>Projeto</i>	27
2. A Metapsicologia.....	38
3. O conceito de <i>Trieb</i> e as controvérsias a seu respeito.	49

SEGUNDA PARTE: A ESTRUTURAÇÃO DO PSIQUISMO – DO AFETO À CONSCIÊNCIA	67
--	----

4. O conceito metapsicológico de afeto.....	67
5. Estruturas afetivas: o afeto como ponto de partida.....	69
6. Estruturas ideativas.....	78
7. Pensamento e consciência	84
8. A psicanálise freudiana como psicologia evolucionária....	86

TERCEIRA PARTE: DIÁLOGO ENTRE A PSICANÁLISE E A NEUROCIÊNCIA.....	91
--	----

9. A teoria freudiana do desenvolvimento e a neurociência	91
10. A mente como sistema fechado	93
11. Aspectos neurocientíficos dos afetos	99

12. Ligação intersubjetiva: <i>attachment</i> e relação objetal.....	103
13. Evidências neurocientíficas do inconsciente	116
14. Aspectos neurocientíficos do sonho.....	146
15. O inconsciente freudiano e a neurociência	154

QUARTA PARTE: IMPLICAÇÕES TÉCNICAS DO DIÁLOGO COM A NEUROCIÊNCIA	157
---	-----

16. O fator afetivo na técnica psicanalítica.....	157
17. Evolução da técnica psicanalítica – aspectos metapsicológicos	161
18. A neurociência e os progressos no campo da teoria da técnica.....	175
19. Conclusão: metapsicologia científica e “psicanálise maior”	191

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
----------------------------------	-----

PREFÁCIO

Cerca de trinta anos de estudo sistemático da metapsicologia conduziram minha investigação para aquela região que Freud, referindo-se aos sonhos, chamou de *umbigo*, malha indistinta em que o psicológico mergulha no desconhecido — mais precisamente, no biológico. A partir daí, aprofundar a pesquisa implica penetrar nas raízes biológicas do psiquismo e conhecer-lhes os meandros, mesmo não sendo um especialista no campo. Fato semelhante ocorre com a biologia: ao chegar à fase molecular da vida, imbrica-se com a química e a física. Com o objetivo de penetrar mais fundo na metapsicologia freudiana, tive há algum tempo de adentrar o terreno da biologia, a princípio pelas portas da etologia e mais tarde pelas da neurociência, em uma perspectiva da teoria evolucionária. Com isso, não fiz senão seguir a trilha sinalizada por Freud, para quem as hipóteses teóricas da psicanálise seriam um dia explicadas pela biologia.

Da mesma forma que o aprofundamento na metapsicologia conduz à biologia, em contrapartida, o avanço desta, em sua vertente neurocientífica, tem levado ao âmago dos fenômenos psíquicos, cujas origens orgânicas tornaram-se passíveis de ser vislumbradas. No momento em que os dois diferentes campos convergem para o mesmo objeto de estudo, é criada uma interface cuja exploração se faz necessária mediante um diálogo entre os dois ramos do conhecimento. Foi com essa finalidade que me propus a escrever este livro, tentando expor os aspectos principais da psicanálise que podem ser beneficiados pelos conhecimentos da neurociência, com os olhos voltados antes de tudo para nossa prática clínica. Embora não seja um especialista na neurociência — estou longe disto, mas minha formação médica me permite pelo menos acompanhar seu desenvolvimento e estar informado de seus avanços —, aventurei-me também a indicar algumas contribuições da psicanálise que podem ser úteis à neurobiologia, particularmente os advindos de nossa técnica terapêutica.

Tive a intenção de me dirigir precipuamente a psicanalistas, sobretudo àqueles empenhados no estudo da metapsicologia e na fundamentação teórica da técnica. Evidentemente, tenho a esperança de que neurocientistas interessados no diálogo com a psicanálise tomem conhecimento das idéias aqui expostas. Apesar de ter em mente público específico ligado à psicanálise e à neurociência, procurei usar linguagem tão simples e objetiva quanto possível, de modo a ser entendido por qualquer pessoa culta com curiosidade sobre o psiquismo humano disposta a fazer pequeno esforço intelectual. Com o objetivo de ser claro, lancei mão de certa dose de didatismo, podendo com isto tornar-me repetitivo e enfadonho para os familiarizados com o tema. Entretanto, considerando que os psicanalistas de um modo geral desconhecem a neurociência, tanto quanto os neurocientistas ignoram a psicanálise, corri esse risco calculadamente. Ademais, a experiência adquirida como analista didata, transmitindo a psicanálise há um quarto de século a colegas dos mais variados níveis de experiência, me faz acreditar que a obscuridade inerente à metapsicologia requer esse tipo de exposição. Afinal, o próprio Freud manifestou com certo desalento sua dificuldade de transmitir as idéias metapsicológicas, ao se expressar da seguinte forma:

Ao aventurar-me em tentar penetrar mais profundamente na psicologia dos processos oníricos, assumi uma tarefa árdua, à qual meus poderes de exposição dificilmente podem se igualar. Elementos deste complicado todo, que são na realidade simultâneos, só podem ser representados de maneira sucessiva em minha descrição dos mesmos (...); está além de minhas forças superar dificuldades como essas (1900, p. 588).

Além dessa dificuldade intrínseca, a articulação entre a psicanálise e a neurociência constitui novidade delicada o suficiente para merecer exposição tão cautelosa quanto possível. Há que ter em mente também que, apesar de os anos 90 terem sido considerados a *década*

do cérebro, a neurociência encontra-se apenas no início da caminhada conducente ao desvendamento do psiquismo por via cerebral, embora o pouco que pôde ser mostrado seja suficiente para dar idéia segura do caminho a ser explorado. Não tive a pretensão de esgotar nenhum assunto nem de expor sistemas prontos, mas apenas de trazer idéias à reflexão, até mesmo porque estamos ainda nas preliminares de um diálogo cujas conseqüências não são ainda previsíveis. Por isso, não é escopo deste livro fazer uma tradução neurocientífica de fenômenos psíquicos, ou vice-versa, mas tão-somente mostrar evidências que apontam nessa direção, sobre as quais suponho necessário refletir. Não seria exequível examinar aqui todos os elementos que possam fazer parte desse diálogo, daí me limitar àqueles que me pareceram mais claramente adequados ao estágio atual de confluência dos dois campos. Dei preferência àqueles tópicos que podem convergir para a compreensão do aspecto mais característico da psicanálise, que a distingue de qualquer outro tipo de conhecimento: a técnica, focalizada na perspectiva de uma metapsicologia científica das relações intersubjetivas, expressão de uma “psicanálise maior” derivada da psicologia do ego – esta, segundo a previsão de Freud (1916/17), um dia superaria a da libido reprimida.

Objetivando sistematizar a exposição, de modo a torná-la tanto quanto possível livre de obscuridades, dividi a obra em quatro partes. Na primeira, faço comentários sobre o projeto freudiano inicial de escrever uma psicologia geral para neurologistas, bem como o abandono dessa idéia e sua substituição pela psicanálise propriamente dita, concebida como uma metapsicologia. Na segunda, procuro dar um apanhado geral da formação e do desenvolvimento da estrutura do aparelho psíquico de acordo com o projeto metapsicológico freudiano. Na terceira, mostro evidências neurocientíficas de fenômenos estudados pela psicanálise, que constituem o diálogo propriamente dito. A quarta parte é dedicada às conseqüências do diálogo sobre a compreensão do modo de ação da técnica psicanalítica e a aplicação desta de forma mais ampla e segura.

Devo registrar que o livro funde e desenvolve, com acréscimo de novos elementos, idéias apresentadas nos seguintes artigos:

1. *O Processo Psicanalítico — Fundamentos Metapsicológicos da Técnica Psicanalítica* — apresentado em reunião científica da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — abr./1997. Publicado no *Boletim Científico da SPRJ*, vol. 18:2, 1997.

2. *O Narcisismo e a Crise da Psicanálise*. Apresentado no Congresso Interno da SPRJ, nov./1997. Publicado no *Boletim Científico da SPRJ*, vol. 18:4, 1997.

3. *O Projeto Freudiano no Século XXI* — apresentado em simpósio do Núcleo Psicanalítico de Campinas, mai./1998. Publicado em *Psicanalítica — a revista da SPRJ*, vol. 1:1, 1998.

4. *Psicose: Uma Compreensão Metapsicológica*. Apresentado em mesa-redonda na Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro, jun./1998.

5. *Afeto, Pensamento e Consciência — A Teoria Freudiana da Estruturação Psíquica numa Perspectiva Evolucionária* — apresentado em simpósio da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto/SP — set./1998. Publicado com o título de *Affect, Thought and Consciousness*, na revista *Neuro-Psychoanalysis*, vol. 5:1, 2003, órgão oficial da *International Neuro-Psychoanalysis Society*.

6. *Psicanálise e Neurociência — A Teoria Freudiana de Volta às Origens como Ciência Natural* — apresentado em congresso interno da SPRJ, nov./1999.

7. *Desenvolvimento Psíquico — A Visão Freudiana em Sintonia com a Neurociência* — apresentado em simpósio da SPRJ — mai./2000. Publicado em *Psicanalítica — a revista da SPRJ*, vol. 2:1, 2001.

PREFÁCIO

8. *Regressão e Desenvolvimento — O Sonho como Ligação da Psicanálise com a Neurociência e a Teoria Evolucionária* — apresentado em Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro — jul./2000. Publicado no *Boletim Científico da SPRJ*.

9. *Um Diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência — A Psicanálise no Século XXI como Metapsicologia Científica* — apresentado em mesa-redonda do Congresso Brasileiro de Psiquiatria — out./2000.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2003.

INTRODUÇÃO

Ao criar a psicanálise, Freud estava convicto de ser ela uma ciência natural. Manteve esse ponto de vista ao longo de toda a sua vasta obra com clareza e firmeza suficientes para não ensejar qualquer distorção de seu pensamento. Nos primórdios, pouco depois de abraçar o método psicoterápico criado por Breuer, quis formular “*uma psicologia que seria uma ciência natural: isto é, representar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais*” (1950a [1895], p. 295). Nessa época, ambicionava descrever uma psicologia baseada no neurônio, unidade morfo-fisiológica do sistema nervoso descoberta quatro anos antes. Era um plano ousado, pois, além de contar com o ainda escasso material clínico coligido na prática da psicoterapia de Breuer, tinha também de basear-se em conhecimentos neurológicos incipientes, já que o próprio neurônio fora descoberto recentemente, não havendo ainda sequer a noção da existência da sinapse. Apesar de se supor hoje que o conhecimento sobre o neurônio era corrente naquela época, Pribram (1998) informa que, ao contrário, era uma doutrina polêmica, que levantava acalorada controvérsia, fato ilustrativo de como Freud se encontrava na vanguarda do conhecimento em sua época. Por isso, delineou um projeto de psicologia neurológica de caráter marcadamente especulativo, usando terminologia idiossincrática dificilmente aceitável pela comunidade científica da época. Antevendo a rejeição de sua *neuropsicologia* — na verdade, apesar de genial, era quase uma ficção científica — abandonou o texto desse projeto inicial de forma radical: além de não publicá-lo, jamais fez menção a ele na obra dada a lume posteriormente. Pouco depois de rejeitá-lo, lançou-se a um plano ainda mais ambicioso: a construção de uma nova psicologia, diferente de tudo que existira até então, distante tanto da descrição neurológica quanto das formulações da psicologia convencional da consciência. Para isso, não se baseou na evidência empírica

dos dados patológicos recolhidos da prática psicoterápica criada por Breuer, mas no material fornecido pela interpretação dos sonhos que o próprio Freud introduzira na novel psicoterapia. Convenceu-se de que os sonhos incluem os processos psicológicos envolvidos nas neuroses, mas não só isso: englobam também processos normais remanescentes não só da pré-história individual, isto é, da infância mais remota, mas ainda da pré-história da evolução cultural humana. Portanto, munido de dados da patologia e da normalidade, já que os sonhos são fenômenos normais, dedicou-se à formulação de uma psicologia profunda diferente de qualquer conhecimento existente até então. Com uma nova linguagem, estritamente psicológica, já não visava apenas à estreita faixa de neurologistas do projeto anterior, mas a um público amplo voltado para o conhecimento da pessoa humana como um todo, isto é, para as ciências humanas.

Sem embargo de empregar uma nova *linguagem* em sua psicologia, não se afastou das *idéias* neuropsicológicas postas de lado naqueles primórdios. Ao contrário, sua obra publicada posteriormente dá fortes evidências de que continuou acreditando nelas, que seguiram impregnando secretamente os interstícios de seus textos psicanalíticos mais significativos, dos quais foram o nutriente essencial, apesar de invisível. A esse respeito, Strachey, nos comentários de sua monumental edição das obras de Freud, afirmou que “o *Projeto*, ou antes seu fantasma invisível, ronda a totalidade dos escritos teóricos de Freud até o derradeiro momento”. Manteve, outrossim, até o fim da vida a convicção de que as hipóteses provisórias da psicanálise seriam um dia explicáveis por meio de conhecimentos fornecidos pela biologia. Dentre diversas afirmações feitas nesse sentido, podem ser destacadas as seguintes:

(...) devemos recordar que todas as nossas idéias provisórias em psicologia serão um dia presumivelmente baseadas em uma subestrutura orgânica. (...) Estamos levando em conta esta possibilidade ao substituir substâncias químicas especiais por forças psíquicas especiais”. (1914c, p. 78)

INTRODUÇÃO

*A pesquisa tem dado prova irrefutável de que a atividade mental está ligada à função do cérebro como a nenhum outro órgão. (...) Existe aqui um hiato que não pode ser preenchido no momento, nem é tarefa da psicologia preenchê-lo. Nossa topografia psíquica não tem **no momento** nada a ver com a anatomia (1915e, pp. 174/5 — destaque original de Freud). A indefinição de todas as nossas discussões sobre o que chamamos de metapsicologia se deve certamente ao fato de que nada sabemos sobre a natureza do processo de excitação que tem lugar nos elementos dos sistemas psíquicos, e que não nos sentimos justificados em construir qualquer hipótese sobre o assunto. Estamos operando conseqüentemente todo o tempo com um grande fator desconhecido que somos obrigados a transportar para cada nova fórmula. (1920g, pp. 30/1)*

A energia envolvida no supracitado processo de excitação sempre foi o motivo principal de incerteza de Freud, tendo tentado explicá-lo no *Projeto* de 1895 em bases exclusivamente neurológicas. Depois, fez a esse respeito a seguinte afirmação, insofismável e definitiva, pela nitidez de suas intenções, em uma época em que a psicanálise já era uma ciência consolidada:

A biologia é verdadeiramente um reino de possibilidades ilimitadas. Podemos esperar dela surpreendentes elucidações e não podemos adivinhar que respostas ela nos dará dentro de algumas décadas às perguntas que lhe formulamos. Elas podem ser de uma espécie que jogue por terra [derrube com um sopro] a totalidade de nossa estrutura artificial de hipóteses. (1920g, p. 60)

Já no fim da vida, em trabalho publicado postumamente, no qual mantinha a firmeza de convicções a respeito da natureza da energia psíquica, disse:

O futuro pode ensinar-nos a exercer uma influência direta, por meio de substâncias químicas particulares, sobre as quantidades de energia e sua distribuição no aparelho mental. É possível que existam outras ainda não-sonhadas possibilidades de terapia (1940a [1938], p. 182). (...) Esta hipótese nos colocou em posição de estabelecer a psicologia em bases semelhantes às de qualquer outra ciência, como a física, por exemplo (ibidem, p. 196). A psicologia também é uma ciência natural. Que mais ela poderia ser? (1940b [1938], p. 282).

Após a morte de Freud, os conhecimentos psicológicos por ele considerados *provisórios* foram assumidos como definitivos pela maioria de seus seguidores, de forma apartá-los completamente das raízes biológicas. Esse distanciamento se radicalizou de tal maneira, que a maioria dos psicanalistas deixou de ver a psicanálise como ciência natural, havendo boa parte que passou até mesmo a repudiar a idéia de ser ela uma ciência, preferindo considerá-la uma hermenêutica. Ao mesmo tempo que se distanciou do espírito genuinamente freudiano, a psicanálise expandiu-se de tal modo, que logo extrapolou o campo da terapia, espalhando-se pelo terreno da cultura, no qual foi talvez o acontecimento mais marcante do século XX. Durante muito tempo a expansão pareceu não conhecer limites: despreendeu-se de sua origem na ciência natural e proclamou sua independência no campo do conhecimento, decretando a autonomia da alma em relação ao corpo. A difusão desses princípios dissociados da terra firme da ciência natural tomou proporções tão insólitas que levou à impossibilidade atual de existência de um chão comum capaz de abrigar as inúmeras orientações diferentes, surgidas em um espaço de nível estratosférico em que as idéias se tornam rarefeitas. O resultado não poderia ser outro: a psicanálise, como doutrina científica, enredou-se em uma crise que poderá tornar-se inextricável, ainda que o ímpeto de sua proliferação possa sugerir o contrário; na realidade, sua difusão se faz mais no sentido de práticas alternativas que científicas. O efeito paralisante

dessa expansão sem limites já se faz notório, com estagnação teórica e técnica, a par de certo descrédito por parte da comunidade científica, com repercussões negativas em meio às pessoas cultas em geral.

Nestes termos, pouco restou do projeto freudiano original, que se tornou apenas um referencial histórico-afetivo: a figura de Freud continua sendo reverenciada, seu nome citado em profusão, mas suas idéias teóricas mais fundamentais passaram a ser pouco seguidas na teoria e na prática. A metapsicologia, que caracteriza por excelência a psicanálise freudiana, da qual é a própria alma, foi substituída por uma espécie de fenomenologia psicocultural, que só mantém de Freud aspectos periféricos. Tendo sua raiz encravada solidamente na biologia, toda a construção teórica de Freud, sua visão do aparelho psíquico e dos caminhos conducentes à psicopatologia, guardam estrita coerência com uma premissa básica que inclui a energia psíquica como fator primordial. O ajustamento entre o psicológico e o biológico constitui elemento tão essencial do modelo psicanalítico freudiano, que negar esse paradigma é afastar-se do próprio referencial psicanalítico.

A neurociência, por sua vez, abandonada por Freud em 1895 por não poder lhe fornecer os subsídios de que necessitava para construir sua psicologia geral, seguiu seu caminho natural. Teve desenvolvimento lento durante muito tempo, mas progressivo e consistente; até que, em meados do século XX, algumas descobertas começaram a acelerar seu progresso. Na última década, seus avanços foram de tal magnitude, que a alma começou a ter seus escaninhos mais recônditos examinados em laboratório. Memória, sonhos, emoções tiveram alguns de seus mecanismos neuroquímicos desvendados. Até a consciência, tida consensualmente como inacessível à ciência, deixou de ser um feudo da filosofia, passando a ser objeto de investigação de cientistas. Alguns filósofos já acreditam ser a consciência um produto do corpo. John Searle, por exemplo, rejeita enfaticamente o dualismo corpo-alma do pensamento cartesiano, que colocaria a consciência fora do âmbito da ciência natural. Declara textualmente: *“a consciência é um fenômeno biológico natural. Ela faz parte de nossa vida biológica tanto quanto a digestão, o crescimento ou a*

photossíntese” (1997, Prefácio). Daniel Dennett (1991, 1995) é ainda mais radical e até certo ponto iconoclasta, pois não se contenta em negar a existência de um centro em que se localizaria a consciência, que chamou de *teatro cartesiano*; vai além, pois rejeita a existência da consciência como fenômeno real — ela seria um espécie de epifenômeno, uma ilusão derivada de acontecimentos que se passam em circuitos neurais. Admitindo francamente não ser mais possível falar da mente sem conhecer-lhe a essência neuroquímica, P. S. Churchland (1986) diz que agora a filosofia deve ser uma *neurofilosofia*, em uma postura semelhante à do biólogo E. O. Wilson (1978; 1998), para quem qualquer estudo sobre o homem que não parta de sua origem biológica é tão superficial quanto a biologia desligada da química, ou a astronomia desvinculada da física.

Alguns psicanalistas também vêm raciocinando de modo parecido: agora que a neurociência penetrou fundo em nosso objeto de estudo, parece que o futuro prenunciado por Freud começa a se fazer presente, como mostram Solms (1997) e Pfeffer (2000), dentre outros. Doravante, já se torna desejável que as teorias psicanalíticas contem com o respaldo da neurociência para ter característica de verdade científica. Chegou o momento de refrear a ânsia de produzir novas teorias que só infundem credibilidade a seus formuladores e a pequeno séquito à sua volta, não passando de fenômenos setoriais ou regionais. Por sua vez, alguns neurocientistas que percebem as limitações das intervenções apenas químicas, e que se dão conta da influência da relação humana sobre os processos neuroquímicos, sentem necessidade de trocar experiências com psicanalistas, cujo processo psicoterápico se passa dentro de um contexto de relação intersubjetiva alicerçada em uma ligação afetiva, de natureza transferencial.

O interesse no diálogo entre as duas formas de conhecimento levou cerca de quatrocentos psicanalistas e neurocientistas de todo o mundo a se reunirem em Londres, em julho de 2000, quando fundaram a *Sociedade Internacional de Neuropsicanálise*, entidade interdisciplinar cuja finalidade é promover a aproximação entre os dois campos de conhecimento. Perceberam a importância da retomada

do estudo neuropsicológico interrompido por Freud em 1895, por já não existirem os óbices que o levaram a pô-lo de lado, agora que o progresso da neurociência a aproximou da intimidade do psiquismo. Segundo seu primeiro presidente, Arnold Z. Pfeffer, essa associação foi o desenvolvimento de um grupo de estudos formado por psicanalistas do Instituto Psicanalítico de Nova York que começou a se reunir formalmente em setembro de 1990 para estudar a interface com a neurociência. Mark Solms, psicanalista britânico pioneiro nesse estudo, juntou-se ao grupo a partir de 1993 na qualidade de conferencista, tendo-se tornado um dos principais organizadores da associação interdisciplinar

A maioria de psicanalistas e neurocientistas desaprova esse estreitamento de relações. Sabe-se do pouco apreço que a ciência, de um modo geral, tem pela psicanálise, por considerá-la desprovida de fundamento científico. Os psicanalistas, por sua vez, em atitude defensiva, costumam ver na psicanálise um conhecimento transcendente, com características de nova espécie de religião. Nesta postura radical, qualquer método de investigação da mente que esteja fora dos parâmetros psicanalíticos é menosprezado. A evidência neurocientífica de que a mente é o trabalho do cérebro é recebida com incredulidade por alguns e, por outros, até com um desdém arrogante, à semelhança do modo como a teoria evolucionária foi recebida pelos criacionistas.

Mas não se pode continuar negando por muito tempo o que a ciência afirma como verdade insofismável. No que concerne à psicanálise, é impossível continuar desconhecendo certas descobertas neurocientíficas no campo da memória, das emoções, dos sonhos, da relação intersubjetiva, do pensamento verbal, da especificidade dos hemisférios cerebrais, assim como da própria consciência. Por seu turno, a neurociência não pode continuar negando evidências científicas trazidas pela psicanálise, em seu método científico peculiar.

De um modo geral, teme-se entre os psicanalistas que nosso método psicoterápico possa ser substituído pela administração de drogas. Tal receio infundado parece-me provir de uma não-convicção a respeito de nossos conhecimentos teóricos e técnicos, insegurança

derivada da ausência de uma confirmação científica para nossas hipóteses teóricas e procedimentos clínicos. No entanto, o lastro acumulado pelo método psicanalítico durante mais de um século deveria ser suficiente para levar à certeza de que ele é ímpar como processo de desenvolvimento psíquico. Mesmo que seja demonstrada a origem neuroquímica das relações afetivas, ficando comprovada a natureza biológica da ligação mãe-filho, ainda assim, a *função materna*, bem como os sentimentos de um modo geral, como fenômenos subjetivos, não serão substituídos por substâncias químicas. Estas funcionariam sempre de maneira artificial, ao passo que os afetos, mesmo que sejam expressão de reações neuroquímicas e descargas fisiológicas, são processos psicológicos naturais. Além do mais, a elaboração dos processos psíquicos, que implica a transformação de estruturas afetivas em ideativas, sobretudo através de vinculação pela palavra, embora possa ser explicada pela neurociência, não pode ser executada por procedimentos químicos, mas apenas por via psicológica.

O diálogo entre a psicanálise e a neurociência não implica absorção da primeira pela segunda. Ao contrário, visa a encontrar um respaldo científico para a psicanálise, com o qual seu método pode ser aperfeiçoado. A neurociência pode beneficiar-se desse diálogo pela compreensão do papel da relação afetiva, como evento psicológico natural atuante na modificação de circuitos neurais — aqui, psicológico e fisiológico são rigorosamente a mesma coisa. Este me parece ser o ponto capital desse diálogo: quando se fala nas bases neuroquímicas do psiquismo, só se costuma prestar atenção no caminho que vai da biologia para a psicologia, como se tivesse mão única, deixando de lado o fato de que uma relação interpessoal pode induzir reações neuroquímicas e influir sobre todo o organismo. Isso em nada contradiz a observação de que as emoções e o psiquismo em geral são acontecimentos naturais decorrentes do funcionamento cerebral. A desconcertante conclusão de que a relação intersubjetiva desencadeia processos neuroquímicos é uma das teses centrais deste livro, a ser desenvolvida na parte final.

Devo esclarecer que o termo *neuropsicanálise* se refere à *interface* entre os dois campos, não devendo ser tomado como uma *substituição* da psicanálise. Muito embora seja importante para o futuro da psicanálise o reencontro de seu ponto de partida histórico, do qual o *Projeto* de 1895 é o símbolo maior, não se pode perder de vista que, ao ter de se afastar da neurobiologia, Freud criou uma nova doutrina científica de natureza psicológica, com método de investigação que lhe é exclusivo e corpo conceitual também próprio, além de um acervo gigantesco de experiências clínicas. Por mais que essa psicologia tenha provindo da biologia, sua abordagem da mente é feita de um ângulo diferente, que lhe é exclusivo. Coisa semelhante se passa também com a biologia, que hoje estuda a vida em uma fase molecular, como um conjunto de reações químicas, e nem por isso deixou de ser uma ciência particular, independente da química. Emprega-se o termo *bioquímica* quando se trata especificamente de reações químicas que se passam em um nível fisiológico, e não para se referir à ciência biológica como um todo, pois esta tem leis próprias. Da mesma forma, a psicanálise tem um corpo doutrinário exclusivo, além de um patrimônio clínico ímpar, obtido por meio de método psicológico que lhe é exclusivo. À semelhança do que ocorre com a bioquímica, o termo *neuropsicanálise* pode ser empregado adequadamente quando determinado fenômeno psicanalítico estiver sendo explicado de acordo com os circuitos neurais envolvidos. A denominação não me parece apropriada quando nos referimos à ciência psicanalítica como um todo.

Considerando que Freud reservava um nome especial — metapsicologia — para aquela porção mais sofisticada de sua teoria, suponho estar mais de acordo com o espírito com que a psicanálise foi concebida chamar de *metapsicologia científica* a teoria psicanalítica explicável pela neurociência. A fim de fundamentar a idéia de uma psicanálise científica, pretendo fazer um sumário do desenvolvimento do pensamento de Freud, desde o projeto neuropsicológico de 1895 até suas obras finais, quando manteve a convicção inabalável de ser

ela uma ciência natural. Creio haver indícios suficientes para supor que Freud desejava ver a psicanálise como uma *metapsicologia científica* edificada sobre uma infra-estrutura neurobiológica, sendo esta a outra tese central que pretendo defender aqui. Uma metapsicologia científica assim concebida implica não simplesmente no resgate da neuropsicologia do *Projeto*, mas em sua atualização pelo conhecimento da neurociência atual. Tenho a forte impressão de que, assim como a psicanálise da segunda metade do século XX foi marcada por uma leitura filosófico-estrutural de *uma parte* da obra de Freud, o século XXI presenciara um retorno mais amplo e radical ao Freud cientista natural, com sua *obra total* sendo esquadrihada à luz da neurociência.

PRIMEIRA PARTE:

O PROJETO FREUDIANO COMO UMA METAPSICOLOGIA

1. O Projeto

A psicanálise teve início com a pioneira experiência de Breuer com sua paciente Ana O., tratada durante os anos 1880/2, quando foi criado o método psicoterápico chamado pela própria paciente de “*cura pela palavra*” e “*limpeza de chaminê*”, que passou à história com a denominação de *método catártico* (Breuer e Freud, 1895). Breuer não levou sua experiência a público, comunicando-a a Freud, então seu aluno, em caráter privado. Somente cerca de sete anos mais tarde, em maio de 1899, Freud passou a empregar o método de seu ex-professor, aproximadamente um ano e meio depois de haver começado a usar a hipnose no tratamento da histeria, aplicando conhecimentos aprendidos com Charcot em Paris (Jones, 1953). Esperaria ainda mais quatro anos para convencer Breuer a publicar sua inédita experiência. Deste modo, o novo método psicoterápico só veio a lume doze anos depois de sua criação, através de documento que ficou conhecido como *Comunicação Preliminar* (1893), que contou com a co-autoria de Freud. Como o título indicava, essa publicação foi apenas um marco inicial, uma preparação para o lançamento, em 1895, dos *Estudos sobre a Histeria*, também de autoria da dupla, obra que estabeleceria as premissas básicas do método psicoterápico criado por Breuer e abraçado por Freud. Havia nesse trabalho inicial notória influência do pensamento neurológico, tendo em vista que ambos os autores tinham sólidas raízes na neurofisiologia.

Durante o período de colaboração com Breuer, quando os dois estabeleceram os mecanismos de aquisição do sintoma neurótico,

alguns pontos fundamentais do funcionamento psíquico já tinham sido abordados pela dupla: princípio de constância, soma de excitação, descarga, repressão, formação de sintomas, elaboração do trauma através da nomeação do reprimido por meio de palavras, ego normal e patológico, etc. como se vê na *Comunicação Preliminar*, de 1893. Alguns dos conceitos que viriam a se tornar nucleares da metapsicologia exposta em 1915, portanto, vinte e dois anos mais tarde — *quota de afeto*, *idéia* ou *representação* (*Vorstellung*), *ocupação* ou *catéxia* (*Besetzung*), aumento, diminuição e deslocamento da quota de afeto —, já tinham sido descritos naqueles primórdios. Eis como, em 1894, Freud descreveu em poucas linhas aquilo que por toda a vida acreditou ser a essência do psiquismo:

(...) nas funções mentais uma coisa deve ser distinguida — uma quota de afeto ou soma de excitação — que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos nenhum meio de medi-la), que é capaz de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços de memória de idéias como uma carga elétrica é espalhada sobre a superfície de um corpo (1894a, p. 60).

Pouco depois da publicação dos *Estudos sobre a Histeria*, Breuer afastou-se da obra que criara, por não concordar com inovações introduzidas por Freud, deixando todo o campo aberto para o discípulo. Este se incumbiu de desenvolver sozinho a nova psicoterapia, transmutando-a em nova modalidade de psicologia. Antes disto, logo em seguida à publicação dos *Estudos*, no segundo semestre de 1895, ainda dentro do espírito neurofisiológico, Freud delineou uma psicologia geral para neurologistas em que dava um esboço da mente normal e patológica. Abandonou, porém, esse projeto de forma tão radical e irrevogável, que dele ninguém jamais tomou conhecimento durante sua vida, à exceção de Fliess, seu único interlocutor científico durante os longos dez anos de “isolamento esplêndido” que se seguiu.

ram ao afastamento de Breuer. Um tosco rascunho desse abortado estudo neuropsicológico foi encontrado depois de sua morte, vindo à luz em 1950.

O exame dos conceitos básicos expostos naquele esboço neuropsicológico de época tão remota diz bem da noção que Freud tinha do funcionamento psíquico, normal e patológico. O trabalho neurológico anterior sobre a afasia (1891) já deixava entrever um neurologista voltado para a investigação da mente normal, desvinculada da patologia. Durante muito tempo, talvez desde a época em que era pesquisador no campo da neurofisiologia, desejou descrever a totalidade do funcionamento mental, sem que até então tivesse ousado fazê-lo, por não dispor de dados clínicos suficientes. Quando se julgou detentor de experiência clínica bastante, após cerca de quatro anos de prática do método psicoterápico de Breuer, lançou-se ao projeto da *psicologia para neurologistas*, com a qual realizaria o desejo acalentado desde muito tempo.

Quando se debatia com a concatenação de idéias para produzir sua neuropsicologia, fez a seguinte declaração a respeito da produção de uma teoria geral da mente:

Ela [a psicologia geral] tem acenado para mim, à distância, desde tempo imemorial, mas agora que me deparei com as neuroses ela ficou muito mais perto. (...) É de fato impossível ter uma visão geral dos transtornos neuropsicóticos, a menos que estes possam ser ligados a hipóteses claras sobre os processos psíquicos normais. (carta de 25/5/1895, apud Strachey — S.E. 1, p. 283/84)

Vê-se aqui a convicção de que a patologia só seria bem compreendida a partir de uma idéia clara sobre a normalidade. Acreditava nisso desde longa data, sem expor o que pensava, pois suas idéias eram neurológicas e a patologia que conhecia nesse campo era escassa. Parece que o estudo sobre a afasia já lhe dera algum encorajamento para uma incursão no estudo dos processos normais, mas um conjunto

de dados indica ter esperado que uma experiência maior no campo da psicopatologia lhe conferisse autoridade suficiente para publicar suas idéias, o que pensou ter acontecido com a exposição dos *Estudos sobre a Histeria*.

Dedicou-se então de corpo e alma à elaboração da teoria geral. Ao introduzi-la, as primeiras palavras foram para mostrar a intenção de produzir uma psicologia geral que seria uma ciência natural livre de contradições, na qual os processos psíquicos se constituiriam de partículas materiais determinadas quantitativamente. Não havia dúvida: tinha uma concepção materialista da mente igual à que têm os neurocientistas atuais. Em sua concepção, a mente era constituída por um sistema de neurônios expostos a determinada quantidade variável de excitação, recebendo estímulos do interior e do exterior do organismo, tendo eles como característica fundamental a tendência a livrar-se da excitação ou reduzi-la ao mínimo possível. Havia nesse esquema três tipos particulares de neurônios: um (ϕ) permeável, dando passagem total à excitação que lhe chegava sem dela deixar nenhum vestígio, permitindo a percepção sensorial; outro (ψ) impermeável, barrando a passagem da excitação e propiciando seu registro como memória; um terceiro tipo (ω) tornava possível a consciência de percepção. A mente estruturar-se-ia a partir da interconexão desses neurônios, que poderiam ter a passagem da excitação entre eles *facilitada* ou *dificultada* pela interposição de *resistências* ou *barreiras de contato*. A partir desses elementos fundamentais, foi delineado um esquema geral da mente, obra que justificadamente encheu de orgulho o autor. Temos conhecimento de que ele expressou seu contentamento do seguinte modo, em carta a Fliess, a propósito da obra que acabara de conceber:

Tudo pareceu harmonizar-se perfeitamente, as engrenagens se ajustaram, a coisa deu a impressão de que é realmente uma máquina e irá logo funcionar por si própria. Os três sistemas de neurônios, as condições livre e ligada de quantidade, os processos primário e secundário, a tendência principal e de compromisso do sistema nervoso, as duas

regras biológicas da atenção e da defesa, as indicações de qualidade, realidade e pensamento, o estado dos grupos psicosssexuais, a determinação sexual da repressão e, finalmente, os determinantes da consciência como uma função perceptual. Tudo isto se ajustou perfeitamente e ainda se ajusta! É evidente que não posso conter meu estado de júbilo. (apud Strachey, S. E. 1, p. 285)

Essa *neuropsicologia* demandou extraordinário esforço intelectual e se revelaria muito mais tarde uma das mais geniais realizações de Freud. Expôs em linguagem neurológica praticamente toda a estrutura da psicanálise que iria criar mais tarde, deixando de fora pouca coisa que fosse realmente imprescindível, além de ter descrito a gênese e o desenvolvimento do pensamento como nunca voltou a fazer na obra publicada. Segundo Pribram (1998), foi apresentada uma “neurofisiologia sofisticada” que antecipava em linguagem peculiar diversos fenômenos tornados correntes pela neurociência muito tempo depois. Surpreendente e enigmaticamente, obra de tal envergadura foi abandonada assim que o rascunho ficou pronto. Mais que isso: foi tão renegada que, quando descoberta, cerca de quarenta anos depois de escrita, em meio à correspondência trocada com Fliess, Freud quis destruí-la ao saber de sua existência. É bem possível que sua intenção fosse destruir as cartas, mas, de qualquer forma, estava cômico de que no meio delas se encontrava aquela obra prodigiosa. Segundo E. Jones (1953), a salvação desse documento cardeal para a história da psicanálise deveu-se à dedicação da princesa Marie Bonaparte, que se tornou guardiã da correspondência de Freud para Fliess. Graças a ela, a obra repudiada pelo autor viria a ser publicada em 1950, com o nome de *Projeto para uma Psicologia Científica*. Em que pese esse nome ter sido dado pelos editores, contrariando a intenção de Freud, que a chamava de *Psicologia para Neurologistas*, foi assim que a obra passou a ser universalmente conhecida pela comunidade psicanalítica, que dessa forma mostrava sua tendência a suprimir as bases neurocientíficas do pensamento de Freud, ao retirá-las do

título. Foram tantas as vicissitudes experimentadas pelos rascunhos dessa obra seminal para que dela pudéssemos tomar conhecimento, que, considerando sua importância decisiva para a compreensão do pensamento de Freud, suponho não ser supérfluo fazer pequeno relato dessas peripécias, de acordo com depoimento de Ernest Jones, “testemunha ocular da história” da psicanálise.

Freud destruiu toda a correspondência recebida de Fliess; este, ao contrário, guardou a enviada por Freud. Pouco depois da morte de Fliess, sua viúva a vendeu a Reinhold Stahl, um editor de Berlim, com a condição de que Freud não tomasse conhecimento da correspondência, por ter certeza de que a destruiria. Fugindo à perseguição nazista, o editor emigrou para Paris, onde ofereceu os papéis a Marie Bonaparte, que a comprou por cem libras esterlinas. Estando nessa época em análise com Freud, contou o episódio a este, que reagiu negativamente à informação, tentando com diversos argumentos persuadir a analisanda a destruir os documentos. Ela não se curvou às pressões e depositou-os no Banco Rotschild, em Viena. Após a anexação da Áustria pela Alemanha nazista, os documentos corriam risco de destruição. Para evitá-lo, Marie Bonaparte teve de valer-se de sua condição de princesa da Grécia e da Dinamarca, só assim obtendo permissão para retirá-los, sob a vigilância da Gestapo, e levá-los a salvo para Paris. Em 1941, estando a Grécia passando por séria ameaça, teve de ir às pressas para aquele país do qual era princesa, tomando antes o cuidado de deixar os papéis sob a guarda da embaixada dinamarquesa em Paris, circunstância em que ainda assim corriam sério risco, pois a ferocidade da ocupação nazista não dava margem a qualquer segurança, haja vista a ordem de Hitler para que Paris fosse incendiada. Tendo sobrevivido a esse risco, não estavam ainda livres de destruição durante seu transporte para Londres, em face das minas do Canal da Mancha. Visando à proteção contra aquele último perigo, os papéis foram envolvidos em material impermeável e flutuante para serem salvos em caso de naufrágio. Esses dados mostram o desvelo de Marie Bonaparte e seu descortino em face de documentos de

cujo conteúdo pleno só veio a tomar conhecimento muito tempo depois, quando os entregou a Ana Freud em Londres, em 1946 (Jones, 1953).

Nunca é demais exaltar a importância desse texto para a psicanálise, por vários motivos, sobretudo por ser ele instrumento indispensável para a compreensão de alguns trechos ininteligíveis da obra publicada de Freud. Sabe-se da dificuldade encontrada pelos *scholars* psicanalíticos para compreenderem certas particularidades do pensamento de Freud, quando penetram mais profundamente em seus textos metapsicológicos. Rapaport (1960), por exemplo, um dos mais brilhantes desses *scholars*, afirmou que a coisa mais intrigante da história da psicanálise é o fato de a metapsicologia ser conhecida tão superficialmente. Strachey (S.E. 5), talvez o mais importante de todos os *freudólogos*, disse que uma certa luz só veio a ser lançada sobre os pontos obscuros do capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* após a publicação da correspondência com Fliess. Deve ser citado ainda o depoimento de André Green (1986), que, sendo um dos mais prestigiosos *scholars* da obra freudiana, afirmou ter lido *A Negação (Die Verneinung)* cerca de duzentas e cinquenta vezes. Apesar de esse artigo ter apenas quatro páginas e meia, supunha que teria de lê-lo outras tantas vezes para explorar devidamente todo o seu conteúdo. De um modo geral, a metapsicologia é considerada obscura, razão presumível para ter sido marginalizada pela maioria dos psicanalistas.

Sem o *Projeto*, não só é extremamente penoso entender alguns detalhes do pensamento de Freud, como também é difícil encontrar uma unidade em sua obra, em razão de ter privilegiado em um certo período determinadas facetas da mente, dando a impressão de que abandonara aquelas que deixou de focalizar, as quais ressurgiriam um pouco mais à frente, às vezes com outros nomes, outras vezes com as mesmas denominações. Esse é um dos motivos de interpretações conflitantes do pensamento de Freud, de desvios conducentes ao abandono de sua orientação e à proliferação de inúmeras correntes nem sempre harmônicas entre si.

Essa não parece, contudo, ser a única nem a mais importante origem das obscuridades e aparentes incoerências dos textos metapsicológicos. A meu ver, a dificuldade maior tem por fonte a convicção de Freud de que a psicanálise é uma ciência natural derivada da biologia, sem ter deixado suficientemente claro em que se apoiava para estar tão seguro disso. Mesmo depois de haver abandonado completamente a linguagem neurológica, e já estar a psicanálise consolidada como conhecimento científico, incluía alguma coisa alheia à terminologia psicanalítica adotada que entremostrava o raciocínio do *Projeto* e da colaboração com Breuer, apesar de não dar qualquer esclarecimento sobre isso. Por exemplo, ao falar dos seminais conceitos de processo primário e secundário (1915e), atribuíu-os a duas manifestações diferentes da “*energia nervosa*” [sic] — ligada e livre —, asserção reveladora de que mantinha a visão neurológica de Breuer que impregnava o *Projeto*.

O conceito das duas formas de “energia nervosa”, nem sempre objeto de exame metódico, é um dos pilares centrais da metapsicologia freudiana, pois implica o conceito de descarga, prazer, afeto, ocupação ou catéxia (*Besetzung*), representação (idéia), deslocamento, associação, pensamento, enfim, todos aqueles fenômenos neuropsicológicos descritos no *Projeto* e mantidos nos trabalhos metapsicológicos com a mesma estrutura de raciocínio. Ao expor as linhas mestras da metapsicologia, mostrou a necessidade imperiosa do estudo da energia nervosa, afirmando que os dois modos dessa energia descritos por Breuer são “*o insight mais profundo que obtivemos até agora (...). Uma apresentação metapsicológica exigiria com a maior urgência uma discussão ulterior desse ponto, embora isso seja talvez um passo ainda muito ousado*” (1915e, p. 188).

A alusão a “um passo *ainda* muito ousado” sugere que Freud continuava se ressentindo, àquela altura, da insuficiência dos conhecimentos neurológicos existentes no tempo do *Projeto*, mas confiando em que esses conhecimentos surgissem um dia para que pudesse finalmente expor suas idéias com clareza, sem parecerem por demais ousadas. O uso deliberado da expressão *energia nervosa* em

vez de psíquica quando estava expondo sua metapsicologia em uma fase avançada da já consagrada linguagem psicanalítica revela como *o fantasma invisível do Projeto* continuava rondando sua metapsicologia. Esse ente invisível a que somente Freud tinha acesso e que tanta influência exercia sobre o texto psicológico publicado trouxe transtornos às vezes insuperáveis à compreensão do referido texto.

Para expor sua teoria geral, Freud teve de trocar a *Psicologia para Neurologistas* pela *Interpretação dos Sonhos*, em que podia tratar com segurança de um evento normal, a respeito do qual não tinha alternativa senão usar linguagem idiossincrática: estava fundando uma nova psicologia, na qual não tinha de se ater a conceitos e terminologias já em uso, como ocorria com a neurologia. Segundo Morris Eagle (1998), esse foi o passo mais ousado dado por Freud, a cartada decisiva que iria torná-lo um dos personagens marcantes da história do pensamento humano.

Foi criada desse modo uma psicologia que já não tinha os neurologistas como público-alvo. No entanto, as hipóteses que lhe pareceram claras quando resolveu escrever sua neuropsicologia eram essencialmente as mesmas, só que expressas agora em linguagem psicanalítica. A concepção neurológica da mente exposta em linguagem psicológica faria com que a nova exposição se tornasse obscura e confusa em muitos pontos, principalmente quando a energia psíquica, alma do aparelho psíquico proposto, continuava sendo “energia nervosa”, sem que a razão disso fosse declinada. Essa imprecisão perpassou toda a obra de Freud, infiltrando-se praticamente em todos os conceitos metapsicológicos, pois as raízes neurobiológicas de que a metapsicologia se nutria jamais foram expostas. Não foi sem motivo que os conceitos metapsicológicos mais fundamentais se tornaram tão enevoados do ponto de vista conceitual, como *Trieb*, quota de afeto, ocupação (catéxia), representação (idéia), repressão, sublimação, identificação, fantasia inconsciente, narcisismo, ego e superego.

Falei antes da possibilidade de as obscuridades do texto metapsicológico advirem da mudança de foco sobre determinados assuntos, circunstância em que os tópicos que deixaram de ser iluminados

foram enganosamente tidos como abandonados, quando realmente permaneceram vívidos na mente de Freud, daí ressurgirem inesperadamente em textos posteriores. Se a articulação desses referenciais de períodos distintos já constitui tarefa árdua, o que dizer quando são mantidos referenciais anteriores que nunca chegaram a ser expostos, como aconteceu com o *Projeto*, do qual somente Freud tinha conhecimento? Parece-me derivar daí toda a dificuldade de compreensão da obra teórica de Freud. Como não quis lançar mão do raciocínio neurobiológico do *Projeto*, em que acreditava, foi-lhe difícil dar uma descrição clara da metapsicologia. Ele próprio confessou estar acima de suas forças superar certas dificuldades de exposição de conceitos metapsicológicos. Era tortuoso continuar afirmando ser a psicanálise uma ciência natural, atendo-se apenas à linguagem psicológica, sem articulá-la com a neurobiologia. As lacunas de certas partes dos textos metapsicológicos derivadas dessa omissão tornam a compreensão desses textos verdadeiro tormento. Em razão disso, Pribram (1976 e 1998) diz que o *Projeto* é a *pedra de Roseta* da psicanálise, na medida em que sua tradução permite compreender trechos hieroglíficos da metapsicologia.

Por outro lado, compreender o *Projeto* constitui tarefa para *Championions*. Não tendo nunca saído da condição de rascunho, seu texto é telegráfico e, como diz O. Sacks, até mesmo taquigráfico, com abreviações e omissões, além do uso de linguagem própria, não consensual entre os neurocientistas, até mesmo porque eram antecipados conhecimentos ainda embrionários. Segundo Sacks, os obstáculos para a compreensão do texto são:

em parte devido à dificuldade intrínseca e à originalidade de muitos de seus conceitos; em parte porque Freud emprega termos já fora de uso e algumas vezes idiossincráticos que temos de traduzir por outros mais compreensíveis; em parte porque foi escrito numa velocidade furiosa, de certo modo taquigráfica; e em parte porque a intenção pode ter sido

de não submetê-lo aos olhos de qualquer pessoa, exceto os dele próprio (1998. p. 18).

Afirmações esparsas ao longo de sua obra publicada fazem presumir que Freud acreditou firmemente nas idéias essenciais de sua neuropsicologia até o fim da vida. Seu abandono ainda em uma fase de tosca exposição tornaram penoso penetrar em alguns de seus conceitos, extremamente intrincados e pouco claros. A esse respeito, E. Jones (1953) disse que poucos psicanalistas poderiam compreender integralmente a linguagem do *Projeto*. Segundo o neurocientista Karl Pribram (1998), nas conversas que teve com Merton Gill enquanto escreviam o livro que se tornaria o mais importante estudo sobre o *Projeto* (1967), seu parceiro duvidava com frequência de que Freud tivesse expressado determinadas idéias. Nessas ocasiões, Gill, mesmo sendo provavelmente o psicanalista que mais profundamente compreendeu o *Projeto*, só aceitava o argumento de Pribram quando este lhe apontava o trecho em que Freud tratava do assunto em discussão.

Sem dúvida, o *Projeto* é consensualmente o texto de Freud de mais difícil compreensão. Paradoxalmente, a penetração em suas entranhas só é possível com amplo conhecimento do texto metapsicológico publicado, não obstante este ser também impenetrável em diversos trechos. Penso que, se o *Projeto* é, como diz Pribram, a *pedra de Roseta* para a compreensão dos textos metapsicológicos, não é menos verdade que estes são a *pedra de Roseta* para a compreensão daquele, sendo o estudo cuidadoso de ambos uma tarefa para uma espécie de *Champolion* com a dupla missão de compreendê-los e articulá-los de uma forma tal que um preencha as lacunas do outro. Assim como a esfinge da lenda de Édipo era metade mulher e metade leão, a metapsicologia e o *Projeto* formam um conjunto enigmático sem cuja decifração não se tem acesso à intimidade do pensamento de Freud.

O texto do *Projeto* é precioso sobretudo porque foi o único em que Freud deu conta de sua visão global da mente. Jamais voltaria

a produzir teoria tão completa sobre o psiquismo normal. Quando quis fazê-lo em 1915, só conseguiu publicar cinco dos doze artigos metapsicológicos que supostamente completariam uma teoria geral, como veremos no próximo capítulo.

2. A Metapsicologia

Disse que a expressão *metapsicologia científica* é a mais apropriada para refletir a psicanálise vista na perspectiva da interface com a neurociência. Isto nos leva à evolução do pensamento de Freud, começando por um esclarecimento sobre o significado do termo metapsicologia, que nem sempre tem sido usado de acordo com a intenção de seu criador.

Desde que abandonou o *Projeto* e começou a elaborar sua psicologia peculiar, Freud desejou dar a esta um nome que a distinguisse da psicologia corrente. Por outro lado, parece que esse nome deveria referir-se a *sua* psicologia geral, com um sentido mais amplo que a psicoterapia criada por Breuer. Desde o início, costumava referir-se de forma indeterminada, não específica, ao *método clínico* que praticava: psicoterapia, análise, análise psíquica, análise psicológica, análise clínico-psicológica; também se reportava a ele simplesmente como *o método criado por Breuer*. Às vésperas de participar de um congresso de psicologia na Alemanha, pouco depois de terminado o *Projeto*, disse a Fliess, em carta de 13.2.1896: “*Tenho-me ocupado continuamente com a psicologia — na verdade, com a metapsicologia*” [destaque de Freud]. Era a primeira vez que empregava esse termo, fazendo-o em um contexto de correspondência privada, com o qual se referia à *sua* psicologia, que ia não só além da consciência, mas também da psicopatologia, e que não tinha ainda uma denominação. Coincidentemente, cerca de um mês depois dessa carta, em março de 1896, a palavra psicanálise foi publicada pela primeira vez, mas seu emprego também teve um sentido genérico semelhante aos qualificativos empregados anteriormente: “*Devo meus resultados a um novo método de*

psicanálise, o procedimento exploratório de Joseph Breuer” (1896a, p. 151). Psicanálise tinha aqui conotação tão inespecífica quanto as denominações anteriores: se tivesse dito *análise psíquica*, ou *análise psicológica*, não teria feito qualquer diferença naquele contexto, ainda mais que era usada para referir-se à psicoterapia de Breuer.

Dois anos mais tarde, quando se encontrava em meio à gestação de *A Interpretação dos Sonhos*, em uma época em que o uso do nome psicanálise já era corrente, se bem que sempre ligado a um método psicoterápico, parecia não ter encontrado ainda um nome para *sua* psicologia, que procurava caracterizar como algo que transcendia a psicoterapia. Nessa ocasião, em carta de 10.3.1898, perguntou a Fliess se seria adequado dar a ela o nome de *metapsicologia*, com o qual a distinguiria como um conhecimento que transcende a psicologia da consciência. A ênfase posta na pergunta, bem como a exortação ao amigo para que a levasse a sério e não deixasse de dar-lhe uma resposta, não deixava dúvida em relação a quanto estava empenhado em usar esse nome. Disse-o em um contexto no qual afirmava que a tese central de *A Interpretação dos Sonhos*, isto é, que o sonho é uma realização de desejos, “*trouxe apenas a solução psicológica, e não a biológica, ou melhor, a metapsíquica*”.

Deixava implícita aqui sua crença de haver uma solução também biológica para o sonho, e que ela transcenderia a psicologia, mesmo a profunda, do inconsciente. Se a decifração biológica, por transcender a psicologia do inconsciente, seria *metapsíquica*, implicitamente estava falando da crença de haver uma espécie de psicologia que era a um tempo também biológica. Como desejava enfaticamente dar à sua psicologia o nome de metapsicologia, parece evidente que acreditava ser ela uma biopsicologia bastante semelhante à neuropsicanálise criada no limiar do século XXI. Ao equacionar a metapsicologia com a biologia, Freud deu a chave para a compreensão do sentido que desejava dar à palavra metapsicologia. Considerava o inconsciente, isto é, a parte não visível da psicologia, fusionado com o fator biológico. Repetiria isso de outro modo em *A Interpretação dos Sonhos* (pp. 111n. e 525), ao afirmar que todo sonho tem um ponto

— seu *umbigo* — constituído por um emaranhado indestrinçável, não passível de interpretação, no qual ele mergulha no desconhecido. O emprego do nome “umbigo” para caracterizar a fusão do inconsciente com o desconhecido, cujo sentido exato nunca foi declinado, me parece remeter ao que só revelara a Fliess, isto é, a existência de uma parte biológica do sonho. Por tudo isso, metapsicologia parece ter sido o nome da psicologia que substituiu a neuropsicologia do *Projeto* abandonado em 1895, isto é, uma psicologia cuja seiva é retirada das raízes mergulhadas na neurobiologia, da mesma forma que o feto se nutre do sangue materno pelo cordão umbilical.

A insistência de Freud em dar à sua psicologia o nome de metapsicologia, em uma época (1898) em que psicanálise já começava a se firmar, dá margem a diversas reflexões. Psicanálise fora o nome dado inicialmente ao *método psicoterápico de Breuer*, porém a proposta de Freud era muito mais ambiciosa: sua intenção não era apenas desenvolver um método de tratamento; pretendia traçar uma teoria geral da mente, criar uma nova psicologia, uma psicologia profunda que seria também nova doutrina científica; enfim, algo que ia muito além da simples terapia. Está aí, ao que parece, o sentido da declaração de Breuer em carta a Fliess, também seu amigo, de que os progressos de Freud o faziam sentir-se “*como uma galinha que contempla o voo de um falcão*”. (E. Jones, 1953, Vol. 1, p. 253)

Um exame dos ideais de Freud expostos em sua correspondência sugere que, assim como suplantara a psicoterapia de Breuer, transpondo os limites da terapia para criar uma nova ciência psicológica, não pretendia ficar na conquista dessa nova psicologia, mas transcendê-la, isto é, superar-se a si próprio: tenho a impressão de que desejava fazer da metapsicologia uma *filosofia científica natural*, isto é, uma filosofia originada da experiência clínica, algo supostamente semelhante ao que P. S. Churchland chamou cerca de um século depois de *neurofilosofia*. Creio lícito fazer essa especulação, tendo em vista sinalizações provenientes de diversas direções. Por exemplo, em carta a Fliess de 1.1.1896 disse: “*alimento secretamente a esperança de chegar, por essa mesma trilha [da experiência clínica] a minha*

meta inicial da filosofia”. Considerando o cuidado que teve de não deixar a psicanálise impregnar-se do apriorismo da filosofia e tendo em vista as constantes críticas aos filósofos de um modo geral, creio não constituir exagero imaginar que, à semelhança do que ocorria com a psicologia da consciência, ao falar da filosofia como sua meta inicial, não estava se referindo àquela da lógica consciente; seu alvo era talvez outra filosofia, derivada possivelmente da psicologia profunda, ou seja, da metapsicologia surgida da neurobiologia. Não me parece ter sido sem propósito que se referiu ao agente biológico subjacente ao sonho como “metapsíquico”. Além de rejeitar uma visão filosófica da psicanálise, frisava que esta não é uma filosofia de vida ou visão de mundo (*Weltanschauung*). No entanto, admitia que ela era uma *Weltanschauung* científica, implicando com isto que suas conclusões derivavam-se tão-somente da pesquisa científica (1933a). Se juntarmos seu espírito empirista à má vontade que tinha com os filósofos, creio que se pode imaginar ter havido nele um desejo secreto de produzir uma filosofia com o espírito da ciência:

[A ciência] afirma que não existem outras fontes de conhecimento do universo além da elaboração intelectual de observações examinadas cuidadosamente — em outras palavras, o que chamamos pesquisa — e, ao lado disso, não existe qualquer conhecimento derivado de revelação, intuição ou adivinhação. (...) A filosofia diverge da ciência ao se apegar à ilusão de ser capaz de apresentar um quadro do universo sem falhas e coerente, embora este vá entrar em colapso a cada novo avanço de nosso conhecimento. Ela se perde em seu método ao superestimar o valor epistemológico de nossas operações lógicas e ao aceitar outras fontes de conhecimento como a intuição. (1933a, p. 159/161)

É de certa forma enigmática sua afirmação de que a experiência clínica o conduziria de volta à filosofia de que se ocupara quando mais jovem, quando não se sabe de um estudo filosófico de maior envergadura que tivesse empreendido em qualquer fase da vida. Ao

contrário, chegou a alegrar-se por não ter tido familiaridade com a obra de Nietzsche, pois assim pôde manter sua pesquisa clínica isenta da influência do filósofo (1914d). Por outro lado, a única informação concreta que se tem de sua inclinação filosófica anterior é a ligação com a obra de John Stuart Mill, de quem traduziu um livro em 1880. Nessa época era ainda estudante de medicina e, ao que parece, assumiu a tradução como meio de obter algum ingresso financeiro, como nos informa Ernest Jones (1953). Nesse livro havia um estudo sobre Platão, a respeito de quem o próprio Freud declarou mais tarde ter conhecimento muito fragmentário. Jones, que teve acesso à intimidade intelectual de Freud como poucos o tiveram, sugere que todo o seu conhecimento sobre Platão teria sido proveniente do ensaio de Mill que traduziu, inclusive aquele utilizado em *Além do Princípio do Prazer*. Se isto for verdade, considerando a universalidade do pensamento de Platão, parece ter sido bastante limitada a intimidade de Freud com a filosofia. É possível que até mesmo seu espírito empirista e positivista tenha resultado antes de influências de cientistas como Helmholtz que da filosofia de J. S. Mill. Tudo indica que esta não exerceu qualquer influência sobre ele, tendo traduzido um de seus livros apenas pela remuneração que lhe foi oferecida pelo editor, a quem, segundo Jones, teria sido recomendado por Brentano por intermediação de Breuer. Efetivamente, fazia sérias restrições a Mill, de quem dizia não ter “*o senso do absurdo*”, manifestando má vontade “*com seu estilo sem vida e com o fato de que em sua obra nunca se podia encontrar um período ou uma frase que se pudesse guardar na memória*.” (Carta a Marta de Bernays, 15.11.1883)

Penso que não só a postura científica de Freud, mas também a maneira como se descrevia a si próprio como pessoa, autoriza uma especulação no sentido de que no fundo ambicionava chegar a uma filosofia científica através da metapsicologia. Estou pensando particularmente em trecho da carta a Fliess de 1.2.1900 (ed. J. M. Masson), onde dizia que, antes de um cientista, ou um pesquisador, se considerava um *conquistador*. Disse, textualmente:

Sou, por temperamento, nada além de um conquistador [esta palavra está em espanhol no original alemão] — um aventureiro, se você quiser que eu traduza — com toda a curiosidade, ousadia e tenacidade que são características de um homem dessa espécie (p. 399).

Uma observação de Jones também aponta de certa forma nessa direção, ao dizer que na época em que escreveu o Projeto “*sua ambição nesses anos era a de alcançar um progresso no conhecimento por um caminho cujos marcos referenciais poderiam ser estabelecidos do seguinte modo: anatomia do cérebro, fisiologia do cérebro, psicopatologia, psicologia, filosofia*” (1953, p. 391).

Mesmo que a especulação sobre uma hipotética filosofia que fosse uma ciência natural possa não passar de conjectura artificiosa, é indisputável que considerava sua metapsicologia “*a consumação da pesquisa psicanalítica*”, com a mais absoluta certeza de tratar-se de conhecimento científico.

Quanto ao desejo de dar oficialmente a sua teoria geral a denominação de metapsicologia, não se sabe que resposta lhe foi dada por Fliess. Obviamente deve ter havido uma resposta qualquer, considerando que Freud encareceu ao amigo que tratasse a questão com toda seriedade. É presumível que Fliess o tenha dissuadido da intenção, pois aquele nome não apareceu mais em sua correspondência conhecida, ao passo que psicanálise se consagrou definitivamente, passando a designar o método psicoterápico e também a teoria geral transformada em nova doutrina científica. Breve alusão à palavra voltaria a aparecer pouco tempo depois, agora publicada pela primeira vez (1901b), quando foi de novo associada à metafísica, dessa vez sem a intenção anterior de substituir o nome psicanálise, que a essa altura já estava definitivamente consolidado. A partir daí o termo deixou de ser usado durante muito tempo, ressurgindo quatorze anos mais tarde com seu prestígio plenamente intacto após tão longo ostracismo.

É provável que nesse tempo o desejo secreto de Freud nunca tivesse deixado de exercer influência sobre sua mente, apesar de,

segundo Strachey, não se referir a ele em qualquer texto conhecido. Talvez tivesse de afastar-se dos vãos teóricos mais ousados, quando tinha pela frente a tarefa sobre-humana de desenvolver a clínica e o método terapêutico da psicanálise, não lhe sobrando tempo para dedicar-se à articulação de uma nova doutrina científica, como tentara anteriormente com o *Projeto* e com o capítulo sétimo de *A Interpretação dos Sonhos*.

Parece que a elaboração do *Projeto* também já tinha de certo modo sido prejudicada pelas incertezas em relação à teoria das neuroses, estando naquela época a braços com muitas dúvidas a respeito delas. Essas dúvidas se multiplicariam logo a seguir, de forma dramática. Algum tempo depois de ter desistido do *Projeto*, quando já se encontrava em meio à feitura de *A Interpretação dos Sonhos*, durante a vigência da auto-análise que lhe fornecia o acervo de sonhos com que ilustrava sua teoria, viu-se diante de uma descoberta que fez estremecer os alicerces de todas as suas convicções. Creio não ser por coincidência que esse período, 1897/8, foi talvez o menos prolífico da vida de Freud. Desde o início, trabalhara com a certeza de que as neuroses resultavam de traumas sexuais vividos na infância, cuja lembrança era reprimida, sem que encontrassem meio de se tornarem conscientes. O pressuposto era que esses traumas fossem provocados por adultos, geralmente os genitores ou figuras substitutas. Durante a auto-análise que empreendeu em 1897, verificou que suas associações apontavam para a inclusão de seu próprio pai entre esses adultos sedutores de crianças. Tudo indicava haver uma observação deficiente, pois os fatos contrariavam as generalizações tiradas a partir de uns poucos casos clínicos. Essa conclusão jogava por terra suas convicções, motivo por que foi levado a desacreditar de tudo que fizera até então, de acordo com emocionada carta enviada a Fliess, com data de 14.8.1897: “*Vou confidenciar-lhe de uma vez o grande segredo que vem lentamente se aclarando dentro de mim nos últimos meses. Não acredito mais em minha teoria das neuroses*”.

Ficou confuso durante algum tempo, até descobrir que a maioria dos supostos traumas provinha da fantasia dos pacientes. Essa desco-

berta produziu a grande virada na psicanálise, que desde então tomou a forma com que é conhecida ainda hoje. A descoberta da importância da fantasia fez com que o mundo interno passasse a ocupar o centro das atenções, ficando o que é externo relegado a plano secundário. Isso implicava reconstruir a teoria, ou, pelo menos, adequar a observação clínica à nova realidade. Desde então, o que no *Projeto* fora considerado um estímulo endógeno, sem merecer atenção especial, passou a ocupar a posição central, agora com o nome de *Trieb*, assunção teórica que se tornaria definitiva por meio de uma das obras mais clássicas de Freud (1905d). No *Projeto* toda a ênfase recaía sobre a ação de fatores externos sobre os internos, o que caracterizava a psicanálise de então como uma espécie de precursora do behaviorismo: estímulo-resposta. Dito de outro modo, o *Projeto* girava em torno das funções do ego, instância que foi ali descrita pela primeira vez — era uma espécie de *neuropsicologia do ego*. Com o *insight* de que a fantasia, derivada do estímulo endógeno, criava uma realidade interna que às vezes se confundia com a externa, o foco deslocou-se para o núcleo gerador dessa nova realidade: surgiu o estudo do estímulo interno, já então chamado de *Trieb*, e o que fora antes neuropsicologia do ego passou a ser uma psicologia do impulso (*Trieb*) sexual reprimido, que muitos anos depois seria chamada de *psicologia do id*.

A descoberta dos caminhos dos sintomas a partir do impulso sexual reprimido passou a absorver praticamente todo o interesse de Freud. A quantidade gigantesca de dados clínicos levantados a partir dessa virada histórica fez com que não sobrasse tempo suficiente para a abordagem teórica mais profunda de tudo que observava na clínica, bem como a elaboração de uma teoria geral a partir daí, como fizera antes com os sonhos. São desse período os relatos de todos os casos clínicos publicados por Freud, que até hoje permanecem sendo os mais importantes da psicanálise. A concepção do que é psicanálise permanece ainda hoje atrelada às noções surgidas nesse período, em que tudo apontava para os caminhos tomados pelo impulso sexual reprimido e às fantasias inconscientes daí derivadas. Essa tendência se manteve mesmo diante de novas verificações surgidas a partir de

1914, com o aprofundamento do estudo sobre o narcisismo, que tinha tudo para desencadear sobre a teoria psicopatológica um abalo tão importante quanto o fora o de 1897, quando a *teoria da sedução* foi destronada. Entretanto, essa reviravolta conceitual não produziu as conseqüências que seria lícito esperar, como mostrarei no capítulo seguinte, ao falar da classificação dos instintos.

Depois da atividade febril durante os anos em que ficou inteiramente absorvido pela clínica das psiconeuroses de defesa, Freud finalmente teve tempo para refletir mais profundamente a respeito das conseqüências do acervo de experiências clínicas acumuladas sobre a teoria geral, que sempre ambicionou descrever como sua meta maior. Isto foi possível durante a Primeira Grande Guerra, quando o tempo dedicado ao atendimento a clientes diminuiu drasticamente. Foi possível fazer uma avaliação teórica dos achados clínicos acumulados nos anos anteriores, bem como desenvolver novas feições de uma teoria psicológica geral.

Segundo Jones (1953) e Strachey (1957), planejou escrever em 1915 uma série de doze artigos, em que daria conta de sua teoria geral, de forma tão ampla como só ousara antes no abortado *Projeto* (1895). Esses fundamentos teóricos, semelhantes aos revelados no capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* (1900), ressurgiam agora com proposta ainda mais ousada. Nesses artigos, não era feita apenas uma descrição um tanto fenomenológica de um aparelho psíquico derivado da decifração dos sonhos. Era também traçada a gênese e o desenvolvimento desse aparelho a partir de sua fonte biológica, através da exposição do conceito fundamental de *Trieb*. Só publicou cinco desses artigos, nos quais o ego e o narcisismo não foram contemplados com exame especial, sem embargo de sua já reconhecida importância nesses artigos.

Foi nessa série de artigos que ressurgiu a palavra *metapsicologia*, com a qual Freud pretendia no início denominar sua psicologia psicanalítica, sendo os artigos chamados de metapsicológicos. Realizara finalmente o desejo de dar nome especial ao sistema teórico da psicanálise, que traçaria o esquema do aparelho psíquico, descrevendo sua

origem, sua estrutura e seu funcionamento, desde a fonte biológica do estímulo endógeno que recebera o nome de *Trieb* até a consciência como órgão senso-perceptivo. A metapsicologia seria uma espécie de transcendência da psicanálise como psicologia, um ponto em que esta penetraria na biologia. Disse a esse respeito:

Não será fora de propósito dar um nome especial a esse modo integral de tratar nosso objeto de estudo, pois se trata da consumação da pesquisa psicanalítica. Proponho que quando tivermos tido êxito em descrever um processo psíquico em seus aspectos dinâmico, topográfico e econômico, falarmos de uma apresentação metapsicológica. (1915e, p. 181)

Parecia levar em tão alta conta sua metapsicologia, acalentada secretamente durante tanto tempo, que mais tarde lhe atribuiu características mágicas de “feiticeira”, por sua capacidade de solucionar as mais intrincadas questões teóricas (1937c).

Os artigos metapsicológicos têm como ponto de partida o conceito de *Trieb*¹, o ponto comum entre a psicanálise e a biologia, na medida em que é “um conceito na fronteira entre o mental e o somático, como um representante dos estímulos originados no interior do organismo que atingem a mente” (1915c, p. 121/2). Corresponde às necessidades básicas da vida — respiração, fome, sede e sexo, comuns aos seres vivos em geral. Posto essas necessidades já tivessem sido expostas em 1900 como fontes tanto do desejo quanto do pensamento, somente nos artigos de 1915 a exposição anterior receberia o *status* de conceito metapsicológico através de sua manifestação como *Trieb*, que seria desenvolvido e tornado inteligível.

¹ A palavra alemã *Trieb* costuma ser traduzida entre nós por *pulsão*, por influência francesa, ou *instinto*, por influência inglesa. Por razões explicitadas à frente, quando tratar especificamente do conceito metapsicológico de *Trieb*, seguirei a tradução inglesa, empregando o termo *instinto*; de acordo com o contexto, usarei alternativamente *impulso instintivo* ou simplesmente *impulso*, como fazem os americanos — geralmente usam *drive*, mas, circunstancialmente, *instinctual drive*.

Trieb foi descrito (1915c) como um estímulo endógeno proveniente das necessidades vitais. Situando-se em uma zona limítrofe entre o corpo e a mente, não deve com propriedade ser colocado na categoria de fenômeno inteiramente psíquico. Freud expressou esse ponto de vista com clareza: “*Um instinto não pode nunca tornar-se objeto da consciência — somente a idéia que representa o instinto pode. Além do mais, mesmo no inconsciente, um instinto não pode ser representado de outra forma senão por uma idéia*” (1915e, p. 177). Portanto, apenas seu representante deve ser considerado psíquico. Ele exerce o papel de chama propulsora da vida em todos os seres vivos, cumprindo-nos acompanhar seu desenvolvimento na pessoa humana através de seus representantes psíquicos, isto é, da forma como se apresenta na esfera psíquica. Esses representantes são de duas espécies: (1) *quota de afeto* e (2) *representação* ou *idéia* (*Vorstellung*)². Estes formam o núcleo germinativo da mente, do qual derivam os demais elementos psíquicos, particularmente o afeto e o pensamento. A quota de afeto é a energia psíquica propriamente dita, o elemento quantitativo do instinto, comumente chamada de libido, quando se refere ao instinto sexual. A idéia ou representação é o registro mnêmico de um fato percebido ao qual se liga uma quota de afeto. Em conjunto, constituem a matéria-prima da mente, sendo a base dos afetos e do pensamento (processo primário e secundário). Acompanhar as vicissitudes dos representantes psíquicos do instinto é ter acesso a todos os processos mentais normais e patológicos, na medida em que a mente se estrutura através deles. Por outro lado, a amalgamação dos representantes psíquicos do instinto com seus equivalentes biológicos é de tal ordem, que sua consideração implica resvalar a todo momento na neurociência, mesmo antes de entrarmos mais detidamente no

² *Vorstellung* costuma ser traduzida em inglês por *idea* e *presentation*; em francês, por *representation*; em português, por *idéia* ou *representação*, conforme se siga a influência inglesa ou francesa. Segundo Lalande, apoiando-se em Eucken, a palavra *Vorstellung* foi introduzida na linguagem filosófica alemã por Wolff, um discípulo de Leibniz, com o sentido de *idéia* ou *imagem*, para substituir o vocábulo latino *imaginatio*, empregada anteriormente. Citando Lachelier, Lalande sugere que os alemães “ficaram chocados quando se começou a empregá-la [*Vorstellung*] no sentido filosófico”. (1926, p. 954)

diálogo da psicanálise com esse ramo da biologia. Um pouco mais à frente (segunda parte) tratarei especificamente desses representantes psíquicos em seu papel de estruturação do psiquismo, desde a expressão inicial do afeto até a formação do pensamento e da consciência. Por ora, me deterei nas considerações gerais sobre o conceito de *Trieb* em si, tal como foi descrito nos artigos metapsicológicos.

3. O conceito de *Trieb* e as controvérsias a seu respeito

a. O problema da tradução.

Tendo em vista que a obscuridade inerente a esse conceito costuma tornar-se dramática em razão das controvérsias em torno da tradução do vocábulo *Trieb*, empregarei nos parágrafos que se seguem o vocábulo original alemão, da mesma forma que o farei com seu congênere — *Instinkt* —, em razão de o modo como esses diferentes conceitos se acham entrelaçados ser a fonte principal dessas obscuridades. Grande número de psicanalistas costuma estabelecer a diferença entre os dois conceitos por meio de distinção radical: *Instinkt* relaciona-se ao comportamento herdado, automático e rígido dos animais, ao passo que *Trieb* é eminentemente plástico, um componente exclusivo do psiquismo humano.

Há muitos reparos a fazer a essa distinção, que contém reducionismo injustificável. Em primeiro lugar, tal visão não se coaduna com a de Freud, para quem *Trieb* é conceito vindo da biologia, sendo esta origem suficiente para estendê-lo às demais espécies. Sua origem é incontrastavelmente uma necessidade biológica, presente em qualquer espécie — por exemplo, Freud (1920g) lançou mão do vôo migratório das aves de arribação e do comportamento dos peixes na piracema quando quis ligar a compulsão à repetição observada na clínica psicanalítica à tendência conservadora inerente ao conceito de *Trieb*. Ademais, afirmava (1915c) que, apesar de a obscuridade desse conceito trazer dificuldades inumeráveis para a teorização psi-

canalítica, não era de esperar que o esclarecimento sobre a questão viesse da psicologia, mas de fora dela, presumivelmente da biologia.

O equívoco surge provavelmente da propensão dos psicanalistas a rejeitar as bases biológicas da psicanálise e a conceituação desta como ciência natural. Esse repúdio ao espírito científico freudiano gerou a grande polêmica em torno da tradução de *Trieb* por *instinto*, adotada pelos ingleses desde o início (*instinct*), com a aprovação de Freud. Como *Instinkt* é, sem dúvida, conceito etológico diferente de *Trieb*, a despeito de guardarem estreita conexão entre si, os franceses criaram *pulsion* para traduzir *Trieb*, com o qual pretenderam estabelecer a distinção com o conceito de *Instinkt*. Como este último é o nome dado costumeiramente ao comportamento herdado e automático dos animais, imaginou-se que estes só teriam *Instinkt* e não *Trieb*, enquanto que a espécie humana só teria *Trieb* e não *Instinkt*, o que constitui interpretação equivocada. A controvérsia em torno da tradução acabou deixando a compreensão do conceito em segundo plano, até porque essa compreensão inclui mergulhar em suas fontes biológicas. Por isso, o problema da tradução, se a imprecisão conceitual não for esclarecida primeiro, apenas amplifica a obscuridade inerente ao conceito e, nesse sentido, não creio que a simples compreensão do significado da vocábulo em alemão elimine o problema nuclear. É bem conhecida, por exemplo, a meritória obra de L. Hanns dedicada à tradução *do alemão de Freud*. Em que pese esse autor revelar apreciável erudição a respeito do tema, abrangendo toda a gama possível de significados do vocábulo alemão, deixou de lado o mais importante, ou seja, o conceito de *Trieb* em sua vertente biológica original, de onde foi trazido para a psicanálise. Ao apontar todos os possíveis significados de *Trieb* e sua confrontação com *Instinkt*, o referido autor mostrou que em alemão *Trieb* também tem o significado de “*instinto, força biológica inata*”, isto é, equivale a *Instinkt* (1996, p. 345). Apesar disso, deixou de transmitir a noção completa do conceito metapsicológico, pois se ateu a aspectos parciais da descrição de Freud, restringindo-se àquelas do *Trieb* sexual. Ficou de lado, por exemplo, a afirmação de Freud de que um *Trieb*, além de não poder

ser objeto da consciência, não pode também existir no inconsciente, sendo isto suficiente para entendê-lo como situado fora da categoria do psíquico — são psíquicos seus representantes: quota de afeto e idéia ou representação (*Vorstellung*). Para não deixar dúvida quanto a seu pensamento, acrescentou que quando se referia a *Trieb* em vez de seus representantes psíquicos o fazia de forma imprecisa, ficando implícito que se referia ao fenômeno da esfera psíquica (1915e). Deste modo, diante da imprecisão inerente ao conceito, não basta conhecer o idioma alemão; é indispensável conhecer os meandros científicos dos conceitos, daí ser comum psicanalistas cuja língua nativa é o alemão lerem Freud munidos dos comentários editoriais de Strachey. No caso em questão, mesmo sendo diferente de *Instinkt*, *Trieb* é conceito originário da biologia e aplicável aos demais animais; dificilmente entenderemos seu emprego na psicanálise se não for levada em conta essa origem.

É verdade que o animal humano não possui o comportamento herdado e estereotipado na proporção verificada nas outras espécies animais. Não é verdade, contudo, que estas últimas não tenham *Trieb* — na realidade, têm ambos: *Instinkt* e *Trieb*. Mesmo assim, é preciso esclarecer que essa definição reducionista de *Instinkt* como comportamento totalmente herdado e automático só está sendo levada em conta aqui para efeito de tentar desfazer um equívoco conceitual. Em um sentido mais rigorosamente científico, essa visão estereotipada caiu em desuso pelos especialistas da área — os etólogos —, depois da observação de que nos animais não-humanos também existe interação entre herança genética e aprendizagem, à semelhança do que ocorre com o animal humano.

Freud declarou reiteradas vezes que maior clareza sobre o conceito deveria vir de fora da psicanálise e, enquanto isso não acontecesse, a teorização psicanalítica teria de continuar Tateando em meio a incertezas (1915c). Não viveu o suficiente para presenciar o desenvolvimento da etologia, que viria resultar na concessão do Prêmio Nobel a três de seus praticantes. Com os dados que temos hoje, já podemos tentar desfazer com mais segurança e objetividade parte dos equívocos

em relação aos conceitos de *Trieb* e *Instinkt*, apesar de as postulações de Freud já haverem sinalizado no sentido das observações que farei a seguir, a partir das definições trazidas pela etologia moderna.

Eis como o *Dicionário Etológico*, de Armin Heymer, descreve esses conceitos:

Instinkt — Tinbergen [etólogo, ganhador do Prêmio Nobel] entende por *Instinkt* “um mecanismo nervoso hierarquicamente organizado que reage a estímulos advertidores, desencadeadores e diretores, de caráter endógeno ou exógeno. A reação consiste em uma série de movimentos coordenados que contribuem para a preservação do indivíduo e da espécie”. Hoje em dia o conceito de *Instinkt* tornou-se controverso e obsoleto.

Trieb — Concebe-se *Trieb* como um conjunto de forças de incitação à ação, acumulando-se de maneira automática e rítmica e condicionando a constituição de um estado de tensão interna específica. Este pode conduzir a uma descarga, na ausência de qualquer intervenção exterior. De fato, *Trieb* é a fonte de toda conduta espontânea. Em seu desenvolvimento, obedece a leis endógenas que lhe são próprias. Em princípio, *Trieb* corresponderia em castelhano a *tendência*, estado latente de *Drang*.

Drang — Disposição para levar a cabo uma conduta determinada (conduta instintiva). Constitui a forma atualizada ou ativada de *Trieb*, que é a forma latente [do *Drang*]. O *Drang* de uma ação específica está baseado em processos de excitação no sistema nervoso central que podem reproduzir-se experimentalmente.

Vemos aí três conceitos diferentes, imbricados de tal forma, que não podem ser separados: (1) *Trieb*, conjunto de forças de incitação à ação, criador de tensão interna, em estado latente; (2) *Drang*, correspondente à ativação *do Trieb*, provocando a disposição para realizar a ação instintiva; (3) *Instinkt* – organização de onde surge a ação comportamental, impulsionada pelos dois estados anteriores. Portanto, considerando o instinto como o responsável pelo com-

portamento final, temos que *Trieb* e *Drang* são dois momentos da excitação que impulsionam e deflagram a ação instintiva.

Considerando que Freud incluiu *Drang* (pressão) no conceito de *Trieb* (1915d), considerando-os uma só unidade, sendo o primeiro um aspecto, ou momento, do segundo, podemos contemplar como *Trieb* a força propulsora do comportamento instintivo. Desse modo, *Trieb* e *Instinkt* funcionam como um todo integrado, sendo o primeiro a “força de incitação à ação”, e o segundo, um “mecanismo nervoso organizado hierarquicamente”, que leva à produção de “uma série de movimentos coordenados que contribuem para a preservação do indivíduo e da espécie” – *Instinkt* corresponde a uma ação com um fim determinado; *Trieb* é o impulso incitador desta ação. Registre-se que são eventos decorrentes de excitação do sistema nervoso central, que, no caso específico do *Drang*, podem ser provocados experimentalmente.

Esses fenômenos não se restringem às demais espécies animais, pois se passam também em nossa espécie. Nem poderia ser diferente, pois desde Darwin sabemos não existir diferença qualitativa entre os seres humanos e os animais de outras espécies. A recente descoberta do genoma veio comprovar esse conhecimento anterior de modo infismável: a diferença entre as espécies consiste apenas em diferenças quantitativas. No que concerne ao comportamento, a distinção reside no grau de organização do *Instinkt*. Inicialmente, na fase de indiferenciação — sujeito-objeto (plano externo) e id-ego (plano interno) —, a criança humana age tão instintivamente quanto os animais, tendo, como estes, o que Freud chamou de “conhecimento instintivo” (1918b [1914]). Com a maturação e o desenvolvimento posteriores, o *Instinkt* que o ser humano herdou das outras espécies organizou-se em tão grandes proporções e com tanta complexidade, que mereceu um nome apropriado — *ego*. Deste modo, a diferença entre o ego do ser humano e o instinto dos outros animais é apenas uma questão de grau de organização de um sistema nervoso mais complexo. Enquanto nos animais *Trieb* e *Instinkt* continuaram indiferenciados, no ser humano se diferenciaram em id e ego, respectivamente.

Freud admitiu isso explicitamente, em diversas circunstâncias: (1) ao afirmar que os animais superiores também possuem um ego (1923b e 1940a [1938]); (2) ao dizer que o ego, mesmo que ainda não exista no início, já está com seu desenvolvimento posterior estabelecido geneticamente (1937c); (3) ao esclarecer que no início não há nem ego nem id diferenciados, mas um todo indiferenciado ego-id, do qual o id e o ego se desenvolvem como produto de diferenciação (1940a [1938]); esse todo indiferenciado (ego-id) foi considerado por Hartmann (1950) uma matriz comum equivalente ao instinto dos animais. Com isto, Freud apenas manteve a coerência do ponto vista sustentado ao longo de sua obra, segundo o qual “*o homem não tem por que excluir-se do reino animal*”. (1933b [1932], p. 204)

Em resumo, *Trieb* é uma energia de excitação, força desorganizada e caótica que impulsiona permanentemente no sentido da descarga — esta será a responsável pela cessação da excitação. *Instinkt* é a organização dessa força para a execução de ação com a finalidade de preservação da vida do indivíduo e da espécie. A mesma diferença pode ser atribuída no tocante ao id e ao ego. Dito de outro modo, *Instinkt* é o “ego” dos animais não-humanos; o ego é o “*Instinkt*” do animal humano.

Essa idéia costuma ser recebida com desconfiança e incredulidade pela maioria dos psicanalistas, habituados a ver no *Instinkt* apenas o comportamento automático dos animais não-humanos, partindo da visão equivocada de que o animal humano seria qualitativamente diferente deles. Ao mostrar a falsidade disto, Darwin já descrevia o comportamento dos animais de modo diverso do que muitos psicanalistas ainda hoje costumam ver. Eis o que disse, em *A Origem das Espécies*:

Não tentarei dar nenhuma definição de instinto. Seria fácil mostrar que várias ações mentais diferentes são comumente abrangidas por este termo; mas qualquer pessoa compreende o que se quer significar quando se diz que o instinto impele o cuco a migrar e pôr seus ovos nos ninhos de outros pássaros.

Um ato que exigiria de nós experiência para nos capacitar a executá-lo e que é executado por um animal, especialmente por um filhote sem experiência, e por muitos animais da mesma espécie, do mesmo modo, sem que se conheça a sua finalidade, geralmente é chamado de instintivo. Mas eu poderia mostrar que nenhuma dessas características é universal. Uma pequena dose de julgamento e raciocínio (...) participa comumente da ação, mesmo se tratando de animais inferiores na escala da natureza. (1859, p. 119)

Referindo-se a essa observação de Darwin, o paleantropólogo Richard Leakey fez o seguinte comentário:

É preciso mencionar, entretanto, que nos animais superiores algumas formas de comportamento que parecem devidas a instinto na verdade dependem do que é chamado de “transmissão cultural”. Por exemplo, pássaros de várias espécies nascem com o instinto para um padrão característico do seu canto, mas precisam aprender os detalhes da melodia ouvindo os outros da mesma espécie. (1979, p. 130)

Essa visão pioneira foi confirmada pela etologia moderna, ao ser constatado que a aprendizagem dos animais é mais ampla do que a verificada por Darwin e a apontada por Leakey a propósito da “transmissão cultural” presente no canto dos pássaros. Por isso, segundo Fernández (1984), os etólogos aboliram de vez o antigo conceito de instinto, usando-o apenas quando se dirigem a leigos. Para esses cientistas, a diferença de comportamento entre o animal humano e os outros animais reside apenas na variação de pesos em uma balança formada por dois elementos: *aquisição por aprendizagem* e *aquisição por herança genética*.

Estes dados poderiam ser suficientes para esclarecer a controvérsia a respeito da tradução de *Trieb*. Todavia, os equívocos conceituais

implicados são tão amplos e arraigados, que adicionarei ainda alguns comentários.

O problema da tradução de *Trieb* é de difícil solução por não haver em português uma palavra apropriada para o fenômeno biológico que tem esse nome em alemão. Mesmo *instinto* não sendo a tradução fiel ao conceito, costumo usá-la, como fazem os ingleses, por considerá-la a *menos inadequada*, por diversas razões:

1. Não me parece tão inadequada quanto se tem propalado, tendo em vista a superposição dos fenômenos biológicos abrangidos pelos vocábulos alemães *Trieb* e *Instinkt*, como foi exposto.

2. É de emprego corrente em português, sendo usada com naturalidade pelo povo em geral, à semelhança do que ocorre com a congênera alemã *Trieb*. Qualquer pessoa no Brasil, até psicanalistas que condenam o emprego de instinto para traduzir *Trieb*, ao explicarem espontaneamente como resolveram determinada situação em que não puderem raciocinar antes, dizem ter agido *por instinto*. Por isso, usar instinto para traduzir *Trieb* em português está de acordo com o espírito de Freud, que evitava jargões técnicos, escolhendo vocábulos de uso corrente. *Pulsão*, cujo uso tem sido o preferido por grande parte dos psicanalistas brasileiros, contrasta com esse espírito: é jargão técnico estranho à língua portuguesa, não sendo conhecido pela população. Mesmo na França não é original, tendo sido criada para traduzir *Trieb*, como registra o dicionário *Robert*.

3. Não distorce o conceito freudiano quanto se supõe. Tanto é assim que o próprio Freud o usou em inglês, idioma que conhecia muito bem. A esse respeito, Joan Rivière, analisada por ele, disse que desde o início ficou impressionada com o grande conhecimento que tinha do idioma inglês (Jones, 1953). Não é de acreditar, outrossim, que Freud não fizesse qualquer objeção quanto à tradução inglesa se achasse a tradução inadequada, até mesmo porque tinha meios de exercer influência na tradução, tendo em vista sua ascendência não só sobre James Strachey, seu tradutor oficial naquele idioma, mas também sobre Joan Rivière, responsável por algumas traduções.

4. Freud deu à seção IX de *Psicologia das Massas* (1921c) o

título de *Herdentrieb*, traduzido em português por *Instinto Gregário* (Edição Standard Brasileira). Entretanto, no decorrer do texto fez uso indiscriminado de *Herdentrieb* e *Herdeninstinkt*, empregando-as alternadamente para significar exatamente a mesma coisa. Para ser mais preciso, usou *Herdeninstinkt* cinco vezes e *Herdentrieb* três vezes. Para não deixar margem a qualquer dúvida de que usava as duas palavras de forma alternada para se referir ao mesmo conceito, em determinado trecho do original alemão, escreveu: “*Triebe (oder Instinkte)*”, estabelecendo inequívoca identidade entre ambas.

5. Creio não menos relevante assinalar que, apesar de os franceses costumarem ser os mais contundentes críticos da tradução de *Trieb* por instinto, alguns traduzem o substantivo composto *Lebenstrieb* por *instinto* de vida e *Todestrieb* por *instinto* de morte. A propósito disso, o insuspeito Jean Hyppolite, profundo conhecedor do idioma alemão, tradutor de importantes obras de Hegel para o francês, sendo provavelmente o mais eminente filósofo militante do lacanismo, traduziu sistematicamente *Destruktionstrieb* por *instinct de destruction* (in Lacan, 1966, p. 885). O próprio Lacan (*ib.* p. 886), em nota de rodapé a respeito do *comentário falado* sobre a *Verneinung*, de Hyppolite, empregou *instinct de mort* (*Todestrieb*), como o fez nos *Seminários*.

6. Ainda que instinto não expresse plenamente o sentido de *Trieb*, a inexistência de outro vocábulo que o faça mais adequadamente me parece tornar sua adoção aceitável. Ademais, não é a única vez que um termo biológico, ao ser trazido para a psicanálise, passa a expressar nesta um conceito um pouco diferente do original. Temos o exemplo de *simbiose*, aplicado na relação mãe-bebê, que tem um significado diferente na biologia.

7. Acrescente-se que Freud costumava usar o substantivo composto *Triebregung* em vez de simplesmente *Trieb*. Grande parte dos psicanalistas brasileiros tem usado, para traduzir aquele substantivo composto, a expressão *movimento pulsional*, que é mais divorciada ainda de nossa linguagem corrente que *pulsão*. A tradução de *Trieb* por instinto permite que o substantivo composto possa ser traduzido por *impulso instintivo*, muito mais de acordo com o espírito de nossa língua.

8. Por sinal, *impulso* é o vocábulo vernáculo que melhor exprime o sentido genuíno de *Trieb*, embora seu uso não seja comum entre os psicanalistas brasileiros, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde a tradução é feita por *drive* e *instinctual drive*. Algumas pessoas poderão levantar contra essa sugestão a assertiva de Lacan de que *Trieb* não é a mesma coisa que impulso (*poussée*), que se ajustaria mais a *Drang* que a *Trieb*. Não desconheço essa interpretação, assim como não ignoro sua afirmação, a respeito do conceito de *Trieb*, de que “*desde as primeiras linhas, Freud sustenta, da maneira mais formal, que no caso do Trieb não se trata absolutamente da pressão de uma necessidade como a fome ou a sede*” (Lacan, 1964, p. 149/50). A asserção surpreende sobretudo porque se refere a um texto em que Freud se expressou de modo inteiramente diferente do que lhe foi atribuído. Eis como seu pensamento foi exposto, com inexcedível clareza:

[Trieb] é um estímulo aplicado sobre a mente. Mas devemos nos pôr em guarda contra igualar Trieb a estímulo mental. Existem obviamente outros estímulos sobre a mente além daqueles do tipo do Trieb, estímulos que se comportam muito mais como fisiológicos. Por exemplo, quando uma forte de luz incide sobre o olho, não é um estímulo da natureza do Trieb; contudo, é [destaque de Freud] um estímulo do tipo do Trieb quando a secura da membrana mucosa da faringe ou uma irritação da membrana mucosa do estômago se fazem sentir (1915c, p. 118). Presumindo, por certo, que estes processos internos são a base orgânica das respectivas necessidades de sede e fome (ib. n.) ... Um termo melhor para um estímulo do tipo do Trieb é a “necessidade” (idem, 118/9).

Segundo Freud, *Trieb* é um estímulo sobre a mente derivado de uma necessidade que a obriga a trabalhar para encontrar uma forma de fazer cessar ou diminuir o estímulo mediante uma ação sobre o mundo

externo. É o que ocorre com a fome e a sede, cuja característica de estímulo da natureza de um *Trieb* (de autopreservação) seria reiterada mais tarde (1933a). No caso da incidência da luz sobre os olhos, há uma reação reflexa que não implica propriamente um trabalho da mente. Ao ver pelo avesso o que Freud mostrou de frente de modo tão claro, observa-se que Lacan quis fazer uma ruptura radical entre o que chamou de *campo freudiano* e o corpo, ao considerar o *Trieb* fora do cenário natural de sua ação. Freud, ao conceber a metapsicologia aqui descrita, quis exatamente transcender o campo que Lacan lhe atribuiu, daí não ser minha intenção olhar o fenômeno com a ótica do famoso psicanalista francês: a Lacan, o que é de Lacan; a Freud, o que é de Freud.

9. Finalmente, o abandono do conceito de instinto pela etologia pode liberar o termo para ser usado pela psicanálise com o sentido que lhe tem sido dado nesta, ou seja, de *Trieb*.

b. Classificação dos instintos — repercussões sobre a estrutura psíquica.

Freud teve dificuldade para classificar os instintos, em vista da obscuridade intrínseca ao conceito. Inicialmente, colocou-os em duas categorias: (1) os que atuam no sentido da preservação do indivíduo constituiriam os instintos de autopreservação, também chamados de instintos do ego; (2) os que se destinam a preservar a espécie constituiriam os instintos sexuais. Os primeiros somente tiveram sua existência constatada, sem que fossem objeto de estudo detalhado, já que sua manifestação não era clara nas psiconeuroses de defesa. Por isso, sua energia foi chamada, um tanto vagamente, de *interesse*, sem nenhuma descrição que a caracterizasse com nitidez. Já os instintos sexuais foram amplamente estudados, pois eram os que sofriam repressão e se mostravam de forma exuberante nos sintomas das neuroses de defesa. Uma vez que os instintos de autopreservação do ego não eram passíveis de repressão, foram deixados de lado, não sendo

objeto de estudo. O nome dado à energia do instinto sexual, *libido*, em vista da exclusividade com que aparecia em todas as análises, virou praticamente sinônimo de energia psíquica em geral, mesmo Freud o diferenciando sistematicamente do *interesse*, a desconhecida energia do instinto autopreservativo do ego.

Aos poucos, a verificação do narcisismo foi mostrando que a libido também atuava no ego, em sinergia com o *interesse* inerente a este. A presença de libido também no ego produziu certo desconforto teórico na formulação metapsicológica, que fora montada segundo o modelo do instinto sexual reprimido. Freud postulou que, no início da vida, os dois instintos, sexual e de autopreservação, atuariam de forma indiferenciada, não sendo possível distingui-los. O instinto sexual seria a princípio autônomo, primariamente narcísico, isto é, não precisaria de um objeto, sendo capaz de satisfazer-se auto-eroticamente. Já o instinto autopreservativo do ego seria totalmente dependente do objeto, pois não sobreviveria sem ele. Estando os dois instintos confundidos nesse estágio de desenvolvimento, o de autopreservação conduziria o sexual para o objeto, do qual também passaria a obter satisfação, saindo progressivamente do estágio auto-erótico. Com a maturação somática e o desenvolvimento psíquico, essa relação acabaria se invertendo, isto é, o instinto sexual deixaria de se contentar de forma predominante com a satisfação auto-erótica e passaria a necessitar do objeto, enquanto que o instinto de autopreservação se tornaria mais e mais independente do objeto, tornando-se de certa forma auto-suficiente.

Em suma, o narcisismo descerrou a cortina que permitiu ver a libido também desempenhando um papel no ego. Ao constatar a natureza narcísica da libido do ego, Freud fez a seguinte afirmação:

É possível ser absolutamente egoísta e ainda assim manter poderosas catéxias objetais, uma vez que a satisfação libidinal em relação ao objeto faz parte das necessidades do ego. (1916/17, p. 417)

Com isso, atrelava a sexualidade à autopreservação, tornando-as indissociáveis. Não fosse a necessidade de defender o *establishment* já amplamente dominante, a nova postura seria uma virada tão sensacional quanto a anterior, que substituiu a hipótese traumática da sedução pela fantasia e levou ao conceito de *Trieb*, tendo em vista que colocava a autopreservação do ego em situação de identidade com o instinto sexual, até então tido como *primus inter pares*. Estava ali sacramentada a necessidade de compreender o funcionamento do ego. Essa necessidade nunca chegou a ser explorada a fundo; ainda assim, foi explicitada em termos solenes e isentos de ambiguidades:

Conduzi-os agora à região onde os próximos avanços no trabalho da análise são esperados. Uma vez que nos aventuramos a trabalhar com o conceito de libido do ego, as neuroses narcísicas se tornaram acessíveis a nós; a tarefa à nossa frente é chegar a uma elucidação dinâmica desses transtornos e, ao mesmo tempo, completar nosso conhecimento da vida mental, chegando à compreensão do ego. A psicologia do ego que estamos procurando não deve basear-se nos dados de nossas autopercepções, mas sim (como no caso da libido) na análise dos transtornos e das rupturas do ego. É provável que, quando tivermos conseguido realizar essa tarefa maior, teremos uma opinião modesta de nosso presente conhecimento das vicissitudes da libido, que adquirimos no estudo das neuroses de transferência. Mas até agora não fizemos muito progresso. As neuroses narcísicas dificilmente podem ser atacadas com a técnica de que nos servimos nas neuroses de transferência. (...) Nossos métodos técnicos devem, por isso, ser substituídos por outros; e nem sequer sabemos se conseguiremos encontrar um substituto. (1916/17, pp. 422/3)

Freud tinha exata noção da magnitude dessa “tarefa maior”, porém não era possível realizá-la. Era escasso o conhecimento dos processos patológicos do ego, mais especificamente de suas feridas narcísicas,

em que deveria basear seu mapeamento, de modo que continuava não podendo estudá-lo mais a fundo. No entanto, o que descobrira a respeito do narcisismo era tão incômodo que logo de saída mostrou-lhe a inadequação da teoria da libido, já que ela também atuava no ego e, portanto, participava da autopreservação. A perplexidade dessa observação parecia dar razão a Jung, que postulava uma teoria monista segundo a qual a libido seria a única energia psíquica. Foi assim que o estudo do narcisismo culminou na reformulação da teoria dos instintos, quando Freud não pôde deixar de se render à evidência de que a libido é uma energia comum aos instintos sexual e de autopreservação. A energia comum levou à conceituação de um instinto também único, o instinto de vida, que englobaria os dois anteriores, o que, de certa forma, dava razão a Jung. Ao se dar conta da inclinação de todo ser vivo a desintegrar-se e retornar à condição inorgânica, Freud considerou essa tendência um instinto, que chamou de morte (*Todestrieb*), que se oporia ao instinto de vida resultante da junção dos instintos sexual e de autopreservação. Destarte, podia manter sua teoria dualista e continuar rejeitando a idéia de Jung, que fora o estopim do rompimento entre os dois.

Tendo feito a reformulação da teoria dos instintos, a atuação da libido no ego continuava a constituir enigma teórico de difícil decifração. Apesar da falta de dados sobre o funcionamento daquela instância e da predominância avassaladora do empenho em examinar a libido reprimida, o narcisismo manifestava-se com frequência nos quadros clínicos, como uma espécie de incômodo corpo estranho no sistema estabelecido. Essa insistência acabou levando ao retorno do estudo do ego, em 1923. O mesmo narcisismo que levava à reformulação da teoria dos instintos possibilitou uma incursão no ego, até então considerada instância inacessível, desencadeando um processo que conduziu à reestruturação total do aparelho psíquico.

Ao resgatar o ego do limbo teórico a que o havia impellido há cerca de 28 anos, Freud fez observações capazes de provocar radical transformação nos rumos da psicanálise. Dentre outras coisas, constatou a existência nele de um núcleo inconsciente tão importante quanto o do reprimido, que até então fora confundido com o inconsciente. Foi

verificada, outrossim, uma gradação no interior do ego, conducente à constituição de outra instância, o *superego*, também inconsciente, resultante da internalização da figura parental, que passaria a representar para o ego, por toda a vida, o que os pais propriamente ditos representaram na infância. O aparelho psíquico freudiano passou a se constituir de três estruturas: id, ego e superego (1923b). Segundo a nova topografia estrutural da mente, essas três instâncias têm seu núcleo inconsciente, sendo prerrogativa apenas do ego ser também pré-consciente e consciente. Esse privilégio lhe permite ser uma estrutura bifronte, voltada para o mundo externo através da percepção e para o mundo interno, onde tem contato com o id e o superego. Estes últimos são instâncias apenas internas que só entram em contato com o exterior através do ego, que as representa perante a realidade externa. A guinada maior nessa nova teoria estrutural foi a concepção de um superego com poder desejante tão intenso quanto o do id, com a mesma capacidade deste para exercer pressão sobre o ego. Com isso, uma aquisição cultural teria a mesma força que a herança genética. O ego, por sua vez, seria a síntese que englobaria a ação mutuamente contrária dos pólos biológico e cultural.

A nova classificação dos instintos e a nova disposição topográfica da estrutura psíquica eram suficientemente revolucionárias para precipitar profundas mudanças no arcabouço teórico e na prática da psicanálise. Mas, como foi visto, a revolução não se processou na proporção que seria natural se as novas concepções fossem integralmente absorvidas. Os dezessete anos passados entre o desmoronamento da teoria da sedução (1897) e a introdução do conceito de narcisismo (1914) fizeram com que o estudo da libido reprimida tivesse tomado tal vulto, que insignificante espaço sobrou para a instância repressora. Levar às últimas conseqüências a pesquisa do ego recém-reintroduzido, com suas feridas narcísicas de natureza traumática, produziria uma espécie de cataclismo sobre o que já se tornara o *establishment* psicanalítico. Para evitar a consumação dessa nova reviravolta, que agora seria mais ampla e disruptiva, o ego e o narcisismo foram admitidos, mas apenas como caudatários do id. Mesmo assim, o espírito científico de Freud

levou-o a deixar registradas importantes declarações a respeito da importância do estudo do ego e do narcisismo para o futuro da psicanálise, a despeito de não poder realizar esse estudo de imediato.

Não obstante o entusiasmo de Freud com sua imaginada psicologia do ego, a libido sexual reprimida continuou dominando a mente dos psicanalistas. O estudo do narcisismo ficou em segundo plano, sendo tratado segundo os parâmetros anteriores, únicos considerados genuinamente psicanalíticos. A caudalosa torrente de dados surgidos com o estudo do impulso reprimido tinha sido de tal modo impressionante, em contraste com a escassez de informações clínicas sobre o ego, que as observações de Freud da existência de um surpreendente ego inconsciente nunca foram levadas na devida conta, inclusive por ele próprio, sendo ainda hoje negligenciadas. Esse descaso fez com que seus seguidores que fizeram depois observações clínicas que não se enquadravam nos estudos anteriores sobre o instinto sexual reprimido não buscassem explicações para os novos cenários clínicos nos conceitos freudianos de ego inconsciente e narcisismo, tão poderosa foi a influência do *establishment*. Ao contrário, parecem tê-los ignorado, engendrando teorias próprias, que às vezes chegaram a constituir novas psicanálises. Refiro-me em particular à corrente inglesa das relações de objeto e à americana da psicologia do *self*.

Nesse sentido, mesmo a psicologia do ego liderada por Hartmann, Kris e Loewestein, que se propunha a seguir a teoria estrutural de Freud, não desenvolveu o estudo do narcisismo. Ao contrário, Hartmann retirou do ego a sede do narcisismo, criando o conceito de *self* para absorvê-lo. Depois, Kohut transformou o *self* conceituado por Hartmann em nova estrutura da mente, em função da qual desenvolveu a clínica do narcisismo. O resgate do narcisismo como evento clínico feito por Kohut foi contribuição de grande porte para o desenvolvimento clínico, mas sua consideração teórica fora da metapsicologia freudiana, cujo conceito de ego foi atropelado pelo de *self estrutural*, trouxe mais problemas conceituais que soluções. Outras teorias de vanguarda, como a de Melanie Klein, passaram ao largo da consideração metapsicológica do narcisismo.

A reformulação estrutural introduzida tardiamente por Freud deveria ter trazido de volta a importância do fator traumático, que fora abandonada de maneira equivocada, assim como fora examinada precipitadamente. Aferrado à gênese sexual da mente, Freud tendeu a ver como trauma apenas o abuso sexual praticado geralmente por adultos contra crianças. Este sim era um equívoco a ser abandonado, ou melhor, tornado secundário. Não havia, contudo, apenas o trauma sexual, fato que não pôde ser verificado antes do estudo do narcisismo. Havia outro muito mais importante: o trauma da ferida narcísica sofrida pelo ego e não pelo instinto sexual. Freud viu como trauma sofrido pelo ego apenas os grandes impactos causadores de graves injúrias físicas, nas quais se incluíam os abusos sexuais. A ausência da noção de narcisismo fez com que ficasse de lado a consideração dos *microtraumas* cotidianos na esfera da autopreservação, inexpressivos se isolados, mas devastadores se freqüentes, mesmo não sendo notados. Ao contrário dos instintos reprimidos, esses traumas são produtores de falhas estruturais no ego cujas repercussões podem ser catastróficas (Andrade, 1996). Esses pormenores da estruturação da mente ficaram de lado, uma vez que foi estatuído, por meio de uma espécie de consenso tácito, que a psicopatologia deve ser entendida exclusivamente em termos da libido sexual reprimida, renegando-se tudo que Freud disse em contrário.

Ainda que ele mesmo tenha contribuído para que seu pensamento fosse distorcido, por não ter deixado explícito muito do que se pode depreender de sua obra, a própria definição de instinto aponta para caminhos que conduzem ao ego. Por exemplo, estabeleceu como modelo do instinto o arco reflexo, como tendência do sistema nervoso a livrar-se de excitação, isto é, a fórmula primordial de dominar o estímulo é a descarga automática para fora. À diferença de um estímulo externo descarregável automaticamente, o instinto, como um estímulo interno da natureza de uma necessidade, requer um conjunto de articulações internas que visam à produção de modificações no mundo externo propiciadoras da satisfação da necessidade. Portanto, o instinto obriga a mente a um trabalho, a uma elaboração, em vez de uma simples descarga. Uma vez que a função do sistema nervoso é livrar-se de

estímulos, no caso do estímulo proveniente do instinto, essa função já não é mais de um sistema nervoso atuando apenas no nível fisiológico, mas organizado como mente, que domina o estímulo instintivo preliminarmente através de um trabalho (elaboração) capaz de postergar a descarga e só efetivá-la mais tarde, em ocasião oportuna. Esse trabalho engloba uma multiplicidade de etapas, que inclui a alucinação (processo primário), a fantasia e o pensamento (processo secundário). Todos os processos envolvidos na elaboração implicam a existência de uma inibição da descarga automática, isto é, pressupõem a existência de um ego, mesmo que incipiente. Considerando seu auto-erotismo inicial, o instinto sexual é a princípio imune a desprazeres traumáticos oriundos de desejos não satisfeitos. Somente desejos da esfera da autopreservação são submetidos à frustração, com a conseqüente geração de desprazer, isto é, de uma ferida narcísica. Essa vivência costuma ser traumática para o ego ainda tenro, que pode, em caso de repetição freqüente, ter o desenvolvimento prejudicado pela superveniência de falhas estruturais.

A grande deficiência de uma focalização exclusiva no instinto sexual reprimido foi a pressuposição de que o ego é sempre íntegro, sem levar em conta suas diversas possibilidades de estar intrinsecamente enfraquecido em função dos referidos *microtraumas*, que nada têm a ver com as funções de defesa. São processos que se passam no que Hartmann (1939) chamou de *esfera livre de conflito* ou de *autonomia primária* do ego.

Tudo isto está implícito na própria forma como Freud conceituou o instinto, mas está explícito em um de seus últimos trabalhos, quando se referiu à fraqueza do ego, bem como a seus constituintes herdados geneticamente (1937c). Porém, esse aspecto do pensamento freudiano não foi desenvolvido de modo conveniente, e será alvo de nosso interesse aqui, em vista de sua notória ponte de acesso à neurociência.

Por ora, antes de entrar na interface propriamente dita entre a psicanálise e a neurociência, vou me deter ainda na metapsicologia da estruturação psíquica, a partir dos representantes psíquicos do instinto, isto é, a quota de afeto e a representação (idéia).

SEGUNDA PARTE: A ESTRUTURAÇÃO DO PSIQUISMO – DO AFETO À CONSCIÊNCIA*

4. O conceito metapsicológico de afeto

Como foi visto, afeto e pensamento constituem as manifestações capitais dos representantes psíquicos do instinto. Se quisermos acompanhar a gênese e o desenvolvimento do psiquismo, teremos de ultrapassar a raiz biológica do instinto e focalizar seus representantes psíquicos. Curiosamente, apenas o pensamento, bem como o representante que o produz, tem sido objeto de estudos propriamente psicanalíticos. O afeto, em que pese ser o objetivo último da psicanálise, tem sido descrito apenas fenomenologicamente, sendo escassamente escrutinado do ponto de vista metapsicológico. Mesmo Freud costumava se referir a ele de modo descritivo, sem os referenciais metapsicológicos que caracterizam suas formulações teóricas, apesar de esse fenômeno permear toda sua obra, na qual é considerado o fator primacial. Apesar de a gênese do psiquismo ser característica distintiva da metapsicologia, no que concerne ao afeto, foi tratada de modo inusitadamente conciso e tímido em nota de rodapé, em que essa manifestação final do instinto foi descrita como “*descarga motora (secretora e vasomotora), resultante de uma alteração (interna) do corpo do próprio sujeito, sem referência ao mundo externo*”. (1915e, p. 179)

Vê-se que o afeto foi tratado antes segundo o espírito do desconhecido *Projeto* que pelo ângulo da metapsicologia publicada. Seus seguidores o acompanharam nisso, passando ao largo da *gênese* do afeto. Marjorie Brierley (1937) aponta o paradoxo dessa omissão,

* Adaptação do artigo *Affect, thought and consciousness*, publicado na revista *Neuro-Psychanalysis*, vol. 5:1 (2003).

uma vez que na prática toda a empresa psicanalítica gira em torno do afeto. A psicanálise tem privilegiado apenas o elemento ideativo como objeto de estudo metapsicológico, limitando-se a constatar a importância cardeal do afeto e descrever sua participação nos processos ideativos. Diversos autores fizeram importantes contribuições ao tema, como Brierley, Glover, Kernberg, Rapaport e, em especial, Green, talvez o maior estudioso contemporâneo da psicanálise do afeto. Contudo, em minha opinião, nenhum deles deu uma descrição convincente da *gênese* do afeto, o que torna limitado o alcance de seus estudos. Deste modo, não me basearei aqui no pensamento desses autores, pois meu propósito é dar uma visão global da mente de acordo com o que se pode depreender da obra de Freud, traçando a trajetória do desenvolvimento psíquico a partir do componente biológico do instinto, sua manifestação psíquica como quota de afeto e idéia (ou representação), e o desdobramento destes em afeto, fantasia e pensamento, culminando na consciência.

Tentarei dar uma visão de conjunto de sua conceituação em sentido genérico, por meio de garimpagem no todo da obra metapsicológica. Considerando a escassez de descrições detalhadas, bem como sua natureza corporal, será inevitável suprir as considerações psicanalíticas com achados da neurociência atual, mesmo antes de entrar no diálogo propriamente dito entre as duas ciências, o qual comporá a terceira parte deste livro. Em se tratando de noções apresentadas em contextos diferentes, que não foram articuladas em um todo harmônico, já que Freud nunca escreveu um artigo especificamente sobre o afeto, será, outrossim, inevitável preencher lacunas com conclusões que não foram explicitadas por ele, que se acham implícitas na compreensão geral de seu pensamento, sem as quais algumas de suas idéias ficariam ininteligíveis. A finalidade é mostrar o afeto como um ponto final e ao mesmo tempo um ponto de partida. É o ponto final (descarga) do processo somático que se inicia como excitação endossomática (*Trieb*) e o ponto inicial do processo psíquico gerado pela percepção sensorial (consciência) da descarga somática. Portanto, o afeto, como expressão final do *Trieb*, é a um só tempo biológico e

psicológico. O registro mnêmico da descarga afetiva percebida enseja o surgimento da representação ou idéia (*Vorstellung*), germe do que será depois o pensamento.

Para traçar a gênese e o desenvolvimento da estrutura psíquica, parece-me indeclinável dar razoável descrição do afeto. Como foi dito antes, não encontrei qualquer descrição metapsicológica sobre sua gênese que me parecesse convincente ou adequada. Algumas levaram a enredamento ainda maior no labirinto conceitual, criando antes novos problemas que soluções. Kernberg, por exemplo, em erudito estudo metapsicológico, atribui ao afeto a característica de elemento gerador do psiquismo, mas considera-o anterior ao instinto: “*O afeto é o tijolo, ou constituinte do instinto; o afeto adquire finalmente uma função de sinal para a ativação do instinto*” (1984, p. 236). “*O afeto é um padrão inato por meio do qual o bebê sinaliza para a mãe suas necessidades biológicas*”. (*ibid.* p. 235). Parece-me claro que Kernberg se contradiz ao reconhecer que as necessidades biológicas antecedem o afeto; tendo em vista que o instinto é a expressão de uma necessidade biológica, ele só pode ser visto como antecedendo o afeto. Tendo em mente que instinto é, acima de tudo, um conceito energético e que o afeto é uma forma de descarga, fica difícil saber de onde vem a energia deflagradora do afeto na postulação de Kernberg. Assim sendo, é inevitável retornar a Freud.

5. Estruturas afetivas: o afeto como ponto de partida

Freud parecia não fazer distinção entre afeto, emoção e sentimento, usando-os de modo intercambiável. Entretanto, se referia a *afeto* de modo genérico, abrangente dos demais, com uma conotação metapsicológica, até mesmo porque o via não como independente, e sim como um estágio final de um fator quantitativo, de uma energia que chamou de *quota de afeto* (ou *soma de excitação*), isto é, o elemento metapsicológico primordial.

Recapitulemos que Freud considerava o afeto uma manifestação do instinto e que este foi descrito como um conceito na fronteira entre o somático e o psíquico, sendo sua fonte uma excitação endossomática derivada da necessidade primeira de preservação da vida, estando, portanto, na esfera da biologia (Freud, 1915c). Só pertencem ao campo da psicologia seus representantes psíquicos: (1) *quota de afeto* e (2) *idéia ou representação (Vorstellung)*. O primeiro é o agente quantitativo, a energia de excitação tendente à descarga. O segundo é o elemento qualitativo, correspondente à percepção da descarga dessa energia, sentida como prazer ou desprazer, percepção esta que é registrada em traços mnêmicos.

O afeto propriamente dito corresponde à descarga da energia no interior do corpo, por via secretora ou vasomotora, acompanhada de sensação prazerosa ou desprazerosa. Essa noção de descarga interna é compreendida por Damásio (1994), em exposição bastante próxima à de Freud no *Projeto*, como consequência de dispositivos relacionados com a biorregulação, compostos por circuitos neurais do cérebro conjugados a processos bioquímicos no restante do corpo, cuja ativação desencadeia respostas sob a forma de reflexos, impulsos (*drives*) e instintos (*instincts*). Essas respostas têm por finalidade última a sobrevivência, daí Freud usar com tanta frequência a expressão “exigências da vida” em seu modelo de formação do aparelho psíquico. A neurociência atual tem demonstrado que as descargas internas correspondentes às emoções básicas (prazer e desprazer) são respostas automáticas a indicações chegadas ao cérebro de que determinada substância vital atingiu um nível baixo ou elevado no organismo. Segundo Damásio, “*emoções e sentimentos (...) são manifestações poderosas de impulsos e instintos, uma parte de seus trabalhos*” (p. 115).

É relevante reiterar neste ponto a diferença entre a *quota de afeto* e o *afeto* propriamente dito, tendo em vista a freqüente confusão entre os dois conceitos. Freud (1894a, 1915d e 1915e) mostrou que quota de afeto é um conceito energético, de natureza quantitativa, uma soma de excitação, que representa o instinto no âmbito do psiquismo. Afeto é

um conceito qualitativo, senso-perceptivo, correspondente à descarga no interior do corpo da energia inerente à quota de afeto. Quota de afeto é energia tendente à descarga. Afeto é a descarga propriamente dita. A falta de cuidado de Freud ao nomear determinados conceitos é bem conhecida, como Hartmann, Kris e Loewenstein expuseram em artigo memorável (1946). Alguns conceitos metapsicológicos foram algumas vezes usados por ele de acordo com a linguagem cotidiana e não segundo uma estrita conceituação científica, descuido gerador de incontáveis mal-entendidos a respeito de algumas de suas idéias. Por exemplo, algumas vezes ele chamou de afeto o que em sentido estrito era quota de afeto, isto é, tomou a descarga pelo potencial de descarga, levando a maioria de seus leitores a equívocos conceituais. A. Green (1973), por exemplo, sustenta que Freud tinha dois conceitos diferentes de afeto: um, energético (quantitativo), e outro, como descarga (qualitativo), sendo os dois incompatíveis um com o outro. Assim, esse autor vê afeto e quota de afeto como a mesma coisa. Atribui a conceituação energética à primeira fase de teorização, anterior ao *Projeto*. Contudo, quota de afeto — e não afeto — aparece claramente nos trabalhos metapsicológicos (1915d e 1915e) como o representante psíquico do instinto, ao contrário de afeto, conceituado nos mesmos artigos como descarga. Em nome da clareza, não acredito haver outra interpretação, a não ser a de que quota de afeto, como o representante psíquico do instinto, é a tendência a gerar afeto. É a quota de afeto — e não o afeto — que ocupa (catectiza) um traço de memória para formar uma idéia (ou representação), que é o outro representante psíquico do instinto. Creio não haver dúvida de que Freud fez essa distinção, uma vez que sempre se referiu à quota de afeto como energia, soma de excitação e representante psíquico do instinto. Por outro lado, parece também não haver dúvida de que ele conceituou afeto como uma descarga secretora e vasomotora no interior do corpo, em um sentido semelhante ao que Damásio chamou de emoção.

Em resumo, pode-se dizer que instinto é uma força propulsora biológica que se manifesta em termos psíquicos como quota de

afeto, denominação que se aplica a seu estágio potencial. Quando essa potencialidade se efetiva como descarga, gera um afeto. Deste modo, instinto (excitação endossomática), quota de afeto (representante psíquico da excitação endossomática) e afeto (descarga da excitação) são três momentos ou estados de um mesmo processo. Freud contribuiu de certa forma para a compreensão distorcida dos três conceitos distintos ao referir-se a eles como se fossem a mesma coisa, não lhes distinguindo os momentos diferentes.

A representação (ou idéia) corresponde ao registro mnêmico da percepção da descarga, quando ocupado (catectizado) por uma quota de afeto, ou seja, é uma lembrança da sensação de prazer ou desprazer experimentada na descarga afetiva (Freud, 1915d e 1915e). Portanto, a representação (idéia) é a lembrança da percepção de uma descarga, enquanto que o afeto é a percepção da descarga em si. Essa percepção basilar, ao ser registrada com o colorido afetivo que impregna a lembrança, constitui a *estrutura afetiva* primordial, o núcleo germinativo da mente.

Como esse núcleo é uma *estrutura* afetiva, ele é a matriz a partir da qual se desenvolverão depois as estruturas ideativas. Deve ser mencionado que Freud nunca definiu o que chamou de “estrutura afetiva”. Ao contrário, parece ter usado essa expressão uma única vez, em um contexto no qual afirmava não existirem afetos inconscientes, e somente idéias (representações) inconscientes, já que os afetos, por serem descargas somáticas do âmbito da senso-percepção, são sempre conscientes. Entretanto, logo em seguida à afirmação de que não existem afetos inconscientes, acrescentou enigmaticamente: “*mas podem muito bem existir no Inc. estruturas afetivas que, como outras, tornam-se conscientes*” (1915e, p. 178). Portanto, existem estruturas afetivas no inconsciente, mas não afetos. Levando em conta que existem idéias (representações) inconscientes, poder-se-ia considerar uma estrutura afetiva como de natureza similar a uma idéia (representação). Por outro lado, o fato de existirem estruturas afetivas inconscientes, mas não afetos inconscientes, confirma o que foi dito antes, isto é, que quota de afeto e afeto não são conceitualmente iguais. Nas estruturas

afetivas existem quotas de afeto ocupando (catectizando) traços de memória, ao passo que os afetos são a descarga das quotas de afeto que ocupavam as representações (idéias).

Uma experiência de Claparede, que se tornou clássica, é um bom exemplo para ajudar a clarear o conceito de estrutura afetiva. O famoso neurologista tratava de uma paciente, portadora de lesão cerebral, que a impedia de reter novas lembranças. Por isso, tinha de apresentar-se cada vez que a via, pois ela não o reconhecia. Um dia, ao dar-lhe a mão, espetou-a com um alfinete escondido entre os dedos. Depois disso, a paciente continuou não o reconhecendo, entretanto passou a evitar estender-lhe a mão. Continuou a não se lembrar do médico — essa lembrança constituía uma estrutura ideativa —, mas passou a reter a lembrança da sensação dolorosa — uma estrutura afetiva —, que a levava a sentir a emoção do medo. Esse episódio costuma ser descrito inadequadamente como exemplo de emoção inconsciente, quando em um sentido mais preciso o que era inconsciente era a lembrança da sensação dolorosa. Quando via a mão do médico sentia medo; este, como qualquer emoção, era consciente. Nesse caso, o medo era o afeto propriamente dito, enquanto que a lembrança da dor era uma estrutura afetiva, isto é, uma idéia (ou representação) — esta, como disse Freud, é que pode ser inconsciente, não o afeto (emoção) em si.

Penso que entender o enigmático conceito de *estrutura afetiva* constitui a chave para a compreensão da gênese da estrutura ideativa, que é a base do pensamento e da cognição, fatores distintivos do psiquismo humano. Sem esse elo afetivo, a representação (idéia) corre o risco de ser tomada como entidade autônoma, sem raiz, descompromisso inaceitável para a ciência atual. Ao deixar implícita a compreensão de que a estrutura ideativa provém da afetiva, e esta do afeto, que é uma descarga somática, Freud propiciou a penetração na síntese, por ele perseguida durante toda a vida, entre a psicanálise e a neurobiologia, síntese em que parecia consistir sua complexa teoria geral do psiquismo. Foi lamentável que ele nunca tivesse deixado esse pensamento explicitado, e jamais tenha mostrado as idéias do

Projeto impregnando secretamente sua enevoadada metapsicologia.

Fazendo um levantamento do que Freud disse a respeito do afeto, pode-se tomar como estrutura afetiva aquela formada pelos registros mnêmicos de percepções das vivências afetivas iniciais, nos primórdios da vida, quando sensações de prazer e desprazer originadas das “exigências da vida” ocupavam todo o psiquismo, como está descrito na gênese do desejo (Freud, 1900, cap. VII, seção C). Estávamos na presença de um psiquismo, pode-se dizer, exclusivamente corporal. A mente era regulada por sensações de prazer e desprazer, resquício dos mecanismos de biorregulação existentes em todos os organismos vivos. Pode-se dizer que nessa fase estávamos em face de um ego corporal (o papel do ego psíquico propriamente dito era desempenhado pelo objeto, como executor das necessidades de preservação da vida do sujeito). A regulação pelo automatismo prazer-desprazer mostrava que as representações (idéias) iniciais, formadoras das estruturas afetivas, correspondiam a registros mnêmicos de afetos. As quotas de afeto que ocupavam tais registros mnêmicos eram tão intensas que as lembranças quase correspondiam aos afetos propriamente ditos, isto é, a descargas. Daí as representações dessa época terem características perceptivas — quando acrescidas de determinada quota de afeto, adquiriam qualidades perceptivas, de natureza alucinatória: produziam uma descarga interna (secretora ou vasomotora) mesmo na ausência da satisfação real, externa. Malgrado serem, por definição, ideativas, já que eram registros mnêmicos, as estruturas psíquicas desse período eram basicamente afetivas em razão de sua forte tendência para a descarga em movimento (emoção).

Com a maturação somática e o acúmulo de experiências afetivas boas e más, as quotas de afeto se disseminaram por número crescente de traços mnêmicos, isto é, de representações, surgindo circuitos associativos que Freud chamou no *Projeto* de *colaterais*, ampliando as estruturas ideativas, que passaram a dificultar a tendência anterior à descarga. As estruturas inicialmente afetivo-ideativas, com a preponderância absoluta da parte afetiva, foram aos poucos dando margem ao desenvolvimento da porção ideativa, propiciando com

isso a multiplicação de estruturas com predominância do elemento ideativo. A instalação de miríades de circuitos colaterais formou a organização descrita como *ego* (1950 [1895]). A disseminação da energia do instinto em meio a essa malha crescente de representações diminuía-lhe o ímpeto no sentido da descarga, parecendo ser esta a razão por que a energia livre se transforma em *ligada* (*vinculada ou quiescente*) (1950 [1895]).

A fase inicial caracterizava-se por uma indiferenciação generalizada no psiquismo entre: (1) estrutura afetiva e ideativa, ou seja, afeto e pensamento; (2) processo primário e secundário; (3) id e ego. A essa indiferenciação no interior do psiquismo correspondia outra no plano externo, na qual não havia ainda uma separação entre sujeito e objeto. Inicialmente, na vigência, ou predominância, das estruturas afetivas, o psiquismo é regulado exclusivamente pelo prazer-desprazer (processo primário). À medida que as estruturas afetiva e ideativa vão se diferenciando, também a regulação automática prazer-desprazer (processo primário) vai sendo superada pela regulação através do pensamento (processo secundário). Entretanto, a superação não implica extinção, mas apenas prevalência, pois os processos anteriores continuam existindo. Embora essa existência seja controlada pela instância predominante, as estruturas antigas permanecem ativas nos bastidores e reassumem seu antigo poder sempre que o ego tiver sua organização enfraquecida — isto acontece em condições normais (sonhos e episódios irrelevantes da vida quotidiana), ou patológicas, que podem ser de natureza psíquica (psicose, por exemplo) ou somática (doenças diversas).

É mister não perder de vista a noção freudiana de que, sendo a quota de afeto o componente essencial do instinto, do qual é o núcleo quantitativo, qualquer ato mental é animado por essa energia tendente a descarregar-se como um afeto. Deste modo, mesmo o pensamento mais evoluído resulta em descarga, se bem que ocorra de forma tão atenuada que não seja reconhecida como afeto. O pensamento seria uma descarga atenuada e provisória, alimentada por uma impulsão afetiva a ser liberada no final. Essa convicção de Freud, que se man-

teve intacta ao longo de toda sua obra, a meu ver recebeu recente confirmação através de experiências clínicas de A. Damásio com pacientes portadores de lesões cerebrais. Esse neurocientista verificou que pessoas com a capacidade de raciocínio lógico intacta, a ponto de executarem com perfeição os mais difíceis testes de aferição de inteligência conhecidos, não são capazes de usar o raciocínio com propósito pragmático, correndo por isso riscos diversos na esfera da sobrevivência, se tiverem sofrido lesões cerebrais impeditivas do processamento dos afetos (1994), isto é, se não tiverem a perspectiva afetiva da intenção de seu raciocínio. O pensamento desenrola-se no sentido de um alvo afetivo, mesmo que este seja acompanhado por ação muscular.

Parece-me digno de relevo na consideração de Damásio a descrição de emoção apenas como a alteração somática, sendo o sentimento a face psíquica dessa alteração, acrescido da percepção do agente causador da alteração, bem como do objeto que dela participa. Essa justaposição é fundamental por incluir a participação do objeto no afeto em si. Deste modo, uma vez que o instinto inclui por definição um objeto (Freud, 1915c) e sendo a quota de afeto um componente do instinto, temos que a percepção da descarga somática em jogo no afeto é indissociável da percepção do objeto. Por isso, o ego corporal inerente à estrutura afetiva também está impregnado do objeto, impregnação essa que faz o sujeito perceber o objeto como seu próprio corpo. Esta situação perdura enquanto houver uma mente em que predominam as estruturas afetivas. À proporção que as estruturas ideativas forem se tornando dominantes, ou seja, quando a cognição se desenvolver, o objeto vai passando a ser percebido como diferenciado do sujeito. No entanto, como as estruturas afetivas nunca se extinguem, haverá sempre um objeto interno representado com o sujeito.

A verificação de que o afeto é vivenciado com o objeto, sendo ambos consubstanciais como agentes estruturantes, é da mais alta relevância, em todos os sentidos, particularmente na compreensão do que se passa na relação transferencial do processo psicanalítico. A característica perceptiva do afeto, tal como descrito por Damásio

como sentimento, confere-lhe preeminência ímpar no psiquismo, se tivermos em mente a conceituação freudiana do pensamento como descarga atenuada, isto é, com um mínimo de afeto. Assim, ao justapor ao estímulo causador de uma emoção o entorno desse estímulo, temos que, enquanto se sente um afeto, os pensamentos que ele suscita são também incluídos no afeto. Neste sentido, vale a pena citar o autor, textualmente:

Se uma emoção é uma coleção de alterações no estado do corpo ligadas a imagens mentais particulares que ativaram um sistema cerebral específico, a essência do sentir uma emoção é a experiência de tais alterações em justaposição às imagens mentais que iniciaram o ciclo. Em outras palavras, um sentimento depende da justaposição de uma imagem do corpo à imagem de alguma coisa mais, tal como a imagem visual de uma face ou a imagem auditiva de uma melodia. (p. 145) Os sentimentos nos oferecem uma visão do que se passa em nosso corpo, enquanto uma imagem momentânea desse corpo está justaposta às imagens de outros objetos e situações (...). Por meio da justaposição, as imagens corporais dão a outras imagens a qualidade de bondade ou maldade, de prazer ou dor. (...) por causa de seus inextricáveis laços com o corpo, eles [os sentimentos] vêm primeiro no desenvolvimento e retêm uma primazia que impregna sutilmente nossa vida mental. (...) os sentimentos têm algo a dizer sobre como o resto do cérebro e a cognição desempenharão seu trabalho. (p. 159)]

Freud também conferia ao afeto a mesma abrangência que Damásio deu ao sentimento, sem que nunca tivesse deixado clara a justaposição de sujeito e objeto na formação da estrutura afetiva primordial, deixando-o entrever em cores esmaecidas ao tratar da formação do desejo no cap. VII de *A Interpretação dos Sonhos*. De qualquer forma, parecia estar atento ao fenômeno — tanto que, ao

dizer no trabalho sobre a afasia (1891) que era a periferia do corpo que estava representada no córtex, sugeria que as representações dos objetos estão acopladas às representações corporais. A estrutura afetiva primordial pode ser tipificada como núcleo germinal da mente, na medida em que todas as relações intersubjetivas posteriores, assim como a motivação, de um modo geral, parecem provir desse momentoso evento. Não será surpresa se for demonstrado que o *imprinting*, relatado pelos etólogos no estudo do comportamento dos animais, tem por raiz a supracitada justaposição.

6. Estruturas ideativas

Vimos que o psiquismo evolui do afeto para o pensamento como método de regulação com o propósito de atingir a meta primordial de aperfeiçoamento da vida. Para melhor situar a evolução da forma de regulação, da passagem do processo primário para o secundário, suponho pertinente deter-me um pouco mais na estruturação do psiquismo. Objetivando tornar mais claro o surgimento da predominância das estruturas ideativas como fator de regulação, farei breve recapitulação do que foi dito antes, mudando o ângulo de observação, com a finalidade de focalizar a estrutura ideativa.

Considerando que tudo ocorre em função do que Freud chamou de “exigências da vida”, o prazer sentido pelo corpo através da satisfação constitui acontecimento positivo diante de um sistema preparado para a continuação da vida. Ao contrário, o desprazer da frustração de uma necessidade é negativo, constituindo ameaça à vida. Em razão das exigências da vida, a quota de afeto de um instinto derivado de necessidade de autopreservação se direciona automaticamente para as lembranças de experiências de prazer, devendo ser evitadas as de desprazer. Nisto consiste a regulação pelo automatismo prazer-desprazer, origem do processo primário. Mas o direcionamento de uma quota de afeto muito intensa para uma lembrança de prazer pode transformar essa lembrança em percepção, originando uma satisfação alucinatória, ou seja, um prazer que põe em risco a continuação da vida. É a exis-

tência de prazeres ameaçadores da sobrevivência que impulsionam o psiquismo a sair do domínio do princípio do prazer exclusivo, isto é, a substituir a regulação do automatismo prazer-desprazer por outro mecanismo que considere algo que não seja só o prazer, levando à convivência temporária com o desprazer. Com essa finalidade, a forte tendência inicial à descarga é atenuada pela dispersão da energia propulsora em meio a outras representações. A atenuação do ímpeto inicial para a descarga possibilita a convivência com as lembranças de frustrações, bem como a retirada da quota de afeto da lembrança da satisfação anterior e seu encaminhamento para o exterior, onde se encontra o objeto que realmente satisfaz a necessidade — esta já é nessa altura vivenciada como *desejo*.

O que chama particularmente a atenção aqui é o caminho tomado pela quota de afeto. Durante a regulação primitiva, ela buscava o caminho mais curto, que era a representação de uma satisfação anterior. Ou seja, a percepção de uma necessidade fazia deslocar a quota de afeto dessa necessidade para a representação da satisfação da necessidade anterior, constituindo uma alucinação. A alucinação transformava a representação em afeto, pois era experimentada como realização de desejo, portanto, como descarga. Esse conjunto pode ser chamado de estrutura afetivo-ideativa, pois é formada pela percepção de uma descarga afetiva justaposta à representação de uma satisfação anterior. Ao desviar-se do rumo da representação alucinatória (que é um afeto) e dirigir-se para o exterior, essa quota de afeto irá paulatinamente restando seu ímpeto para a descarga, sendo usada crescentemente na associação com outras representações.

A alucinação é a primeira manifestação de um mundo interno de natureza ideativa, pois junta a quota de afeto de um instinto atual à representação (idéia) do prazer oriundo da satisfação de um instinto anterior. A representação da satisfação desse instinto anterior constituiu a estrutura afetiva primordial, dela participando: (1) a representação do instinto (pressão da quota de afeto); (2) a representação do desprazer da necessidade, enquanto esta persistia; (3) a representação do prazer da satisfação; (4) a representação do

objeto que satisfaz a necessidade. Essa *estrutura afetiva primordial*, que precede a alucinação, é o núcleo germinativo da mente porque dela surgirá a alucinação, que é a *estrutura ideativa primordial*, de onde se desenrolarão e se diferenciarão as estruturas propriamente ideativas. Na verdade, as estruturas afetiva e ideativa primordiais são indiferenciadas, sendo a matriz comum da qual se desenvolverão o afeto e o pensamento.

Sendo uma experiência posterior à estrutura afetiva primordial, a alucinação constitui uma estrutura afetivo-ideativa — afetiva, por corresponder à obtenção de prazer; ideativa, por provir de uma representação a que se juntou a quota de afeto proveniente de uma nova necessidade. Ela é uma espécie de etapa transicional para o desdobramento das estruturas propriamente ideativas, que são o substrato do pensamento. Por isso, Freud disse que o pensamento nada mais é que um sucessor da alucinação (1900). Entre a alucinação e o pensamento se situa a fantasia, que possui características comuns a ambos.

As estruturas predominantemente afetivas caracterizam-se pela intensa participação de descargas internas no corpo. Dito de outro modo, elas são a base do ego corporal. Por causa da ligação direta com o corpo, as estruturas afetivas e afetivo-ideativas são formadas por representações (idéias) que Freud chamou de *coisas* (*Sachvortellung*), que geram o que ficou conhecido como pensamento concreto, tendo em vista seu traço eminentemente sensorial. Elas constituem provavelmente o núcleo do inconsciente. Sendo estruturas com marcante colorido afetivo, se caracterizam por forte tendência à descarga, originando um processo basicamente primário.

Os processos nas estruturas afetivas tendem à descarga direta da quota de afeto, sem noção de uma representação (idéia) a que se liguem, como deve ocorrer nas primeiras experiências de respiração, fome e sede, em que não há ainda representação sequer do desprazer, já que existe apenas uma sensação agônica de ameaça à vida, isto é, um desequilíbrio da biorregulação. A fuga à revivência desse estado traumático basilar parece ser a motivação de todos os mecanismos de defesa que surgirão depois

(Freud, (1926c [1925])). Da mesma forma, a evitação desse estado através da procura da melhor qualidade de vida possível, que tem a experiência de satisfação como referencial, parecerá ser a meta do desenvolvimento psíquico, que atingirá o ápice com a instauração da regulação pelo pensamento.

Fazendo breve recapitulação, temos que a evolução até o pensamento passa por diversas etapas transicionais. Inicialmente, o instinto se desdobra psiquicamente em seus representantes: quota de afeto e representação (idéia). A quota de afeto é a energia que pressiona no sentido da descarga. A descarga inicial parece ser interna, da natureza de um afeto de desprazer, como ocorre no nascimento, antes da saída do gás carbônico pelos pulmões. A expulsão do gás carbônico através de descarga externa, com a conseqüente entrada do oxigênio, provoca um prazer, derivado de uma segunda descarga interna, provocadora de nova alteração no corpo (a primeira fora a do desprazer do acúmulo de gás carbônico). As descargas iniciais, internas e externas, são percebidas e registradas em traços mnêmicos. Tais registros constituem as representações (idéias), as quais têm coloridos de prazer e desprazer, isto é, as lembranças ficam impregnadas de certa quota de afeto. Qualquer representação (idéia) implica por definição uma lembrança ocupada por essa porção de quota de afeto. Portanto, qualquer estrutura psíquica, mesmo de natureza afetiva, é composta por representações (idéias). Uma representação pode estar ocupada por quota de afeto de maior ou menor intensidade, ou com maior ou menor tendência à descarga. Inicialmente, as representações são impregnadas de quotas de afeto com tão intensa propensão à descarga, que podem ser chamadas de representações afetivas, formando estruturas afetivas. As representações em jogo nas alucinações mostram o ímpeto da tendência inicial para a descarga. A ineficácia da alucinação diante das exigências da vida faz com que esse projeto inicial vá sendo substituído por uma procura da realidade externa, na qual a importância do objeto vai sendo percebida progressivamente, a ponto de, em determinado momento, as representações de prazer e desprazer estarem associadas ao objeto, sendo este alvo de afetos de

amor (aproximação) ou ódio (afastamento).

Um objeto ausente facilita a continuidade do impulso no sentido da alucinação. A presença do objeto facilita a inibição do caminho alucinatório, que não satisfaz as exigências da vida, uma vez que o objeto é indispensável para a preservação da vida do sujeito: o objeto é vital e ter uma boa relação com ele equivale a manter-se vivo. Por isso, afastar-se da alucinação passa a ser um projeto vital. O desejo toma a direção do objeto. Como este não se encontra presente diuturnamente, o projeto de vida inclui uma convivência com a suspensão temporária da realização do desejo, sendo preciso aprender a suportar frustrações. Um bom objeto implica boas relações afetivas, as quais favorecem a convivência com as frustrações. Uma vez superada a alucinação, o estado de desejo faz surgir a fantasia, que se apresenta como etapa intermediária entre a alucinação e o pensamento. A fantasia tem um pé na alucinação e outro na realidade, sendo uma espécie de realização mágica de desejo. Em função dessa realização fantástica, o aparelho psíquico pode conviver com a frustração, enquanto se desenvolve o pensamento que levará à realização efetiva do desejo.

Para Freud, o pensamento é uma descarga atenuada e provisória, através da qual representações (idéias) são associadas, isto é, suas quotas de afeto intercomunicam-se através de pequeno dispêndio de energia, sem se descarregarem totalmente. A descarga só ocorre no final, quando, depois que um pensamento adequado apontar o melhor caminho, a ação eficaz puder ser efetuada e ser descarregada toda a quota de afeto que estivera suspensa. Portanto, também o pensamento funciona mediante o uso de pequenas quotas de afeto, pois, por definição, uma representação (idéia) contém uma quota de afeto. Um pensamento para atingir seu fim tem de manter uma quota de afeto ativa, com o fim em mente bastante claro e definido para não se perder em desvios que podem ser prejudiciais. Todas as ações humanas derivam da quota de afeto ocupando uma representação (idéia), sendo a magnitude dessa quota de afeto determinante do valor atribuído a qualquer coisa, pessoa ou ideal. É a quota de afeto a força motriz do desejo e da

motivação, que variam de acordo com a característica da representação (idéia) a que está ligada.

Desse modo, a quota de afeto tem a mesma natureza em qualquer ser humano, variando apenas o fator qualitativo da representação (idéia) a que está ligada. Sendo a representação (idéia) constituída por um registro mnêmico, pode-se inferir que a quota de afeto é o elemento não variável, herdado geneticamente, ao passo que a representação (idéia) é o componente variável, que, mesmo tendo também um componente genético, depende da história das vivências afetivas experimentadas com os objetos. Por isso, pode-se dizer que os afetos igualam os seres humanos, ao passo que as idéias os diferenciam. Por sua vez, as idéias dependem de boas vivências afetivas com o objeto. Inicialmente, no sistema de regulação apenas pelo afeto (prazer-desprazer), experiências afetivas boas (de prazer) enriquecem o psiquismo, ao passo que vivências afetivas más (desprazer) o empobrecem. Tendo em vista que as vivências más são necessárias para a capacidade de previsão e antecipação para evitar as situações ameaçadoras da vida, o psiquismo terá de sair desse processo de regulação automática. A confiança nas experiências boas proporcionadas pelo objeto bom fará com que o sujeito consiga conviver com as experiências más e delas tirar proveito, objetivando um plano de ação futura. A preparação para o uso de experiências anteriores é imprescindível para a entrada em funcionamento da regulação pelo pensamento, na medida em que será retida a revivência completa da situação de desprazer, havendo apenas uma liberação atenuada da energia afetiva que impregna a representação da experiência má. Para isso o psiquismo já terá desenvolvido uma capacidade de inibição considerável, sendo fundamental a participação de um objeto propiciador de boas experiências, cuja presença confiável dará ao sujeito a garantia de que pode suportar a frustração por algum tempo.

7. Pensamento e consciência

Durante bom tempo a evolução das estruturas ideativas se dá de modo precário, sem a assistência da consciência, entendida esta em sua função de “órgão sensorial para a apreensão de qualidades psíquicas” (Freud, 1900, p. 574). Apesar de o aparelho psíquico poder funcionar razoavelmente sem ela, seu surgimento é o feito mais marcante do psiquismo humano, podendo mesmo dizer-se dela ser o traço distintivo do ser humano. A rigor, só se pode atribuir um psiquismo ao ser humano a partir da existência da consciência. Como disse Freud, ela é “*nosso único farol na escuridão da psicologia profunda*”. (1923b, p. 18)

Nas seções “D” e “F” do capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, é mostrada a forma pela qual a consciência se torna o fator decisivo para a evolução do psiquismo. Sendo ela um órgão sensorial, durante um período da vida somente as estruturas afetivas chegavam à consciência, por serem provenientes de descargas corporais da série prazer-desprazer. À medida que o primitivo processo de regulação teve de ser substituído pelo método associativo, em razão de suas deficiências na preservação da vida, o novo método levava a desvantagem, confrontado com o anterior, de não ser percebido pela consciência. Para ser mais eficiente, precisava ter acesso à consciência, como o anterior. Para isso, tinha de ser percebido, isto é, chegar aos órgãos dos sentidos, manifestando-se corporalmente, como acontece com os afetos de prazer e desprazer. O processo secundário associativo encontrou seu caminho para a consciência ligando-se a registros mnêmicos da fala ouvida dos objetos. Para reproduzir a fala do objeto, o sujeito acionava a musculatura de seu aparelho fonador, e, sendo esta ação um processo corporal, o pensamento de processo secundário pôde finalmente adquirir a mesma capacidade perceptiva dos afetos e tornar-se consciente como aqueles. Ademais, havia um duplo registro: além da audição da fala do objeto, o registro mnêmico desta podia ser reproduzido pelo próprio sujeito, circunstância em que era percebida

novamente, e agora de maneira dupla, uma vez que, além da audição da própria voz repetindo a fala do objeto, existia a imagem motora do próprio aparelho fonador na execução do ato de falar. Sendo a fala um processo corporal, ensinou que o objeto ausente concretamente se tornasse presente de forma abstrata, através não só de sua lembrança, mas também da repetição dos sons emitidos por ele. A lembrança e a reprodução da fala do objeto davam uma característica sensorial ao objeto ausente, que se encontrava presente no mundo interno. Já era possível prescindir de símbolos concretos do objeto, pois os símbolos abstratos já se tornavam sensoriais, através da conscientização do pensamento. Se antes o objeto só era real quando percebido pelos sentidos, agora passou a ter realidade através da reprodução de sua fala. Ao ligar a estrutura ideativa a sons aos quais o objeto atribuiu significados, sons esses passíveis de serem reproduzidos, a associação de representações (idéias) tornou-se sensorial — o pensamento adquiriu qualidade psíquica. Foi criado assim um objeto interno e com ele o psiquismo propriamente dito, uma realidade interna, virtual, simbólica, abstrata, mas capaz de ser percebida. O objeto que fora antes representado apenas concretamente como *coisa* presente (*Sachvorstellung*) passou a ter representação abstrata, como palavra (*Wortvorstellung*), estando presente simbolicamente, ainda que ausente na realidade. Ao lado disso, o duplo registro mnêmico da mesma idéia (representação) propiciou que a percepção da fala do sujeito se diferenciasse da do objeto, surgindo a noção de si próprio como pessoa autônoma, enfim, a consciência da identidade.

Ao chegar a esse ponto, a espécie humana atingiu o ápice de sua trajetória evolutiva, pois, além de suas especificidades biológicas, a capacidade de consciência é seu fator distintivo. A consciência a que me refiro é aquela em sentido estrito, ou seja, a sensorialidade do processo de pensamento por associação de representações (idéias), já que a consciência em sentido lato, isto é, a simplesmente perceptiva, é inerente aos seres vivos capazes de ter sensações de prazer e desprazer.

Poder-se-ia argumentar em sentido contrário ao da ligação entre a fala e a sensorialidade do pensamento com o exemplo de pessoas surdas e

mudas desde o nascimento, que pensam e têm consciência. Não se pode perder de vista aqui a filogênese. Como foi visto antes, os seres vivos estão equipados com dispositivos bioquímicos realizadores dos mecanismos básicos de biorregulação. Além desses processos bioquímicos, a espécie humana, à semelhança de outros seres, possui circuitos neurais prontos a reagirem a determinados estímulos. Sem esses estímulos, permaneceriam em um estado de disposição potencial não realizada. Há evidências de que a linguagem faz parte desses circuitos, pelo que descreve S. Pinker (1994), louvando-se na *gramática universal* de Chomsky. Segundo esses estudos, o pensamento lógico estaria presente em representações dispostas inatamente nos circuitos neurais, esperando apenas pelos estímulos adequados para se tornarem reais. A fala também está nesses circuitos, à espera do estímulo adequado para se desenvolver. No ser humano, a fala é o meio mais adequado para que o pensamento inato se torne sensorial, isto é, consciente. Em sua falta, por impossibilidade de acesso ao estímulo sonoro, por surdez, ou por incapacidade de emissão de sons vocais, o pensamento poderá ser expresso por outros meios de sinalização, os quais serão sempre expressões através do corpo. Embora a fala seja o instrumento mais adequado para o pensamento tornar-se consciente, vias alternativas que normalmente são apenas auxiliares da expressão verbal, como gestos e outras expressões corporais, podem tornar-se o caminho principal, por ação vicariante. De qualquer forma, o pensamento se torna consciente, isto é, adquire qualidade psíquica, através de expressão pelo corpo, sendo a fala o meio mais característico da espécie humana.

8. A psicanálise freudiana como psicologia evolucionária

O conceito de gramática universal, da forma como é concebido por Chomsky (1984) e desenvolvido por Pinker como *instinto da linguagem* (1994), dá-nos margem a compreender melhor diversos pormenores da teoria estrutural de Freud, no que concerne a sua

ligação com a teoria evolucionária, em particular a noção de que o surgimento de uma estrutura mais desenvolvida não extingue a anterior, fazendo parte de um todo em que ambas encontram expressão. É no fato de essa superação não corresponder a uma extinção que se radica o inconsciente dinâmico. É o que ocorre com o processo primário, por exemplo. O fato de ele predominar no início não quer dizer que o secundário não exista, e sim que ainda não se desenvolveu o suficiente para ocupar o espaço que lhe está, de qualquer modo, reservado. Representa apenas que o processo primário foi o primeiro no processo evolutivo e que em algum período da trajetória evolutiva da espécie foi predominante. Isso faz parte da influência de Darwin sobre o pensamento de Freud, de quem este manteve até mesmo alguns enganosos ressaibos lamarckianos. Nossa espécie guarda traços genéticos de seus antepassados, nos quais o processo primário foi predominante, tendo o secundário surgido em um estágio evolutivo posterior. As respostas afetivas, por sua vez, parecem ter precedido o processo primário. Quanto mais antigas as estruturas, mais fixo é o padrão de resposta, que depende menos da participação do ambiente, como acontece com reflexos, impulsos instintivos, instintos propriamente ditos e emoções.

Quanto às emoções, elas parecem vir de épocas muito distantes na trajetória evolutiva, como demonstra Darwin (1872), ao descrevê-las nos animais e nos homens, daí terem padrões fixos, sendo alguns deles comuns a homens e animais. Freud segue o grande biólogo estritamente nesse sentido, pois os caracteriza como “*universais, típicos e inatos*”, sendo “*reproduções de experiências muito precoces, talvez pré-individuais, de importância vital*” (1926d [1925], p. 133). Portanto, a espécie humana reage a determinados estímulos com respostas afetivas iguais, ainda que a intensidade possa variar de acordo com o limiar mais alto ou mais baixo de excitação dos circuitos neurais individuais em que os padrões de resposta estão programados.

Não se pode perder de vista, contudo, que, de modo diferente dos animais, os afetos nos seres humanos ligam-se a redes neurais mais amplas, que, em parte, podem influir no automatismo das respostas.

Além do mais, sendo perceptivo e consciente, o afeto humano é um processo cognitivo, que também pode impregnar o pensamento e sua expressão. Por isso, Damásio faz distinção entre as emoções primárias, surgidas de processos vitais imediatos, e emoções secundárias, surgidas de processos de aperfeiçoamento das condições vitais, que implicam processos cognitivos. Como será visto mais à frente, quando tratarmos mais especificamente do diálogo entre a psicanálise e a neurociência, existem até mesmo trajetos neurais distintos para as emoções primárias, limitadas a estruturas subcorticais, e as secundárias, que sofrem a regulação pelo córtex cerebral.

No caso do ser humano, sendo o processo secundário o mais recentemente adquirido na escala filogenética, a influência do ambiente sobre ele parece ser muito mais forte. Estando o processo secundário inscrito como disposição no código genético, fará seu aparecimento quando processos somáticos correspondentes passarem pela maturação adequada, a qual parece implicar uma repassagem de pelo menos uma parte da filogênese durante a ontogênese. É nesse contexto que se deve compreender a seguinte afirmação de Freud:

nem implica qualquer supervalorização mística da hereditariedade se acreditarmos que, mesmo antes de o ego existir, suas linhas de desenvolvimento, tendências e reações que exibirá mais tarde, já estão estabelecidas para ele. (1937c, p. 240)

Deste modo, o id só predomina na mente enquanto o ego passa por processo de desenvolvimento, que inclui a maturação somática, já que ele é corporal antes de tudo. Uma vez que o ego está inscrito no código genético para assumir o comando da mente, *ipso facto* o id não está qualificado para exercer plenamente, como ocorre em outras espécies através de impulsos instintivos, a função de autopreservação, que é prerrogativa do ego. Enquanto este passa pelos processos de maturação (somático) e desenvolvimento (psíquico), seu papel é desempenhado pelo objeto. Durante o período em que o ego do sujeito

se confunde com o objeto surge entre ambos uma ligação de identificação que se inscreverá na mente com marca tão indelével como se fosse uma inscrição genética. Esta é a origem do poder do superego, como tive oportunidade de mostrar em outro lugar (1993), em que disse ser ele um *id cultural*, na medida em que sua incrustação no ego passa a exercer sobre estas exigências tão intensas quanto aquelas provenientes dos impulsos instintivos herdados.

Destarte, o desenvolvimento do ego inclui um processo de identificação, o qual foi caracterizado por Freud como o primeiro elo afetivo entre duas pessoas, antecedendo a relação objetual (1921c e 1923b). Neste ponto, ressalta a importância da distinção entre emoção e sentimento sugerida por Damásio, pois a identificação (primária) implica não só que o ego do sujeito é exercido pelo objeto, mas também que esse papel é desempenhado como afeto. Vimos que a emoção é somente a descarga corporal. O sentimento é a percepção da descarga corporal mais a percepção do estímulo que ocasiona essa descarga. Portanto, o objeto que satisfaz a necessidade, provocando a descarga corporal geradora da sensação de prazer ou desprazer, faz parte deste afeto, sendo um componente da estrutura afetiva. À medida que as estruturas afetivas vão se transformando em estruturas ideativas e o processo primário vai sendo substituído pelo processo secundário, é o objeto também que enseja essa passagem, não só propiciando boas ligações afetivas, mas também provendo a fala necessária à constituição da mente do sujeito. É, portanto, uma boa relação afetiva que proporciona um bom desenvolvimento do pensamento.

O fato de o desenvolvimento dos traços genéticos do ego dependerem vitalmente do objeto tem amplas repercussões, pois o objeto está ele próprio inserido em um contexto sociocultural que impregna sua personalidade — *ipso facto*, a personalidade do bebê estará inextricavelmente impregnada do ambiente cultural do objeto. Sendo o ego uma condição genética da espécie, a possibilidade de seu pleno desenvolvimento só pode ser aferida se lhe forem oferecidas as melhores condições ambientais (socioculturais). Levando-se em conta a multiplicidade de elos associativos e de circuitos neurais envolvidos

na organização do ego, ambientes socioculturais diferentes produzem egos diferentes, sendo que o produtor por excelência de estruturação é a atmosfera afetiva, da qual a cognição é dependente.

TERCEIRA PARTE:

DIÁLOGO ENTRE A PSICANÁLISE E A NEUROCIÊNCIA

9. A teoria freudiana do desenvolvimento e a neurociência

A descrição psicanalítica de como a mente se forma, se desenvolve e trabalha, mostra que ela se mescla com o funcionamento do cérebro de tal maneira, que, para entender suas origens, é inevitável penetrar em suas raízes biológicas. Vimos que a teoria freudiana concebe o psiquismo como um processo evolutivo segundo o qual a mente é um processo adaptativo para preservação da vida. Esse dado evolucionário tem implicações que não podemos deixar de avaliar quando pretendemos penetrar nas origens da mente. O ser humano não é um produto isolado criado pela natureza, mas o prosseguimento de uma seqüência infindável de espécies que deixaram sua marca nele, até mesmo em sua mente. Segundo o neodarwiniano R. Dawkins, todos os seres vivos formam uma espécie de *rio de DNA*, um fluxo caudaloso que teve origem pouco tempo depois do surgimento da vida, tornando-se a razão de ser da conservação desta. Desde então, a preservação da vida passou a ser a mesma coisa que replicação do DNA, sendo o gene absolutamente egoísta, no sentido de não ter outra finalidade senão replicar-se. O filete inicial de DNA replicou-se incessantemente ao longo de cerca de quatro bilhões de anos, forjando inicialmente seres unicelulares, depois multicelulares, tecidos, órgãos, sistemas de órgãos, dentre estes o cérebro (Dawkins, 1987 e 1994).

A marcha evolutiva foi pontilhada por miríades de episódios adaptativos conducentes sempre à preservação da vida, dentre os quais ressalta a constituição do sistema nervoso, com complexidade

crescente. Nessa visão evolucionária, a mente é vista como resultado do trabalho de circuitos neurais, os quais, à semelhança dos existentes nos outros animais, também tiveram finalidade adaptativa de preservação da vida. A própria consciência é um órgão adaptativo que serve à conservação da vida.

Em consequência do processo evolutivo, a base do cérebro humano se assemelha à dos demais mamíferos, mesmo dos mais antigos. O cérebro destes, por sua vez, reteve boa parte da estrutura dos répteis, seus antecessores imediatos na escala evolucionária. É dessas etapas primitivas que provém o *tronco cerebral*, responsável pelas funções essenciais de sobrevivência compreendidas na biorregulação, como respiração, ritmo cardíaco, ciclo sono-vigília e temperatura corporal. Além do tronco cerebral, os *gânglios basais*, remanescentes dos répteis, são responsáveis por comportamentos estereotipados característicos de cada espécie. Como observa R. Pally (1997), o ser humano tem diminuta parcela desses comportamentos próprios dos répteis; todavia, se determinadas ações forem repetidas com frequência — tocar instrumentos musicais, andar de bicicleta —, essas experiências podem ser armazenadas nos gânglios da base, tornando-se passíveis de reprodução automática semelhante à dos répteis. É como se fossem despertadas estruturas reptilianas há longo tempo adormecidas em nossos gânglios basais. Como remanescente dos mamíferos inferiores, o cérebro humano herdou o sistema límbico, estrutura subcortical a que são atribuídas a memória e as emoções, bem assim comportamentos afetivos, sobretudo da esfera do *attachment*.

Essas estruturas mais primitivas foram acrescidas de novas aquisições durante a escalada evolucionária: as estruturas corticais. Dentre estas, o córtex pré-frontal desponta como o ápice da evolução humana, responsável pelo adiamento da gratificação, controle do movimento voluntário, planejamento de ação futura, direcionamento da atenção, enfim, do pensamento e das faculdades intelectivas superiores. Como mostra R. Pally (1997), o córtex pré-frontal, “superior” e mais avançado, regula a emoção, o comportamento e a fisiologia corporal, processados pelas regiões subcorticais, “inferiores” e mais primitivas.

Considerando a matriz comum constituinte de todos os animais, é inevitável que levemos em conta processos evolutivos biológicos quando incursionamos nas origens da mente. A libido, por exemplo, energia prototípica que o próprio Freud declarou provir de energia química desconhecida, tem suas fases de desenvolvimento — oral, anal, fálica e genital — dependentes da maturação anatômico-fisiológica. Inicialmente, foi retratado apenas o desenvolvimento da libido, como energia do instinto sexual. Muito mais tarde, quando foi possível o estudo do ego, Freud superou a idéia de ser ele instância adquirida e superficial, chegando à conclusão de que também traz sua linha de desenvolvimento preparada geneticamente, mesmo que não esteja pronta logo no início (1937c). Mesmo antes desse estudo do ego, já havia referência a seu desenvolvimento, só que de forma indireta, implícita no movimento contrário da regressão: “*Distingui-mos duas de tais regressões — uma afetando o desenvolvimento do ego e a outra, o da libido*” (1917 [1915], p. 22). Corolário natural do processo de desenvolvimento, a regressão foi um dos conceitos mais básicos e caros a Freud, pois são a origem da patologia — esta resulta de transtorno do processo de desenvolvimento motivado por falhas geradoras de pontos de *fixação*.

A descoberta do desenvolvimento do ego a partir de traços herdados geneticamente, além de consolidar a idéia de ser ele antes de tudo um *ego corporal*, trouxe o elo que faltava para a completa ligação da psicanálise com a neurobiologia, situando-a definitivamente no horizonte evolucionário. A partir dessas considerações, podemos estabelecer relações mais estreitas entre as duas ciências.

10. A mente como sistema fechado

Llinás e Paré (1996) descrevem o cérebro como constituído por circuitos neurais dispostos geneticamente para representar o mundo, possuindo padrões pré-formados para responder ao ambiente. Embora o ambiente influa sobre esses padrões, os circuitos têm uma espécie de auto-estímulo, uma eletricidade intrínseca, que independe de

excitações externas. Estas servem apenas para dar forma e aperfeiçoar o padrão preexistente. Esse sistema implica uma concepção da mente segundo a qual ela é formada por conjuntos neurais adquiridos geneticamente durante a evolução, os quais sofrem processos de maturação e desenvolvimento, sendo aperfeiçoados pela experiência e a aprendizagem. Essa visão, que se aproxima de certa forma da idéia do *gene egoísta* de Dawkins, contempla a mente como formando um sistema fechado que não entra diretamente em contato com o exterior, ou seja, o mundo exterior não é apreendido diretamente. A ilusão que temos de entrar em contato com o mundo externo resulta do modo como vivenciamos a estrutura neural do cérebro ser modificada pela entrada de impressões (*inputs*) trazidas pelas vias sensoriais. Esse sistema fechado é uma espécie de *emulador* da realidade externa, isto é, se encontra afinado com ela, imitando-a, identificando-se com ela, enfim, refletindo-a. É natural que seja assim, pois, em consonância com a teoria evolucionária, o ser vivo proveio da realidade inorgânica e nunca deixou de fazer parte dela por meio da interação constante dos processos de anabolismo e catabolismo.

Essa teoria lança luz sobre o até certo ponto enigmático conceito freudiano de identificação, um dos mais importantes pilares da estruturação da mente que nunca teve sua gênese convenientemente descrita, já que Freud confessou não saber como ele ocorria. Raciocinando com Llinás e Paré, pode-se inferir que a identificação surge de uma disposição inata para entrar em sintonia que remonta aos estágios mais remotos da vida, ligada provavelmente ao processo de trocas metabólicas. Curiosamente, o próprio Freud (1920g) igualou os instintos de vida e de morte à assimilação e à desassimilação, sem que tenha desenvolvido a idéia.

Em uma linha semelhante, Francis Crick, laureado com o prêmio Nobel pela descoberta com James Watson da estrutura helicoidal do DNA, afirma:

O que você vê não é o que está lá realmente; é o que o seu cérebro acredita estar lá. Em muitos casos, isto corresponderá bem às características do mundo visual diante de

você, mas em alguns casos suas “crenças” podem tornar-se enganosas. Ver é um processo construtivo, ativo. Seu cérebro faz a melhor interpretação possível de acordo com sua experiência anterior e a informação limitada e ambígua fornecida por seus olhos. (1994. p. 31)

Neste contexto, a percepção não coincide exatamente com o que está fora, sendo produto da interpretação que o cérebro faz do que lhe é transmitido pelos órgãos sensoriais através de um trajeto hierarquicamente determinado. O objeto de percepção constitui-se de uma multiplicidade de aspectos, cada um dos quais excita conjuntos diferentes de neurônios em locais distintos do cérebro, sendo que esses neurônios são influenciados por percepções anteriores armazenadas como memória, além de estas despertarem emoções que influenciam no resultado final da percepção. Em suma, a percepção é um processo ativo do cérebro, que tem por início um *design* adquirido filogeneticamente, o qual faz com que diferentes pessoas tenham idéias semelhantes sobre os mesmos objetos de percepção, da mesma forma que plantas de uma mesma região estão preparadas para florescer e dar frutos na mesma época do ano. Desse modo, as variações individuais decorrentes de histórias pessoais diferentes acontecem limitadas por um esquema geral predeterminado. Essas variações decorrentes da história pessoal são suficientes para particularizarem cada indivíduo e dar-lhes diferentes matizes perceptivos.

Na perspectiva desse sistema fechado, “a cognição, como um estado funcional, pode ser considerada uma propriedade a priori do cérebro; isto é, não tem de ser aprendida. Somente o conteúdo particular da cognição, que se relaciona com aspectos particulares do mundo que nos cerca, deve ser aprendido” (Llinás e Paré, 1996, p. 5). Essa idéia se alinha com a *gramática universal* de Chomsky, segundo a qual a linguagem já está geneticamente pronta e independe de aprendizagem, sendo seu potencial inato desenvolvido pela interação com o ambiente (1984).

Uma afirmação especialmente curiosa a respeito desse sistema fechado merece ser destacada, em vista de sua ligação com o estudo de Freud no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*:

Uma vez que o SNC [sistema nervoso central] tem uma relação apenas indireta com a realidade externa, os estados perceptivos podem ser gerados por dois mecanismos distintos: através do processo do sonhar, ou em resposta a excitações sensoriais durante a vigília. De fato, sonho e vigília são tão similares dos pontos de vista eletrofisiológico e neurológico, que a vigília pode ser descrita como um estado de sonho modulado por excitação sensorial. (Llinás e Paré, 1996, p. 6)

Portanto, o estado de sonho seria o funcionamento original do cérebro, e a vigília, produto da ação do mundo externo sobre esse esquema original.

O sistema fechado descrito por Llinás e Paré não desconsidera a plasticidade do sistema nervoso. Esta é a responsável pelo aperfeiçoamento do sistema, através de uma sintonia fina com o mundo exterior, resultante das excitações provenientes deste último. No entanto, como foi citado antes, essa plasticidade é limitada pelo *design* preestabelecido geneticamente.

G. Edelman (1989), outro ganhador do prêmio Nobel, também vê a mente como manifestação do trabalho do cérebro, constituído por um sistema fechado. Este seria produto de um processo evolutivo que chamou de *darwinismo neural*. Nesse sistema, o recém-nascido traz uma constituição cerebral herdada na qual existe uma superabundância de ligações sinápticas, um estado potencial que se efetiva à medida em que essas sinapses entram em atividade. A mente constitui-se a partir das sinapses ativadas, pois as inativas perdem a capacidade de desenvolver-se plenamente. Por exemplo, um bebê nasce com capacidade de reproduzir todos os fonemas humanos conhecidos. Ao entrar em contato com a língua materna, passa a usar as sinapses

correspondentes a essa língua-mãe, ao passo que a capacidade inicial de reproduzir fonemas diferentes define progressivamente. No entanto, o genoma é responsável apenas pelo plano geral do cérebro, pois este possui redes de interconexões capazes de introduzir modificações nesse plano geral a partir de necessidades de sobrevivência surgidas fora do esquema pré-traçado. Essas modificações, produto da capacidade do cérebro de estabelecer circuitos independentes do esquema genético, fazem com que este se torne apenas um roteiro tosco, à medida que se avolumam as experiências derivadas da necessidade de continuação da vida. No entanto, a enorme plasticidade desses circuitos é limitada pelo esquema genético, que propende a selecionar apenas os circuitos independentes que concorrem para a preservação da vida.

A idéia de Edelman de que o cérebro é dotado originalmente de uma superabundância de interconexões neurais que só se desenvolvem se forem estimuladas pela experiência traz consequências importantes sobre o estudo do desenvolvimento infantil, bem como sobre a técnica psicanalítica, já que as conexões não desenvolvidas no tempo oportuno nem sempre ficam perdidas para sempre, podendo ter algum tipo de reativação posteriormente, se bem que não tenha a mesma eficiência daquelas estimuladas na infância mais remota. É o que ocorre, por exemplo, na aquisição de uma linguagem diferente da nativa. Embora as línguas adquiridas posteriormente não tenham as mesmas características da nativa, a possibilidade de ser aprendidas mostra a capacidade de recuperação das conexões sinápticas não ativadas na época adequada.

Da mesma forma, se o bebê tiver uma disposição para desenvolver uma boa relação objetal e não for estimulado por um ambiente médio expectável (mãe suficientemente boa), essa disposição inata poderá não estar perdida para sempre, sendo passível de reativação e recuperação em um processo transferencial adequado. Deficiências na estruturação do ego poderão em parte ser amenizadas através da técnica psicanalítica, assunto que discutirei em pormenores na parte final deste livro.

A respeito da concepção do cérebro como sistema fechado, R. Pally (1998b) faz uma síntese do pensamento de diversos neurocientistas a respeito da conexão entre o cérebro e o mundo externo, mostrando que este último ativa os padrões de atividade neural preexistentes no primeiro. Nesse esquema, o cérebro possui moldes preestabelecidos para responder a um ambiente médio onde é esperado que ele vá atuar. A resposta do ambiente, se for diferente da expectativa de sua programação, provocará modificações nesse sistema fechado, levando-o a responder de modo também alterado. Assim como o cérebro está programado para responder de certa forma a determinado estímulo, está também aparelhado para perceber quando o estímulo exterior se modificou em função de sua resposta ao estímulo inicial. Ainda que o sistema esteja preparado a princípio para manter seu padrão de respostas, a modificação do estímulo seguinte fará com que seja percebido de modo também diferente, e essa diferença provocará modificação do programa em vigor, e assim sucessivamente, com uma infindável ocorrência de modificações e formação de novos circuitos. Quando duas pessoas conversam, seus padrões já estão pré-formados em consequência de experiências anteriores. Enquanto uma pessoa está falando, tem uma expectativa a respeito de qual será a resposta, a partir de seu próprio padrão, ou seja, de seu sistema fechado. Se a resposta não for de acordo com esse padrão, seu sistema fechado sofrerá uma modificação para adaptar-se ao sistema do interlocutor, sendo essa a forma de compreensão da resposta deste. Às vezes a influência da expectativa em função do padrão anterior é tão grande, que a pessoa ouve o que já estava em sua mente, isto é, o que correspondia à sua expectativa, e não o que foi dito realmente. Assim, a comunicação entre as pessoas é um processo incessante de mudança dos circuitos neurais (da mente) dos interlocutores. São os estímulos imprevistos que tornam possível a consciência, através da qual as experiências são avaliadas, isto é, se o que foi previsto pelos padrões pré-formados são corretos ou não, se devem ser corrigidos ou não. Segundo R. Pally, tanto Llinás quanto Edelman pensam que a consciência seria dispensável se as

expectativas advindas dos padrões pré-programados fossem sempre confirmadas pelo ambiente.

Deve ser ressaltado que a limitação da plasticidade do sistema fechado pelo *design* genético não a impede de ser suficientemente elástica para desenvolver o patrimônio genético através da proliferação de inumeráveis interconexões sinápticas. Assim, a partir de um genoma composto aproximadamente de quarenta mil genes, são formados cerca de dez bilhões de neurônios, cada um dos quais estabelece ligações sinápticas com cerca de sessenta mil diferentes neurônios, derivando daí uma combinação praticamente infinita de possibilidades. Segundo R. Pally (1997), o número dessas possibilidades é superior ao das partículas carregadas positivamente no universo conhecido. A capacidade de processar informações desse sistema fantástico dá bem idéia de quanto o funcionamento do cérebro depende dos *inputs* que lhe chegam do mundo externo através da percepção, como informação, e do interno, sob a forma de sensações corporais, sobretudo de afetos. De qualquer forma, nunca é demais reiterar que a plasticidade desse sistema é limitada por um *design* genético, variando entre os autores as idéias a respeito da extensão da plasticidade. Para Edelman, por exemplo, essa estrutura tosca é afinada pela multiplicidade de variações intersinápticas introdutoras de amplas alterações plásticas. Pinker (2002) vê a plasticidade como de pequena monta, o peso maior recaindo sobre a estrutura herdada. Nesse caso, o ambiente contribuiria basicamente como estimulador ou desestimulador do desenvolvimento de tendências inatas, sem influência relevante em sua estrutura.

11. Aspectos neurocientíficos dos afetos

À semelhança de Freud, os neurocientistas também não fazem distinção entre afeto, emoção e sentimento; enquanto Freud usa afeto de um modo mais abrangente, eles parecem fazer isso com a emoção. Do ângulo da neurociência, a emoção é uma resposta do organismo a um estímulo, externo ou interno, com a finalidade adaptativa de

conservar a vida. O estímulo passa por avaliação em certas partes do cérebro para determinação da espécie de resposta. Nos mamíferos em geral a avaliação se dá principalmente na amígdala (subcortical) e no córtex órbito-frontal. Daí surgem interconexões com outras estruturas, como tronco cerebral e hipotálamo, de onde saem informações para o sistema endócrino, o sistema nervoso autônomo e a musculatura estriada envolvida no comportamento emocional (a musculatura facial da expressão de emoções).

A inclusão desses sistemas leva a influência das emoções praticamente à totalidade do organismo, quando se sabe, por exemplo, da ligação entre as seguintes estruturas: (1) *hipotálamo*, que ocupa uma região central do cérebro (diencefalo), recoberta por ambos os hemisférios, (2) *hipófise*, glândula endócrina situada fora do cérebro, mas em contato com o assoalho deste, reguladora por *feedback* das demais glândulas de secreção interna; (3) *supra-renal*, glândula endócrina que secreta hormônios envolvidos nas emoções, dentre os quais a *adrenalina*, que se tornou tão conhecida no meio leigo que virou sinônimo popular de emoção, excitação e aventura. Tendo em vista o eixo hipotálamo—hipófise—supra-renal, o hipotálamo regula os níveis de *cortisol*, hormônio produzido pela supra-renal implicado na deflagração da emoção. Por sua vez, a hipófise recebe do hipotálamo mensagem que a leva à produção de *endorfina*, substância orgânica responsável pelo alívio da sensação de dor, e de *ocitocina*, produtora de ligação afetiva (*attachment*), de acordo com R. Pally (1998a, p. 351). Além disso, o hipotálamo e o *tronco cerebral* são reguladores do sistema nervoso autônomo, que inerva as vísceras, atuando sobre órgãos como coração, pulmão, estômago, intestinos, olhos, glândula supra-renal, glândulas salivares e sudoríparas, etc.

Constatando a repercussão das emoções em todo o organismo, R. Pally diz que um médico nunca pode dizer a um paciente que algo está apenas “em sua cabeça”, pois tudo o que está na “cabeça” está inevitavelmente no corpo (1998a, p. 356). Como tenho mostrado até aqui e procurarei tornar cada vez mais evidente a seguir, é de certa forma artificial a separação entre corpo e “cabeça”, isto é, entre soma

e mente, pois são a mesma coisa. Essa observação é de tanta abrangência, envolvendo praticamente tudo que se disser a respeito da ligação corpo-mente, que abordar o assunto em detalhes nos levaria para longe da finalidade deste livro. Um número incalculável de autores de todos os quadrantes já discorreram amplamente sobre os chamados fenômenos psicossomáticos, como o fez particularmente Winnicott em seminal artigo metapsicológico (1949), podendo, entre nós, ser citada a obra de L. Miller de Paiva (1990). Para nosso propósito aqui basta verificar que tudo que se passa como emoção tem influência sobre o corpo: a emoção é corporal e psíquica em um só tempo. Em consequência, me limitarei a detalhes atinentes ao cerne da teoria e da prática da psicanálise, isto é, à *relação afetiva* e à *comunicação intersubjetiva* de um modo geral.

Considerando que as emoções são reações que contribuem para a sobrevivência, o medo é uma das emoções mais fundamentais, pois está diretamente ligado a uma ameaça à vida — a ansiedade, corolária do medo, tem a função de antecipar o perigo. Se todas as emoções fossem positivas, não haveria tantos dispositivos no organismo para preservação da vida, e a trajetória da evolução teria sido diferente. Existem estímulos que afetam igualmente os animais: o medo é uma reação universal a estímulos fortemente aversivos, como o choque elétrico. Existem reações próprias de determinadas famílias ou espécies: um macaco não precisa ter visto uma cobra para reagir com medo à ondulação de um cipó no mato. Esse tipo de emoção é inato e desencadeado na amígdala, estrutura subcortical que já está praticamente pronta no nascimento.

O hipocampo, outra estrutura subcortical, que não está pronta no nascimento e leva cerca de dois anos para desenvolver-se plenamente, é responsável pelo fornecimento de informações sobre o contexto em que se dá a experiência emocional primitiva surgida da amígdala — em outros termos, produz o processo associativo. Enquanto na amígdala se passa a emoção propriamente dita, no hipocampo ele se associa às circunstâncias em que o evento ocorreu, como lugar, tempo, pessoa envolvida, etc. No hipocampo, a emoção do medo adquire uma

característica de temporalidade e de causalidade. Por isso, ao experimentar um trauma em determinado lugar ou diante de determinada pessoa, um animal, até mesmo o ser humano, pode voltar a sentir a mesma emoção sem a existência de qualquer situação traumática em si, mas apenas ao visitar o lugar em que o trauma ocorreu, ou estar diante da pessoa que estava presente no momento do trauma, ou, em se tratando do ser humano, diante de um contexto que se associa, como representação, ao entorno da situação traumática ocorrida. Enquanto as emoções relacionadas à amígdala são primárias e dependentes do trauma em si, isto é, são incondicionadas, as ocorridas com a participação do hipocampo são secundárias e passíveis de condicionamento (Le Doux, 1994 e 1996).

Em capítulo anterior, mostrei, de um ponto de vista metapsicológico, como a experiência emocional molda a mente a partir de estruturas afetivas, tendo a oportunidade de me referir à participação intrínseca do objeto na produção da experiência afetiva. Ali, afirmei que a revivência em nível transferencial de experiências afetivas negativas e sua superação por afetos positivos é o fulcro que alavanca o processo psicanalítico no sentido da restauração do bem-estar psíquico do paciente. Agora, pretendo descrever como se dá, de um ponto de vista neurocientífico, a participação do objeto nas experiências afetivas negativas e positivas — em suma, como se dá a relação afetiva.

Devemos ter em mente que, mesmo apontando o papel crucial do vínculo afetivo anterior à relação objetal na estruturação da mente, Freud mostrava que a identificação é enigmática, não conseguindo dar-lhe contornos metapsicológicos definidos. Desse modo, o conhecimento dos fatores envolvidos na formação dos sintomas psiconeuróticos, exaustivamente dissecados pela psicanálise ao longo de seu primeiro século de existência, não impede que haja muito por fazer a respeito da metapsicologia da relação intersubjetiva, não só em seu aspecto propriamente objetal, mas também, e sobretudo, no do elo afetivo pré-objetal atribuído por Freud à identificação.

A importância do vínculo interpessoal tem sido apontada com frequência pela *escola de relação objetal* (Balint, Fairbairn, Win-

nicott), além de a *empatia* presente na ligação intersubjetiva ser enfatizada pela corrente da psicologia do *self* (Kohut, 1984) como operador terapêutico primacial. Entretanto, isto não tem sido feito de um ponto de vista metapsicológico que inclua a *gênese* do vínculo afetivo entre duas pessoas, lacuna que limita de modo considerável a extensão das contribuições dessas correntes. Quando emprego o vocábulo metapsicológico aqui, parece-me ocioso dizer que o estou fazendo de acordo com a idéia inicial de Freud, ou seja, como expressão psicológica de um fenômeno biológico. Essa deficiência pode ser atribuída à não-abordagem da origem do afeto (emoção) em sua vertente somática, na qual se vê que a percepção do afeto se dá com a do objeto a ele relacionado. Em uma posição semelhante à de Freud a respeito da identificação como evento pré-objetal, Loewald (1960) mostrou que em um processo de internalização não é o objeto que é introjetado, mas a relação. Isto faz todo o sentido, quando sabemos que o bebê sente o que se passa no seu corpo, que é a fonte do que será representado. O objeto só será representado se estiver associado (identificado) de algum modo com o que o bebê sente como afeto (prazer ou desprazer), o que foi sugerido por Freud desde o estudo sobre a afasia. Afeto (emoção ou sentimento) implica a expressão de uma ligação com outra pessoa, ou seja, como identificação, assunto a ser tratado de forma mais ampla a seguir.

12. Ligação intersubjetiva: attachment e relação objetual

Como já foi dito, o interesse exclusivo no acompanhamento da trajetória *intra-subjetiva* do instinto reprimido resultou em que tudo que dissesse respeito ao *intersubjetivo*, ao interpessoal, fosse considerado estranho à psicanálise. Neste sentido, M. Klein foi a representante mais extremada dessa forma de ver a psicanálise, pois somente o intra-subjetivo, ou seja, o instinto e a fantasia inconsciente dele derivada, mereceu sua atenção. O objeto interno para ela corresponde não propriamente ao objeto externo introjetado, e sim

ao objeto criado pela fantasia inconsciente. Dir-se-ia que essa visão se aproxima do sistema fechado de Llinás, mas é uma conexão falsa, pois o sistema do neurocientista está ajustado a outros sistemas fechados, sendo um emulador da realidade, em um universo similar ao das mônadas de Leibnitz. É um sistema narcísico e objetual ao mesmo tempo, na medida em que está comensurado para afinar-se com o exterior, modificando seus circuitos para manter a sintonia. Já no sistema kleiniano, no qual o afeto da inveja é tido como inato, a influência real do objeto é subestimada. O papel inovador de M. Klein consistiu em ampliar o campo da fantasia inconsciente, que passou a abranger a agressividade.

Essa visão instintivista da fantasia inconsciente foi tomada como paradigmática, condição em que a psicologia do ego de Freud foi repudiada, sendo considerada um desvio da genuína psicanálise. O repúdio ao ego se deveu a estar ele, pelas portas da percepção, em permanente contato com o exterior, participando de uma ligação intersubjetiva cujo impacto afetivo tem representação sob a forma de internalização.

Na linha de seus contemporâneos britânicos da corrente da relação de objeto, Bowlby insurgiu-se contra o radicalismo kleiniano que desconhecia o que não fosse fantasia inconsciente derivada dos instintos, como relata I. Bretherton (1995). Apesar de ter sido formado nesse esquema, já que foi analisado por Joan Rivière, ligada ao kleinismo, e supervisionado pela própria Melanie Klein, desde cedo Bowlby acreditou na participação do objeto na estruturação da mente da criança, não encontrando a princípio meios para fundamentar seu ponto de vista. A despeito de ter acompanhado as posições dos que iniciavam o movimento das *relações objetais*, as idéias por eles expostas não lhe pareciam consistentes. Encontrou as razões que lhe pareceram convincentes ao entrar em contato com o pensamento do etólogo Konrad Lorenz, tendo ficado fascinado com a descrição do fenômeno chamado por este de *imprinting*. Desde então passou a levar os conhecimentos apreendidos da etologia para a psicanálise, criando pouco depois o conceito de *attachment*. Este foi um dos

poucos conceitos autenticamente inovadores da psicanálise depois de Freud. Entretanto, como tudo que é revolucionário, foi rejeitado energicamente pela comunidade psicanalítica estabelecida, não obstante esse conceito ser o braço científico das relações objetais e um instrumento valioso para a psicanálise ser introduzida na comunidade científica. Tem a vantagem de ser passível de observação objetiva, tendo Bowlby se empenhado em demonstrá-lo mediante sucessivas pesquisas empíricas. Estas foram absorvidas tão amplamente pela comunidade científica, que acabaram influenciando de volta a própria etologia, sua fonte inicial, como mostra S. J. Suomi (1995). Por isto, depois do *Projeto* de 1895, pode-se dizer que Bowlby, com o conceito de *attachment* e as pesquisas científicas daí derivadas, foi o verdadeiro precursor do diálogo entre a psicanálise e a neurociência.

Segundo Bowlby, a ligação estreita entre mãe e filho descrita como *attachment* é construída a partir de inúmeras respostas instintuais que visam a ligar a criança à mãe e a mãe à criança. Essas respostas têm origens diferentes e amadurecem de forma independente uma da outra. Entre essas respostas se incluem sugar, manter-se unido ao corpo, acompanhar, dar sinais com sorriso e choro. Acompanhar e manter-se unido ao corpo são ações talvez mais importantes que as demais respostas, de modo que durante os doze primeiros meses, particularmente entre os oito e os doze, a separação da mãe produz reações ansiosas de grande intensidade. Essas respostas, que em conjunto constituem o *attachment*, são aquisições filogenéticas da espécie, um comportamento adaptativo tendo por objetivo a defesa contra predadores.

Em última análise, o *attachment* de Bowlby não difere muito de conceitos de outros psicanalistas, como “ambiente médio expectável”, de Hartmann, *holding* e “mãe suficientemente boa”, de Winnicott, *rêverie*, de Bion, além de experiências objetivas clássicas, como a de Spitz, com o hospitalismo, e a de Mahler com suas três fases de desenvolvimento. Entretanto, o conceito de Bowlby se diferencia dos demais por sua afirmação categórica de que o *attachment* é episódio instintivo distinto da sexualidade, contendo mecanismos próprios

de preservação da vida. O que o torna especialmente peculiar é seu liame com fatores biológicos possibilitadores de pesquisa objetiva quantitativa, que lhe dão uma abrangência maior que os conceitos desses outros autores.

Para mostrar como o *attachment* é não só o elo mais primitivo e profundo da ligação mãe-filho, mas também a ponte por excelência entre a psicanálise e a neurobiologia, farei um breve resumo do desenvolvimento da vida, procurando trazer dados diferentes dos já apresentados, sendo inevitável repetir alguns deles, na medida em que a demonstração de constituintes biológicos inerentes ao *attachment* requer compreensão de processos essenciais à conservação da vida.

A matéria orgânica formadora da vida surgiu da ligação de substâncias minerais, basicamente dos elementos químicos carbono, hidrogênio, oxigênio, nitrogênio, enxofre e fósforo, embora não se saiba exatamente como se deu a deflagração da vida a partir da matéria orgânica (Duve, 1995). Uma vez que o viver é em si consumidor de energia, a conservação da vida, de acordo com a segunda lei da termodinâmica, exige a reposição da energia despendida no processo vital. Isto implica não ser possível ao ser vivo continuar existindo sem retirar do ambiente físico a matéria que irá recompor a consumida na geração da energia vital. Essa parece ter sido a única dependência de um ser vivo no início da vida, há cerca de quatro bilhões de anos, situação que lhe conferia grande vulnerabilidade. Assim como surgiu a vida, no interior do ser vivo processos metabólicos criaram condições para que a conservação da vida se operasse de modo mais efetivo, havendo uma *regulação* interna que mantinha os elementos funcionando harmonicamente entre si, ao mesmo tempo que havia um ajustamento do organismo como um todo, de modo a harmonizá-lo com o ambiente externo — nisto consistem a *homeostase* e a *adaptação*. Depois de certo tempo, o processo vital evoluiu para a formação do ácido ribonucleico (RNA) e, mais tarde, do ácido desoxirribonucleico (DNA), os quais possibilitaram a continuidade da vida através da duplicação da célula e transmissão dos caracteres genéticos da célula original para as duas outras resultantes da divisão.

Diversos dispositivos surgiram na substância viva para permitir que esse processo não só continuasse, mas também se aperfeiçoasse. A replicação inicial dos seres unicelulares fazia-se de forma autônoma por *divisão* simples do corpo celular, isto é, uma *reprodução assexuada*, pela qual uma célula se bipartia, produzindo duas outras. Esse modo de reprodução se mostrou ineficiente em certas circunstâncias para alguns desses seres primitivos que não se adaptaram às condições ambientais. Como forma de adaptação para continuarem vivos, passaram a se aproximar de outros iguais a eles para, através de uma forma de *conjugação*, se rejuvenescerem reciprocamente através da permutação dos respectivos núcleos celulares. A conjugação implicava uma simples troca de substância entre os dois seres unicelulares, que se modificavam mutuamente, tendo, portanto, características individuais ainda semelhantes às do método anterior de divisão (*assexuado*). Entretanto, essa forma de adaptação trouxe mudança importante no estado de dependência: se antes só havia dependência do ambiente físico, surgiu com esse método de rejuvenescimento, além da anterior, a dependência de outro ser vivo.

Algum tempo depois, quando a adaptação já tinha levado aos seres multicelulares — surgidos cerca de três bilhões de anos depois dos unicelulares —, surgiu a *reprodução sexuada* propriamente dita. Através desta, duas células germinativas distintas (*gametas*) originaram uma terceira diferente das anteriores, com características de ambas as geradoras. Se inicialmente os seres unicelulares necessitavam apenas de nutrientes e oxigênio, ou seja, do mundo físico externo, para manterem a vida, agora passaram a depender também de um objeto sexual. Um terceiro fator de preservação, a *agressividade*, integrava o equipamento de conservação da vida, para protegê-la de predadores. Esses três fatores — nutrição, sexualidade e agressividade — constituem a base da continuação da vida, derivando deles os impulsos fundamentais que Freud chamou de *Trieb*. Se a partir da etapa da conjugação, ainda assexuada, um outro ser vivo já passara a ser fundamental para a continuação da vida, após a reprodução sexuada a dependência do ser da mesma espécie aprofundou-se de maneira

dramática, pois este se tornou tão indispensável quanto o ambiente físico o era anteriormente para a vida primitiva pré-conjugação. Estava aí iniciada não só a interdependência mútua dos seres adultos para a conservação da vida através da sexualidade, mas também, e sobretudo, a dependência absoluta dos genitores apresentada pela progênie durante uma parte da vida, pois aquelas passaram a ser o ambiente externo do recém-nascido.

Tendo em vista a característica dos seres vivos de agirem precipuamente no sentido de preservar a vida, uma ameaça à vida é sentida com uma emoção negativa, seja essa ameaça proveniente da visão de um predador, seja causada pela ausência da mãe, quando um filhote necessita dela para sobreviver. No bebê humano, a dependência do objeto se faz sentir de modo mais prolongado que nos de outras espécies, de modo que a importância dos cuidados maternos se intensifica. Pode-se observar que a relação mãe-bebê resultante da conservação da vida por via sexual foi a sucessora da anterior dependência do ambiente físico da fase anterior de reprodução assexuada, dado que fundamenta a verificação de Bowlby de que o *attachment* é independente da sexualidade.

Em virtude de dependência tão absoluta da função materna, a *ansiedade primordial* do nascimento, que é sucedida, ao que parece em todos os mamíferos, pela *ansiedade de separação*, no bebê humano se desdobra em outra fase, a *ansiedade pela perda do amor do objeto*. Esta dependência marca o indivíduo por toda a vida, fazendo parte de sua estrutura psíquica, sendo esta a razão da força adquirida pelo superego, na medida em que este resulta da internalização dos objetos parentais, como forma de se tornar independente destes. (Freud, 1923b, 1926a [1925]).

No que concerne à ansiedade de separação, comum aos mamíferos em geral, experiências (Hofer, 1995) mostram que um rato-bebê emite um *grito de separação* (*separation cry*) quando se vê sozinho e distante da mãe. Ao ouvir o grito desesperado, a mãe corre aflita em socorro, tendo uma conduta estereotipada (instintiva), que compreende conduzir o filhote para a ninhada, amamentá-lo e

lambê-lo. Quando o filhote é amamentado, sua frequência cardíaca se regulariza — durante a separação, o ritmo cardíaco estava acentuadamente alterado. Por outro lado, o contato físico da lambida regulariza a temperatura corporal e o nível de atividade, que também estavam alterados. Schanberg (1988) relata que a lambida da mãe acelera o crescimento da cria, havendo evidências experimentais de que ratos que não receberam esse tratamento da mãe têm o crescimento atrofiado.

Essas experiências mostram reações bioquímicas subjacentes ao comportamento dos ratos. Após a assistência prestimosa da mãe, o estado de aflição cessa. Hofer demonstra que a infusão de benzodiazepina (substância ansiolítica) na amígdala do filhote faz seu grito de separação cessar ou diminuir mesmo na ausência da mãe. Da mesma forma, a infusão no mesmo local de substância com ação contrária à da benzodiazepina produz o grito aflitivo mesmo na presença da mãe. Depreende-se que na separação da mãe o estado aflitivo é causado por mecanismo bioquímico de ação contrária (*antagonista*) à da benzodiazepina, e que a aproximação da mãe (reunião) provoca liberação de substância similar (*agonista*) à benzodiazepina. Em última análise, o organismo produz substância similar à benzodiazepina em estado natural (liberação *endógena* ou *autofarmacológica*), a qual tem participação ativa nos estados emocionais.

Pally (1998a) relata estudos de Kalin *et al.* (1995) que corroboram a presença de substâncias bioquímicas na relação afetiva. Experiências com macacos mostraram que seu comportamento afetivo, como a aproximação com aperto corpo a corpo (*clinging*), é condicionado pela ação de substâncias químicas. Por exemplo, a infusão de droga com ação contrária à da *endorfina* na amígdala da mãe e do filhote provoca neles um impulso para se ligarem, se apertarem mutuamente, enfim, uma reação de *attachment*. Ao contrário, a infusão de morfina, que é uma droga opiácea similar à *endorfina* — esta última é *endógena*, ou seja, produzida naturalmente pelo organismo — faz com que mãe e filho se afastem, provavelmente para que possa ser estabelecida uma *regulação* do nível de *endorfina*

liberada endogenamente. (Nesta altura, creio escusado dizer que as reações bioquímicas fazem parte do processo de regulação biológica citado antes, crucial para a conservação da vida).

É relevante observar que tanto as reações do filhote quanto as da mãe estão inscritas em seu sistema neuro-endócrino-muscular. A percepção pelo filhote de que está só e distante da mãe deflagra um processo que culmina na emissão do grito aflitivo, da mesma forma que a audição pela mãe do grito do filho determina uma série de reações químicas que levam ao comportamento afetivo protetor. Tanto a mãe quanto o bebê são dois sistemas fechados programados para interagirem segundo linhas gerais definidas filogeneticamente, processo que nos permite entender como o *gene egoísta* de Dawkins, assim como o *narcisismo primário* de Freud, implicam paradoxalmente uma tendência inata para a relação objetal e a vida em sociedade — em circunstâncias normais, tanto o altruísmo é egoísta quanto o egoísmo é altruísta, e a anormalidade se insere no rompimento desse equilíbrio.

Várias conclusões podem ser retiradas dessas experiências. Sabe-se que a administração de morfina a uma pessoa provoca a diminuição da produção natural (endógena) de endorfina por seu organismo, e que essa baixa pode ser tão acentuada que o organismo perde a capacidade de continuar produzindo-a, razão por que se torna dependente da droga *exógena* — no caso, a morfina. O fato de as experiências relatadas até aqui se referirem a animais de outras espécies pode levar à suposição de que com os seres humanos ocorram fenômenos diferentes. É evidente que cada espécie apresenta um tipo de comportamento próprio, da mesma forma que são sensíveis a estímulos diferentes, em função de sua história filogenética. No entanto, as emoções básicas são idênticas, bem como os dispositivos neuro-endócrino-musculares são iguais em todos os animais. Por isso, como afirma Hofer, o estudo de estados emocionais nos ratos pode ser aplicado para a compreensão de emoção semelhante no ser humano (1996). Há fenômenos comuns a todos os mamíferos, como o grito de separação. Hofer relata experiências com crianças que estendem à espécie humana algumas das realizadas com ratos e macacos. Assim, um bebê humano em grito de desespero

pela ausência da mãe tem reações fisiológicas semelhantes às de filhotes de outras espécies de mamíferos: diminuição da frequência cardíaca e do nível de atividade, além do uso dos mesmos músculos laringeos na emissão do grito de separação.

Uma vez que o organismo da mãe está programado para reagir de forma protetora, Hofer diz que a fisiologia da dupla mãe-bebê é regulada na ligação afetiva (*attachment*) por um processo de ação recíproca. Nesse caso, o mal-estar que predomina em ambos os componentes do par resultaria da modificação de um sistema que se encontrava ajustado e estabilizado, isto é, regulado biologicamente. Quando o par está junto, o organismo está produzindo determinadas substâncias. Quando se afastam, sobretudo abruptamente, há uma modificação subitânea no sistema de regulação, tendo o organismo de se adaptar à mudança ocorrida, através da liberação de substâncias diferentes. Deste modo, não só o organismo do filho é regulado pelo comportamento da mãe, como o desta é regulado pelo comportamento do filho. Os dois são tão importantes um para o outro, em uma reciprocidade de tamanha magnitude, que Hofer afirma ser apropriado neste caso falar-se de uma autêntica *simbiose*. Lembremos que Margaret Mahler, muito antes do conhecimento desses processos de regulação bioquímica, deu a uma das fases do desenvolvimento da criança o nome de simbiose, sem embargo de querer se referir apenas ao que se passa com o filho. Antes disso, Hartmann (1939) já se referira à relação afetiva mãe-bebê como sendo biológica antes de ser social.

No que concerne às evidências de distúrbios psíquicos provenientes de situações anômalas nas fases iniciais (de simbiose e *attachment*) das relações intersubjetivas, Yasmin Almeida (1999), em pesquisa empírica realizada no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro com cerca de vinte pacientes adultos, constatou a repercussão dessas anomalias sobre a eclosão posterior de transtornos do pânico e estados de depressão maior, ao fazer um estudo comparativo desses quadros patológicos, de um ponto de vista psicanalítico.

A importância do objeto afetivo na preservação da vida do bebê já fora relatada por observadores psicanalíticos, como a descrição de Spitz (1945, 1946) do *hospitalismo*. Entretanto, não era possível na época explicar o que se passava no organismo que reagia tão negativamente à negligência afetiva do objeto. Agora, Hofer revela haver baixo crescimento em crianças humanas que só receberam alimento, e não suporte afetivo com contato corporal, sendo essa a causa de uma forma de nanismo socialmente induzido. Relata experiência com crianças de famílias caóticas ou negligentes que apresentaram déficit de crescimento mesmo depois de hospitalizadas e alimentadas adequadamente, as quais apresentaram melhora do quadro quando passaram a ser tratadas com calor afetivo, participando de brincadeiras com o corpo clínico que as assistia. Por sua vez, aplicando em crianças humanas a experiência adquirida com os estudos anteriores mais extensivos com ratos, Kuhn e Schanberg (1991) verificaram, segundo informação de Hofer, que vinte crianças prematuras (nascidas com menos de 36 semanas e pesando menos de 1.500g), submetidas a três sessões diárias de estímulos táteis e cinestésicos por quinze minutos, durante duas semanas, tiveram ganho de peso acentuadamente maior do que um grupo controle de outros vinte bebês nas mesmas condições, tendo deixado o hospital bem mais cedo.

Hofer mostra evidências de que a regulação interpessoal não se restringe à infância; ao contrário, persiste por toda a vida. Assim, pessoas participando do mesmo grupo têm seu relógio biológico sincronizado; mulheres ligadas afetivamente que vivem no mesmo ambiente menstruam na mesma época, o mesmo acontecendo com fêmeas animais. Neste caso, fala da possibilidade da existência de odores exalados das axilas em função da atividade de *feromônios*, mas, contrariando essa hipótese, afirma que mulheres ligadas por estreitos laços de amizade, mesmo não estando próximas fisicamente, têm sincronização menstrual maior do que outras que, mesmo partilhando o mesmo quarto, são apenas colegas, e não amigas. Ao fazer esta observação, o autor parece estar lembrando a característica especial da regulação pelo *attachment*, em que está envolvida uma

bioquímica diferente da existente nos processos sexuais, uma vez que o feromônio é um componente da sexualidade.

Hofer afirma igualmente que a regulação do organismo pela ligação afetiva é notória em casais adultos, sendo a base de reações depressivas motivadas por separações após fortes e prolongados vínculos afetivos, que podem ter consequências múltiplas sobre processos fisiológicos, com distúrbios funcionais e lesões em diversos órgãos e sistemas, capazes até de levar à morte, não somente por suicídio, mas também por falência progressiva de órgãos vitais. A repercussão da relação interpessoal sobre o organismo recebe confirmação de diversas direções. Eisenberger *et al.* (2003) mostraram que pessoas adultas, ao se sentirem excluídas socialmente, manifestam sentimento de rejeição ao mesmo tempo que neurônios do córtex cingulado anterior são deflagrados, sugerindo que a dor desse estado afetivo pode não ser apenas metafórica, se levarmos em conta que essa região cerebral apresenta reação semelhante diante da dor provocada por lesão física.

Vale a pena neste ponto fazer uma observação que contribui para a compreensão de falhas básicas na estruturação do ego resultantes de deficiências na fase de *attachment*, principalmente no período apontado por Bowlby como crucial — primeiro ano de vida. Essas deficiências podem ter repercussão muito maior na psicopatologia posterior que a repressão dos instintos, assunto a que voltarei mais tarde. Quero agora me referir às consequências de anomalias do processo de *attachment* sobre doenças somáticas em animais. Hofer relata que ratos separados da mãe mais cedo do que o normal reagem ao estresse com distúrbios na regulação do sono e da temperatura, ambas relacionadas à secreção de ácido gástrico. Esses distúrbios ocasionam uma vulnerabilidade posterior predisponente à aquisição de úlcera gástrica, que se manifesta no período correspondente ao início da adolescência. Deste modo, um distúrbio inicial no processo de regulação pelo *attachment* ocasiona uma predisposição patológica que só se manifestará muito mais tarde. Como a diáde humana mãe-bebê também apresenta dispositivos de regulação similares, podemos concluir que falhas na relação inicial deixam marcas somáticas que,

em nível psíquico, correspondem a falhas básicas na estruturação do ego — antes de tudo corporal —, que se manifestarão como processos psicopatológicos independentes dos instintos reprimidos.

Disse antes que o conceito psicanalítico de *attachment*, sendo originário do conceito etológico de *imprinting*, acabou influenciando de volta a etologia. Da mesma forma, é notório que a descrição acima do *attachment* em animais feita por neurocientistas, além de respaldar, balizar e também corrigir a descrição psicanalítica do fenômeno, é de utilidade apenas para o observador psicanalítico no que concerne à compreensão das primeiras etapas do desenvolvimento do ser humano. Com efeito, o psicanalista pode inferir o que se passa na mente do bebê, mas o pesquisador neurocientífico não pode saber o que se passa no cérebro dos animais em termos de representações, ou seja, no cérebro organizado como mente. A psicanálise, ao contrário, lida com as representações, de modo que o acervo de conhecimentos adquiridos pelo investigador psicanalítico nesse campo, se orientado a partir do que de objetivo pode ser coligido da contribuição biológica relativa aos estados iniciais da mente, pode permitir-lhe traçar perfil bastante razoável do desenvolvimento psíquico pós-*attachment*.

Como vimos antes, a experiência desprazerosa de separação deixa no bebê um registro mnêmico, da mesma forma que acontece com a experiência prazerosa de conforto e aconchego, registros correspondentes às representações que constituirão as estruturas afetivas primordiais. Essas estruturas aos poucos se proliferam e se associam formando estruturas ideativas que completarão a mente, cuja sanidade dependerá da adequação da regulação processada pelo *attachment* inerente à relação mãe-bebê. Com a formação das estruturas afetivas e ideativas, as representações dos objetos (abstratas) aos poucos ocuparão o lugar do objeto concreto. O desenvolvimento desse mundo interno formado por representações de objetos modifica a dependência do objeto externo, atenuando-se a necessidade do *attachment*, que aos poucos vai cedendo lugar a uma ligação objetual propriamente dita, em que as trocas afetivas se efetuam de modo pro-

gressivamente menos vertical até se tornarem horizontais. Se durante o processo de *attachment* há uma regulação automática pelo princípio do prazer (processo primário), na relação objetal passa a predominar a regulação pelo princípio da realidade (processo secundário). Durante o *attachment*, o bebê está na fase de desenvolvimento que Mahler chamou de *simbiótica*; ao fazer um vínculo objetal propriamente dito, entra na fase definitiva a que Mahler deu o nome de *individuação*.

Se a fase de *attachment* transcorrer normalmente, o indivíduo desenvolve uma mente estruturada para enfrentar as situações conflitivas próprias da fase de relação objetal, dentre as quais a situação edipiana é a mais marcante, sobretudo porque a criança continuará dependente dos pais durante muito tempo. Todavia, um objeto que se mostra empático o suficiente para propiciar uma boa fase de *attachment*, continua provavelmente a sê-lo na fase objetal posterior, ensejando uma superação natural das ansiedades inerentes aos conflitos dessa etapa, notadamente o edipiano. Da mesma forma, se o *attachment* não for adequado, tudo indica que posteriormente as inadequações se acumulam e a fase edípica poderá ser catastrófica. Assim como vimos que ratos cuja fase de *attachment* foi levada a cabo de maneira não apropriada tornaram-se mais tarde vulneráveis ao estresse, também o bebê humano em circunstâncias similares desenvolve um ego frágil predisposto à aquisição das mais diversas modalidades de patologia, tanto psíquica quanto orgânica. Portanto, quando o neurocientista Hofer se refere aos efeitos desastrosos de uma separação entre adultos, nós, psicanalistas, sabemos que essas reações ocorrem em pessoas predispostas, em razão de fragilidade do ego adquirida nas etapas iniciais de sua estruturação. Hofer mostra que os reguladores iniciais continuam atuando às escondidas nos adultos, e, diante de uma situação de estresse, se o ego não estiver suficientemente forte, os mecanismos primitivos voltarão a atuar, trazendo os mesmos estados de desamparo da infância mais remota.

13. Evidências neurocientíficas do inconsciente

Freud passou a vida toda tentando demonstrar a existência de fenômenos inconscientes para leitores e ouvintes incrédulos que manifestavam férrea resistência mesmo diante de argumentos objetivos e insofismáveis como a experiência de Bernheim com pessoas submetidas à hipnose (Freud, 1940b [1938]). Agora, provas inequívocas do inconsciente descrito por Freud são apresentadas pela insuspeita neurociência. Esta, como talvez nenhuma outra ciência, trabalha com a evidência de que a consciência é apenas um apêndice de fenômenos que se passam fora dela, ou que resulta de um “trabalho do cérebro” executado em múltiplos locais. A existência de eventos mentais inconscientes é tão consensual entre os neurocientistas, que alguns deles vêem a consciência como *epifenômeno*, uma consequência de feitos que se passam sem que tenhamos noção do que está ocorrendo. Neste sentido, há experiências reveladoras de que uma decisão tomada conscientemente é registrada por aparelhos cerca de meio segundo antes de o sujeito ter consciência dela. Portanto, o cérebro agiu antes e independentemente da consciência. Freud (1900) referia-se a algo dessa natureza, quando disse que Goethe costumava escrever com a impressão de que uma voz interna lhe ditava o que tinha de pôr no papel, como se não fosse ele mesmo.

Neste caso, poder-se-ia levantar a objeção de que essas evidências dizem respeito a fenômenos pré-conscientes e não inconscientes, no sentido psicanalítico da palavra. Ainda assim, há demonstrações inquestionáveis também no campo do inconsciente propriamente dito.

a. Emoções condicionadas gerando estruturas afetivas inconscientes

Desde as pioneiras experiências de Pavlov com o condicionamento de cães, sabe-se que um animal pode reagir com emoção aversiva a um impulso originalmente indiferente, ou mesmo prazeroso, desde que tenha sido associado a um estímulo intrinsecamente aversivo. Hoje,

experiências com ratos revelam que, quando submetidos a um choque elétrico (intrinsecamente aversivo) simultaneamente à emissão de determinada nota musical, esses animais passam depois a reagir com medo à simples audição da mesma nota musical, mesmo na ausência do choque — a aversão ao choque passou a abranger a nota musical a ele associada. Essa reação persiste durante certo tempo, e vai-se extinguindo paulatinamente, à medida que o animal é exposto à mesma nota musical na ausência do estímulo originalmente aversivo. Nisto consiste a técnica de descondicionamento. Aparentemente, o medo condicionado teria deixado de existir. No entanto, outras experiências mostram que quando o animal está submetido a fortes privações, como fome ou sede, volta a ter o mesmo comportamento anterior, isto é, passa a sentir intenso medo ao ouvir o som musical a que já se acostumara, emoção advéncia que parecia já ter sido extinta.

Se fizermos uma transposição para o ser humano, com quem se passam fenômenos semelhantes, poder-se-ia dizer que o medo a princípio percebido conscientemente — por exemplo, uma fobia tida na infância — com o tempo deixa de existir, parecendo ter sido extinto, a ponto de a pessoa jamais lembrar-se dele. Entretanto, o registro mnêmico da experiência afetiva (emoção) permaneceu em algum lugar (inconsciente). Sendo um traço de memória, esse registro é da categoria de uma representação e não de um afeto — ou seja, é uma *estrutura afetiva*, como foi descrito anteriormente. É dessa estrutura afetiva inconsciente, posta em estado de inatividade por mecanismos de defesa do ego, que as reações fóbicas aparentemente extintas podem ressurgir, em situações em que o ego esteja enfraquecido. Embora a lembrança tenha permanecido como estrutura afetiva inconsciente durante muito tempo, a quota de afeto que ocupava a representação formadora dessa estrutura se aproveitou de fraqueza momentânea do ego para descarregar-se como novo estado emocional. Neste caso, é comum dizer-se que a emoção (medo) extinta estivera em estado inconsciente, o que é uma impropriedade metapsicológica, pois, como vimos antes, um afeto não pode ser inconsciente como tal, mas apenas como estrutura afetiva, ou seja, como uma representação ocupada por uma quota de afeto.

b. Blindsight: visão inconsciente.

Outra manifestação inconsciente mostrada pela neurociência é aquela relatada pela primeira vez por Weiskrantz (1986) sob a denominação de *blindsight*, logo confirmada pelo consenso dos neurocientistas, segundo Crick (1994) e Pribram (1997). Sabe-se que uma pessoa pode apresentar cegueira tanto por lesão do nervo óptico, que impede a chegada do estímulo luminoso ao sistema nervoso central (SNC), onde é processado como percepção visual, ou então através de lesão no SNC, ou seja, no próprio centro processador. No primeiro caso, isto é, quando o nervo óptico está lesado e não leva qualquer informação ao cérebro, a cegueira é absoluta, não havendo a mais remota sensação luminosa. Weiskrantz demonstrou que quando a lesão é no centro processador da percepção visual, isto é, quando a informação é levada ao cérebro, sem ser processada, não há também percepção visual, manifestando-se igualmente a cegueira. Entretanto, neste último caso, o sinal luminoso levado ao cérebro pelos *inputs* sensoriais, embora não seja captado pelos neurônios lesados responsáveis pela percepção visual, é transmitido a neurônios motores, que levam o sujeito a agir em consequência desses estímulos. Esse neurocientista verificou o fenômeno através do exame de paciente submetido à neurocirurgia para remoção de hemangioma localizado no lobo occipital, da qual resultou cegueira contralateral, isto é, o paciente deixou de enxergar com o olho situado no lado oposto ao do local da cirurgia. Declarava não conseguir enxergar absolutamente nada com essa vista, contudo teve cerca de 90% de acerto em apontar a localização e a forma de objetos que não conseguia ver. Perguntado sobre como conseguia apontar imagens e distinguir seus contornos mesmo não os enxergando, respondia que agia por intuição e adivinhação, mesmo tendo sido submetido a sucessivos testes em que sempre obtinha *performance* semelhante. Evidentemente, estamos diante de uma ação motivada por fatores inconscientes, ou seja, o indivíduo não vê conscientemente, porque está impedido neurologicamente de perceber o estímulo luminoso, mas “vê” inconscientemente, pois o estímulo luminoso chega ao cérebro, originando uma ação adequada.

Crick relata caso de paciente capaz de distinguir entre as letras X e O, mesmo declarando não vê-las. Mesmo em casos em que os pacientes são solicitados a desempenhar tarefas por demais complicadas para quem não enxerga, como distinguir em um conjunto de fotografias se uma pessoa é conhecida ou não, há evidência de uma “visão” inconsciente (*blindsight*). Crick cita exemplos de pacientes que, submetidos ao teste na presença de detector de mentira, este era acionado quando os pacientes diziam não conhecer figuras sabidamente familiares. Nesses casos, “viam” sem consciência da “visão” e comunicavam a mentira também sem estarem conscientes dela.

c. Manifestação neurológica de mecanismos de defesa

Outro exemplo ilustrativo de fenômenos inconscientes, no caso, de mecanismos de defesa, é o descrito por Ramachandran *et al.* no quadro clínico da *anosognosia*. Um paciente, com lesão por acidente vascular cerebral no hemisfério cerebral direito, tem o braço esquerdo paralisado. Perguntado sobre sua capacidade de mover esse braço, responde com plena convicção que pode movimentá-lo naturalmente. Solicitado a segurar um objeto com a mão esquerda, é incapaz de fazê-lo, informando ao médico, também com convicção, não poder mover o braço em razão de uma artrite que o paralisou. Outros pacientes inventam outras razões, em que acreditam, o que nos leva a pensar no mecanismo de defesa da negação (*Verleugnung*), bem como nos processos de racionalização e fabulação. Ramachandran diz que os psicanalistas costumam atribuir a anosognosia a um mecanismo de defesa, no caso, a negação. Entretanto, contra-argumenta que se trata de fenômeno neurológico, pois só ocorre com pacientes com lesão no hemisfério direito.

No entanto, isto não invalida a presença de mecanismos de defesa. Ao contrário, nos faz pensar na possibilidade de haver em qualquer mecanismo de defesa um concomitante neurológico, por mais que possa não ser visível como quadro clínico aberto, apenas como estado latente, de cunho funcional. Nada nos impede de especular

sobre a natureza dos mecanismos de defesa, pois hoje não podemos mais raciocinar em cima de fenômenos exclusivamente psicológicos, se isto corresponder à ausência de um componente neuroquímico. Trabalha-se agora com a convicção de que qualquer fenômeno psíquico é uma impressão subjetiva de processo neuroquímico que se passa no cérebro. Dessa forma, o impressionante quadro da anosognosia nos leva a refletir sobre os circuitos neurais implicados em processos psíquicos, como mecanismo de defesa, racionalização e fabulação, fenômenos que nos remetem à diferença entre os dois lados do cérebro.

d. A especificidade dos hemisférios cerebrais

Ao mostrar como a anosognosia se apresenta preferentemente em lesões do hemisfério direito, Ramachandran reporta-se à especificidade dos dois hemisférios, dizendo que o esquerdo tem a função de dar coerência lógica às informações que lhe são transmitidas pelo direito. Nessa função de organização das informações, o hemisfério esquerdo forma um sistema organizado de modo a agir estereotipada e conservadoramente, não deixando penetrar informações que possam desarrumar a estrutura estabelecida. Esse sistema constitui o conjunto de crenças do indivíduo, constituindo a sua verdade, à qual se apegam tão acendradamente que às vezes se comporta de modo extravagante. Compete ao hemisfério direito transmitir as informações novas com conteúdo afetivo, que podem ser rejeitadas (negadas) pelo esquerdo em seu apego obsessivo à ordem interna estabelecida. Se essas informações são importantes para a preservação da vida, o hemisfério direito força a entrada das novas impressões, que acabam sendo assimiladas pelo esquerdo. Uma vez que o hemisfério direito está lesado na anosognosia, fica impossibilitado de exercer pressão sobre o hemisfério esquerdo para fazê-lo absorver a informação de que o membro está paralisado em consequência de um derrame cerebral, de modo que o hemisfério esquerdo se mantém fiel à crença de estar com ele intacto. Como não existem dados da realidade para justificar sua crença, o sujeito, por influência de seu hemisfério esquerdo, lança

mão de um dado da realidade atual que poderia dificultar o movimento (a artrite, por exemplo), isto é, faz uma *racionalização*. Pode também valer-se de experiências anteriores, criando um processo de *fabulação* em que acredita sinceramente, mas que qualquer observador neutro sabe ser deslavada mentira. Evidentemente, essa descoberta neurocientífica tem relevantes implicações sobre a metapsicologia psicanalítica, pois mostra as bases de fundamentais funções do ego, sobretudo de seus aspectos inconscientes, com repercussões sobre o pensamento e os afetos.

A especificidade dos hemisférios cerebrais foi descoberta por Michael Gazzaniga e colaboradores em 1964, a partir da separação cirúrgica dos hemisférios cerebrais para tratamento de epilepsia. Logo depois, esse estudo foi desenvolvido por grande número de pesquisadores, tornando-se tão amplamente conhecido, que passou a fazer parte do acervo cultural do público leigo. Em linhas gerais, o hemisfério esquerdo é responsável pela linguagem, pelo raciocínio lógico e pela noção do tempo, enquanto o direito é a sede do processamento dos afetos, sobretudo dos negativos, e da representação espacial. Aqui, a especificidade dos hemisférios será tratada em uma perspectiva esquemática, sendo deixados de lado alguns detalhes, uma vez que, em um sentido mais estrito, o hemisfério esquerdo também processa afetos, sobretudo os positivos.

Em pesquisas mais recentes, Gazzaniga verificou que o hemisfério esquerdo interpreta os dados que lhe chegam, dando-lhes uma conexão lógica e disposição temporal, com capacidade antecipatória. Segundo o referido neurocientista, essa função do hemisfério esquerdo dá estabilidade à mente, protegendo-a de rupturas ameaçadoras do equilíbrio alcançado. Uma de suas finalidades precípua é encontrar uma razão de ser para o que é percebido. Se não houver uma razão, isto é, se não dispuser de dados que instrua seu raciocínio, procurará as razões de qualquer maneira, e para isso lançará mão de dados anteriores, fazendo falsas conexões e reproduzindo lembranças distorcidas, chegando a conclusões equivocadas. Por isso, o hemisfério esquerdo é criativo, mas também conservador e contrário a mudanças. Sua

inventividade se presta a produzir mentiras que preservem a mente da convivência com o desconhecimento: em vez de admitir que não tem informação sobre determinada coisa, lança mão de informações anteriores, mesmo que não correspondam ao fato em questão. Para manter-se fiel a um esquema conhecido, pode aferrar-se a uma lógica obsessiva, que procura deixar de fora dados que não coincidam com os seus, ou seja, que se encontram fora de seu controle. Sua verdade é restrita ao universo de informações já dominadas por ele, nas quais fundamenta o sistema de crenças apontado por Ramachandran. Como disse Gazzaniga, o hemisfério esquerdo

está constantemente em busca de ordem e razão, mesmo quando não existe nem lógica nem razão — o que o leva a cometer contínuos erros. Ele tende a fazer generalizações de forma exagerada, construindo com frequência um passado potencial em oposição ao passado verdadeiro. (1998, p. 38)

Já o hemisfério direito é amante da verdade irrestrita, sem concessões ou contemporizações, doa a quem doer. É pouco criativo, não inventa, atendo-se ao que se passa, sem procurar razões para os fatos percebidos. Acredita no que percebe no momento, ao passo que o hemisfério esquerdo faz passar novas percepções pelo escrutínio de percepções anteriores armazenadas na memória. A propósito da verificação cotidiana de que as observações de uma pessoa não costumam ser lembradas exatamente como aconteceram, porém com algum tipo de distorção, Gazzaniga afirma haver demonstrações empíricas de que as falsificações das lembranças são originadas pelo hemisfério esquerdo. Testes com pessoas que tiveram o *corpo caloso* seccionado cirurgicamente, isto é, cujos hemisférios foram separados, revelam que o hemisfério esquerdo produz várias falsas recordações, enquanto que o direito se mostra muito mais confiável.

Através de testes com as ilusões visuais provocadas por figuras criadas pelo italiano Gaetano Kanizsa, que se tornaram clássicas para o estudo da percepção visual, Gazzaniga *et al.* demonstraram que o

hemisfério direito tem capacidade plena de percepção, ao passo que a do esquerdo é limitada, falhando em determinadas situações. Os referidos cientistas mostraram que, ao contrário do que se generalizava anteriormente, certos detalhes dos contornos ilusórios de Kanizsa podem ser percebidos normalmente — isto é, não ilusoriamente — quando expostos ao hemisfério direito, enquanto o esquerdo é incapaz de notar os mesmos contornos, produzindo percepção ilusória.

A partir da observação de que um rato é capaz de perceber esses detalhes sutis em ambos os hemisférios, Gazzaniga especulou sobre a razão pela qual o hemisfério esquerdo do ser humano teria perdido em sua trajetória evolutiva parte da capacidade perceptiva, ao passo que o direito manteve essa capacidade, de modo semelhante ao ocorrido com os ratos. Levanta a hipótese de que, ao sofrer a mutação em seu hemisfério esquerdo através da qual adquiriu o raciocínio lógico verbal, o ser humano perdeu algo da acuidade perceptiva, teorizando que o primeiro surgiu no lugar em que a segunda existiu — em nome da adaptação, a evolução trocou uma perda em percepção por um ganho em organização lógica e capacidade de previsão através da associação de lembranças de diversas fases de experiência. O hemisfério direito, por seu turno, permaneceu como sempre foi em outras espécies.

A especialização dos hemisférios tem vantagens e desvantagens. Apesar de a aquisição da capacidade do raciocínio lógico verbal ter propiciado ao ser humano grandes vantagens em comparação com os outros animais, em certas circunstâncias ela pode tornar-se uma desvantagem. Gazzaniga cita experiência de Wolford, em que pessoas são colocadas diante de uma tela em que um sinal luminoso pode aparecer na parte superior ou na inferior. A programação é feita para que o sinal surja quatro vezes mais em cima do que embaixo, em sequência aleatória. Logo no início, se torna nítida a incidência maior na parte superior. Todas as pessoas, diante dessa evidência, se põem invariavelmente a deduzir a sequência em que o sinal aparece, querendo descobrir o método empregado pelo organizador do teste, quando na realidade não houve qualquer método, apenas um processo aleatório, desde que fosse cumprido o propósito de incidência maior na

parte superior, em uma proporção de quatro para um. As pessoas que usam a estratégia de desvendar a seqüência escolhida pelo organizador do teste conseguem no máximo 68% de acerto. Ratos e outros animais, ao contrário, apertam sempre a tecla em que observam haver maior incidência, chegando com isso ao nível máximo de aproveitamento, isto é, 80%. As pessoas com o *corpo caloso* seccionado — isto é, com os hemisférios separados —, quando solicitadas a executar o teste usando apenas a imagem que lhe chega ao hemisfério direito, têm a mesma percepção dos animais, conseguindo também o rendimento total, ou seja, de 80%. Quando usam apenas a imagem que lhes chega ao hemisfério esquerdo acertam no máximo 68%. Gazzaniga afirma que o hemisfério direito “*não tenta interpretar sua experiência e encontrar um significado mais profundo. Ele continua a viver somente no estrito momento do presente — e ser correto 80 por cento do tempo*”. (1998, p. 38)

e. A ausência de um regulador central: a onipresença do inconsciente.

Os hemisférios têm funções complementares, dependendo o equilíbrio mental da harmonia entre os dois. A esse respeito, deve ser dito que é praticamente consensual entre os neurocientistas atuais que o cérebro/mente é um sistema multimodular, formado por miríades de unidades distintas que funcionam sincronicamente. Nesse sistema, como diz Ramachandran (1996), a especialização dos hemisférios é apenas uma parte, pois, além de esquerdo e direito, há também *em cima, embaixo, na frente, atrás*, e inúmeras outras variações de localizações. Essas unidades distintas funcionam não somente por processo associativo, à semelhança de um computador eletrônico, mas por regulação mútua, sob a forma de *feedback*, *loop* e *reentry* — este último termo foi introduzido por Edelman (1989).

A auto-regulação simultânea entre as unidades distintas de processamento funciona de forma coerente com os sistemas fechados descritos anteriormente e dispensa a idéia alimentada por muito tempo

de existir um dispositivo central de regulação. Os neurocientistas atuais demonstraram não existir um centro cerebral com a função específica de comandar o todo cérebro/mente. Como foi visto antes, de acordo com a hipótese do sistema fechado de Llinás, os neurônios e os circuitos neurais estariam pré-programados para agirem de forma sincronizada entre si, ao mesmo tempo que a unidade formada por esse conjunto — ou seja, o cérebro/mente individual — estaria pré-programada para agir em sintonia com outras unidades existentes no meio circundante.

Em que pese descreverem diferentes pontos desse conjunto, as idéias dos neurocientistas confluem para o estuário comum do *problema da ligação* (*binding problem*), ou seja, a questão de como se dá a harmonização desses módulos distintos. Uma vez admitida a evidência de que neurônios e sistemas neurais compõem módulos distintos, surge o problema da ligação entre eles, que dá a ilusão de serem um só bloco. Crick (1994) mostra que cada constituinte da visão — forma, cor, contorno, movimento e suas infinitas variações — tem um sistema próprio de neurônios envolvido na percepção. Quando se vê um objeto qualquer, a população de neurônios correspondente a cada um dos múltiplos componentes desse objeto é deflagrada (*fired*) sincronicamente, de modo que a totalidade do objeto fica “acesa” para a percepção; no entanto, o que é percebido como um objeto total são miríades de partículas infinitesimais.

Edelman e Tononi (2000) mostram que a mesma coisa acontece com o funcionamento do cérebro/mente como um todo, ou seja, nos processos emocionais, no pensamento e na consciência. Vários componentes participam na formação das populações de neurônios atuantes sincronicamente, sendo ressaltado o fenômeno chamado de *reentrada* (*reentry*), “o mais importante mecanismo de integração”. Os dois neurocientistas falam da dificuldade de descrever a *reentrada* por se tratar de acontecimento ímpar, restrito ao cérebro, não se encontrando similar em outras partes do corpo, ou na própria natureza, que possa servir de metáfora. Até mesmo os exemplos do computador e da *inteligência artificial* não se prestam a estabelecer

uma analogia, pois nesses casos há uma associação em um sentido determinado, quando na *reentrada* sistemas de neurônios se ligam de diversas formas, se regulam e se modificam reciprocamente. Isto faz do cérebro um conjunto eminentemente dinâmico, como se pode ver através da seguinte descrição de Edelman e Tononi (2000):

de um dia para outro algumas ligações sinápticas no mesmo cérebro provavelmente não permanecem as mesmas; algumas células terão seus processos retraídos, outras terão acrescentado novos processos, e outras terão morrido, tudo dependendo da história particular daquele cérebro (p. 47). Além do mais, deve ser lembrada a ausência no cérebro de um processador central como existe no computador com instruções centrais ou cálculos algorítmicos para a coordenação das áreas segregadas. (p. 49)

Em suma, para Edelman e Tononi, “o cérebro não é um computador” (ib. p. 47). Mesmo o mecanismo de *feedback* deve ter sua semelhança com a *reentrada* afastada, em razão das múltiplas vias paralelas desta última, que é descrita como:

fibras paralelas, ligando reciprocamente mapas [cerebrais] separados; as deflagrações neurais entre essas fibras vão de um mapa a outro e então retornam ou reentram num constante intercâmbio dinâmico. Esse intercâmbio sincroniza e coordena as funções dos vários mapas. A reentrada desempenha o papel central em nosso modelo da consciência, pois é a reentrada que assegura a integração que é essencial à criação da cena na consciência primária. (...) [A] organização do córtex cerebral existe de um modo tal que mesmo dentro de uma simples modalidade, por exemplo, a visão, existe uma multidão de mapas especializados e segregados devotados a submodalidades — cor, movimento e forma. A despeito dessa diversidade, somos conscientes

da percepção de uma cena coerente. Quando vemos tal cena, não estamos conscientes de cores, movimentos e formas separada e independentemente, mas ligamos a cor com a forma e o movimento em objetos reconhecíveis (ib. p. 106).

A inexistência de uma regulação central me parece ser um dos pontos capitais das descobertas neurocientíficas, para o qual confluem as especulações de diversos pesquisadores. Há um consenso de que o nível de eficiência alcançado pelo cérebro em um sistema que poderia ser caótico em virtude da ausência de um centro regulador, se deva aos processos adaptativos inerentes à evolução das espécies. Para mostrar como isso provavelmente aconteceu, podemos retornar à evolução relatada por Dawkins como um conjunto de vicissitudes de um *gene egoísta* cuja finalidade é a auto-replicação. A auto-replicação implica o aparecimento de outro gene igual ao anterior, passando o par resultante da replicação a atuar em conjunto, embora ambos tenham a mesma finalidade egoísta: a auto-replicação. A partir daí, o egoísmo de um atende ao interesse egoísta do outro. Se imaginarmos a série infinita de multiplicações havidas posteriormente, pode-se entender como o egoísmo é ao mesmo tempo altruísta e vice-versa, como foi dito antes. Considerando que a recente decifração do genoma permite concluir que resquícios dos primeiros DNAs surgidos sobre a face da Terra continuam a existir nos seres vivos atuais, pode-se bem compreender como funcionam os sistemas fechados. Esses sistemas devem refletir as primitivas organizações surgidas há bilhões de anos a partir da junção de elementos minerais para a formação da matéria orgânica, levando-se em conta as infinitas mutações sofridas ao longo desse tempo. Evidentemente, o fenômeno está sendo visto apenas da perspectiva biológica, pois antes dela há a físico-química, que implica considerações de outra natureza, como a mecânica quântica. Cumpre aqui cingir-me à visão evolucionária da biologia, que implica uma psicologia também evolucionária, como é a de Freud.

Voltando ao cérebro, pode-se ver que suas diferentes regiões funcionam segundo esse esquema de *intimidade recíproca originária*, apesar da existência de células e conjuntos de células com funções diferentes. Não obstante a especialização das células, a existência comum as leva a fazer parte de um conjunto maior que lhe fornece os meios para realizarem a finalidade de cada uma, ou seja, manterem-se vivas. Participando dessa unidade maior, funcionando de forma egoísta, cada célula contribui para o conjunto, do qual cada unidade menor depende. É importante observar que cada uma está realizando sua própria função de forma egoísta, só que essa função, desempenhada em conjunto com as demais funções, formam uma unidade maior harmônica. Isto tanto é verdade para as células corticais envolvidas nos processos mentais superiores como para as subcorticais, deflagradoras de impulsos instintivos e emoções. Em todos esses estratos a evolução deve ter produzido modificações que deram origem às diferentes espécies, que continuaram funcionando de forma harmônica.

A solução do problema da ligação ou integração (*binding problem*) das miríades de módulos neurais distintos, trazida pelo mecanismo de *reentrada* descrito por Edelman, tornou equivocada e anacrônica a hipótese de um dispositivo central regulador, mostrando a importância de se ter sempre em mente a noção de conjunto de funções sincrônicas. Neste sentido, o hemisfério esquerdo, que, por ser a sede da linguagem verbal e do raciocínio lógico, é o que distingue por excelência a espécie humana, só é importante quando funcionando em ação recíproca com o hemisfério direito, processador das emoções e fornecedor dos dados mais confiáveis. Funcionando em harmonia, as percepções literais do hemisfério direito podem ser analisadas e interpretadas segundo uma ordenação temporal pelo esquerdo, que demanda algum tempo para integrar as novas percepções. Estando o hemisfério esquerdo constituído de forma a dar estabilidade a seus registros, cruciais para que o indivíduo tenha noção de sua integridade pessoal e de sua continuidade como pessoa, isto é, sua identidade (Erikson, 1968), se as informações transmitidas pelo hemisfério direito

puserem em risco a estabilidade desse sistema, ou seja, lançarem o indivíduo em algo semelhante a um processo de despersonalização, o hemisfério esquerdo passa a desconhecer as informações disruptivas, aferrando-se ao seu *establishment*.

Cabe lembrar que o hemisfério direito, além de processar emoções, é o local da representação espacial. Se levarmos em conta que o esquerdo é a sede da temporalidade chegaremos à conclusão definitiva de que a mente só é normal com o funcionamento harmônico desses hemisférios, pois se sabe que tempo e espaço não são entidades distintas, mas componentes de um todo quadridimensional: o espaço-tempo.

Não é preciso ir muito longe para um psicanalista ver na ação estabilizadora do hemisfério esquerdo a base neurocientífica dos mecanismos de defesa, particularmente os de *negação* (*Verleugnung*) e *repressão* (*Verdrängung*). De um modo geral, costuma-se neste caso pensar apenas no mecanismo de negação, uma vez que as experiências neurocientíficas costumam se dar na esfera cognitiva, a partir da observação de comportamentos. Entretanto, o hemisfério direito também percebe e processa impulsos instintivos ameaçadores da estabilidade alcançada pelo hemisfério esquerdo, que podem ser desconsiderados, isto é, *reprimidos*. Isto dá idéia de haver uma mesma estrutura funcional em ação tanto na repressão quanto na negação, apenas que a primeira se refere ao que se passa internamente e a segunda à realidade externa. Na teoria estrutural de Freud, o ego seria, sem dúvida, o conjunto de funções envolvidas no problema da ligação (*binding problem*), sobretudo na harmonização entre as funções dos dois hemisférios, isto é na integração da mente.

f. Mecanismos de defesa e a manutenção do sistema de crenças

Vimos que Ramachandran e Gazzaniga se referem ao procedimento do hemisfério esquerdo como equivalente a um sistema de crenças. Isto nos leva a pensar sobre as crenças em geral, sobretudo naquelas não edificadas sobre a realidade, e sim sobre dados da fantasia, ou deduções

a partir de falsas lembranças, de falsas conexões ou de realidades ilusórias. É o que acontece com as patologias, de um modo geral, sobretudo nas psicoses, nas quais a negação da realidade é notória e as fantasias assumem características de delírio. Na esquizofrenia, há uma divisão psíquica tão acentuada que, como Freud (1915e) mostrou, a *representação-palavra* (*Wortvorstellung*) é dissociada da *representação-coisa* (*Sachvorstellung*), fato que se aproxima bastante do que foi descrito por Gazzaniga na separação entre os hemisférios, considerando que o esquerdo é responsável pela verbalização e o esquerdo é literal e concreto e se atém à coisa em si. Na paranóia, falsas conexões podem produzir sistemas de pensamento com coerência interna suficiente para convencer um observador não atento às falsas conexões iniciais denotadoras de idéias delirantes. Uma pessoa com transtorno de personalidade anti-social costuma ser tão convicta na aplicação de seus golpes, que costuma parecer confiável a suas vítimas, e muitas vezes ela própria acredita na correção de sua conduta, encontrando razões para justificá-la quando tiver de prestar esclarecimentos à sociedade. Nas neuroses, perversões e transtornos de personalidade, de um modo geral, esses mecanismos são abundantes.

Se sairmos da patologia, veremos que o mecanismo de defesa da negação faz parte do cotidiano das pessoas em geral, assim como as racionalizações. O *wishful thinking*, através do qual se vê o que se deseja, tem incidência tão ampla, que só é considerado patológico quando atinge proporções exageradas. Exemplos de negações pululam na história da humanidade, quer pela não-admissão de verdades que contrariam o sistema de crença dominante, quer pela admissão de falsidades que contribuem para a manutenção desse sistema. Por exemplo, usando o raciocínio de Ramachandran na anosognosia, foram necessários muitos séculos de pressão por parte do “hemisfério direito” da História para que o Vaticano admitisse seu erro na condenação de Galileu. Essa pressão não foi forte o suficiente para que outras ilusões deixassem de ser vistas como verdades, de modo que ainda hoje elevado número de pessoas cultas não abre mão de convicções criacionistas, em detrimento da evolução afirmada pela ciência.

Por outro lado, a maioria dos que aceitam a teoria evolucionária só o fazem em parte, pois mantêm sistemas de crenças incompatíveis com essa teoria, fenômeno que parece não ter poupado o próprio Darwin. Este, ao conceber a evolução como um processo de aperfeiçoamento constante, produto de uma luta em que o mais apto se manteria vivo, colocou o *Homo sapiens* no topo da escalada. Entretanto, de acordo com pontos de vista atuais, como mostra S. J. Gould (1994 e 2002), cataclismos cósmicos e geológicos, assim como mutações genéticas ocorridas aleatoriamente contribuíram mais para o surgimento de novas espécies que a *seleção natural* exposta por Darwin; esta também teve participação na transformação das espécies, só que não tão decisiva. Segundo Gould, considerando que a adaptação inerente à evolução tem por objetivo a preservação da vida, as bactérias são os seres mais aptos, pois permanecem vivas há cerca de quatro bilhões de anos. Já o *Homo sapiens* existe há pouco mais de cem mil anos, tempo que, em uma perspectiva evolucionária, ainda não é suficientemente longo sequer para saber se nossa espécie é biologicamente viável — os dinossauros reinaram sobre a face da Terra durante mais de cem milhões de anos e desapareceram, como aconteceu com um número incalculável de outras espécies, mas as bactérias persistiram. Se raciocinarmos na mesma linha de Gould, veremos que Darwin, ao ver o *Homo sapiens* no ápice da evolução como o eleito pela natureza, interpretou os fatos observados por ele segundo o modelo de crenças predominante em sua época. Esse paradigma, cujo embrião remonta a época imemorial, provavelmente ao último período glacial, ou mesmo antes, prevalece ainda em nossos dias como verdade indisputável. Esse sistema de crenças encontrou expressão definitiva nas religiões que descreveram o homem como descendente de Deus, criador da natureza e dos outros animais para desfrutar da criatura feita à Sua imagem e semelhança.

A dificuldade de aceitação do novo merece nosso particular interesse por ser a base dos mecanismos de defesa e, portanto, estar na raiz dos quadros psicopatológicos com que nos defrontamos em nosso dia-a-dia profissional. É algo que se espraia por toda a vasta

gama do conhecimento humano, alcançando sua posição diante da cultura e da sociedade, sendo um problema de dimensão antropológica e sociológica que transcende o plano da psicopatologia individual. Quando, nesse nível tão expandido, a rejeição do novo implica negação da ciência, é mister que esta esclareça os mecanismos de defesa por trás da atitude, como o analista faz com o paciente.

Foi visto antes que a mente resulta de um “trabalho em equipe”, em que cada membro sabe exatamente qual é sua função, na qual se inclui a interconexão com outras “equipes” internas e externas, de uma forma tal que uma introduz modificações de forma incessante na outra, e vice-versa. Em um sistema assim concebido não há lugar senão para o cérebro em trabalho permanente; não há lugar para uma consciência independente, entendida como entidade diferenciada do restante do cérebro. Em suma, não há lugar para o dualismo preconizado pelos filósofos que especulavam sem conhecimento científico suficiente, influenciados, mesmo que inconscientemente, pela crença religiosa na existência de uma entidade incorpórea independente do corpo — a alma —, assunto tratado exaustivamente por Damásio (1994). Este paradigma poderoso, de resistência granítica, que norteia o pensamento humano através dos séculos e dos milênios, tem-se mantido inabalável diante das evidências científicas. Agora, o “hemisfério direito” da neurociência começa a pressionar o “esquerdo” da comunidade científica no sentido de mostrar-lhe a realidade. Espíritos progressistas, como soem ser os cientistas, têm mostrado a essência ilusória de diversos sistemas de crenças. Freud, por exemplo (1927), mostrou que a religião é um desses sistemas ilusórios, chegando a classificá-la como “*neurose obsessiva universal da humanidade*” (p.43).

Durante muito tempo, foi natural que a ilusão fosse mantida. Afinal, o sistema de crenças do hemisfério esquerdo tem a função adaptativa de preservar a mente em face de percepções capazes de provocar rupturas dissociativas, da mesma forma que a pupila tem a finalidade de regular a incidência luminosa sobre a retina, e as pálpebras têm a propriedade de agir reflexamente fechando todo o olho quando a luminosidade é tão intensa ou abrupta que torna inoperante

a regulação pupilar. Esses mecanismos reflexos são protótipos dos mecanismos de defesa do ego, que são adaptativos por concorrerem à preservação da vida. Acontece que os mecanismos de defesa só são normais em parte, tornando-se patológicos em determinadas circunstâncias, particularmente se entram em confronto sistemático com a realidade, daí serem eles o foco principal do trabalho analítico. Por outro lado, é próprio da ciência romper com o estabelecido, desde que este represente algo que não corresponda à verdade. É inerente ao espírito científico que o hemisfério esquerdo esteja preparado para submeter-se às novas verdades, preparação que o leva a absorvê-las, elaborá-las e corrigir seu sistema de crenças, de modo a adaptá-lo à nova verdade.

Esse processo de absorção e elaboração de novas verdades constitui o modo por excelência de ação do método psicanalítico. Uma análise para ser genuinamente bem-sucedida deve desenvolver no paciente um ego suficientemente forte para absorver e elaborar verdades incômodas para seu sistema de crenças: deve ter um espírito “científico”, ou seja, verdadeiro. É possível que Freud estivesse pensando nisto ao dizer que a psicanálise não é uma “visão de mundo” (*Weltanschauung*), afirmando no mesmo contexto que sua *Weltanschauung* deve ser a da ciência (1933a). Uma *Weltanschauung* científica implica balanceamento harmônico entre os hemisférios, de modo que a verdade seja admitida com naturalidade, ainda que esta implique a admissão da ignorância —, quando o espírito científico não sabe como uma coisa se passa, sua verdade é a admissão da ignorância, ao invés da invenção de uma ficção. Ao verificar que o cérebro não tem um comando central, aceita que seja assim, abandonando a idéia de que existe um centro organizador, que é, no fundo, um resquício da idéia mais geral de haver um *ente* criador do universo, que vive isolado em algum lugar parecido com o que Dennet (1995) chamou de “teatro cartesiano”.

Tive oportunidade de desenvolver em outro lugar (1997) um estudo sobre a criatividade humana e sua trajetória na evolução cultural, a partir de estudos de diversos autores. Apontei ali, dentre as conquistas

culturais da humanidade, a religião, a arte e a ciência. Parece que a religião foi a primeira a surgir, a manifestação artística tendo surgido como expressão religiosa (R. Leakey, 1994)). A religião, ou, mais precisamente, o estado psíquico predisponente ao misticismo, teria surgido em uma época em que o homem começou a ter noção do tempo e, com ela, da finitude da vida. Isto surgiu em concomitância com o hábito de enterrar os mortos, prática do conhecimento inclusive do homem de Neanderthal, há pelo menos cem mil anos (Gourhan-Leroi, 1964). A noção de tempo está associada ao surgimento do raciocínio lógico e da linguagem verbal, bem como da consciência ou autoconsciência (Freud, 1914c). Parece válido supor-se hoje, a partir das especulações de Gazzaniga, que essas características mentais surgiram após as modificações no hemisfério esquerdo que deram origem ao *Homo sapiens*, espécie surgida há cerca de cento e cinquenta mil anos. Tudo indica que a linguagem em si tenha surgido muito antes do *Homo sapiens* (Pinker, 1994), tendo a princípio a função apenas de comunicação, passando depois a participar na integração da mente (Mithen, 1996), em uma época coincidente com o surgimento da autoconsciência, da noção da finitude da vida, do hábito de enterrar os mortos e possivelmente da crença em outra vida (Gourhan-Leroi, 1964, Leakey, 1994). Como foi visto, a modificação surgida no hemisfério esquerdo do gênero *Homo* possibilitou ao *Homo sapiens* ordenar no tempo e no espaço os fenômenos observados, bem como seu encadeamento, sua origem, seu desenrolar, as probabilidades futuras, enfim suas causas e conseqüências. Entre esses fenômenos, evidentemente, estava a passagem do tempo e a noção da morte, com a conseqüente pesquisa sobre a razão desse incidente, ao lado de forte desejo de permanecer vivo. Deste modo, o que até então fora uma *tendência biológica* no sentido da replicação do DNA, passou a ser também um *desejo psicológico* de continuar vivo.

Como Freud mostrou, ilusões e alucinações fizeram parte da mente do homem primitivo como processos predominantes inicialmente (primários). Depois que o desenvolvimento psíquico levou ao pensamento de realidade (processo secundário), este passou a predominar, mas aqueles estados primitivos continuaram a existir e

agir na sombra. Além de constituírem ainda hoje etapas transicionais do desenvolvimento mental dos bebês, eles se mostram também nos adultos como episódio normal sob a forma de sonhos e parapraxias, e como processos patológicos nas neuroses e nas psicoses. Em consonância com as evidências neurocientíficas descritas antes, Mithen mostra que os vínculos sociais eram fortes muito antes do surgimento do *Homo sapiens*, sendo razoável pensar que os laços afetivos com as pessoas mortas tenham trazido o desejo não só de evitar a morte dessas pessoas, mas também de fazê-las retornar à vida. Considerando que os laços afetivos primordiais eram processos de identificação (Freud, 1921c e 1923b) — como vimos, uma forma de *attachment* —, seria natural que a morte de entes queridos fosse equacionada com a da própria pessoa, surgindo daí o temor da própria morte e o desejo de continuar vivo. Esses desejos de que os mortos continuassem vivos devem ter-se manifestado não só nos sonhos, mas também na vida de vigília, sob a forma de visões de natureza histérica, principalmente porque nesse estágio primitivo a mente ainda não estava aparelhada para fazer distinção muito nítida entre sonho e realidade. Essas visões de pessoas mortas devem ter sido o embrião do misticismo, pois, como mostram os estudos paleantropológicos de Leakey (1994), durante certa época o prestígio dos xamãs se deveu à sua capacidade de, durante transe histérico muitas vezes induzidos por substâncias alucinógenas, entrar alucinatoriamente em contato com os mortos, que se acreditava estarem sendo trazidos de volta à vida. Nessas circunstâncias, é possível que a visão do xamã fosse compartilhada por identificação histérica pelos que assistiam a seu transe. De acordo com esses estudos, as pinturas rupestres do paleolítico superior encontradas em grutas européias deviam ser manifestações religiosas, sendo essas grutas locais de realização de rituais religiosos e não de moradia. Segundo Leakey, as pinturas teriam sido inicialmente registros escavados na superfície da rocha das referidas visões de mortos retornados através das alucinações dos xamãs.

Dessa forma, a consciência da passagem do tempo e da finitude da vida levou ao desejo de evitar a morte. Ao adquirir a capacidade de

antecipação e previsão, o pensamento racional e a consciência, o ser humano passou a conhecer também o estado de ansiedade como antecipação do perigo. Antes da capacidade antecipatória, o medo surgia quando se apresentava uma situação concreta de perigo, como ocorre com os outros animais. Depois, passou a ser previsto e pressentido sob a forma de ansiedade. Esta representou uma grande conquista no que tange à adaptação, pois deu ao ser humano a possibilidade de evitar o surgimento do perigo concreto. Por outro lado, trouxe-lhe a consciência de sua fragilidade, sobretudo da absoluta impotência diante da morte. Para contornar essa desvantagem de seu principal dispositivo de evolução, a mesma organização do hemisfério esquerdo, que levou todos às notáveis conquistas cognitivas que caracterizam a mente humana, forneceu o antídoto contra o estado de ansiedade surgido da percepção da inexorabilidade da morte: a negação deste fenômeno através da formulação de crenças baseadas não na realidade objetiva, mas na realização de desejos. Nessa altura, nada era mais desejado que a continuação da vida. Esses desejos se ligavam ao registro mnêmico de percepções anteriores, isto é, a fantasias, que se apresentavam como percepções atuais, sob a forma de sonhos ou similares, como ilusões, visões e alucinações, através das quais pessoas mortas apareciam como vivas. Uma realidade virtual surgida da imaginação modificava a dura realidade da finitude humana — a noção desta foi consequência da própria evolução, responsável pela introdução da especialização do hemisfério esquerdo.

Desde logo deve ter parecido evidente que as visões dos mortos eram passageiras. Essa evidência, em vez de conduzir à verdade, isto é, que era um fenômeno virtual fruto da imaginação, levou a outra formulação imaginária mais consoladora, ou seja, a de que o que voltava não era o corpo da pessoa, mas sua essência formada por uma substância intangível que recebeu a denominação de espírito ou alma. Esta parece ter sido a mais forte invenção do hemisfério esquerdo, fabulação que constituiu sistema de crença tão poderoso que atravessou incólume os séculos e os milênios, constituindo um modelo de pensamento (paradigma) que permanece ainda hoje quase

invulnerável diante de todas as evidências científicas de seu caráter ilusório.

Tão formidável crença, ao lado de uma quantidade quase infinita de outras baseadas em princípios similares, tende a continuar desafiando os espíritos científicos ainda durante muito tempo, de modo que miríades de galileus — provavelmente com feições tão diferentes que não são percebidos como tal —, ainda terão de renegar suas próprias verdades, para evitar serem sacrificados pelo patrulhamento de instituições que baseiam seus princípios em crenças e ideais fundamentados no desejo e não na realidade, crenças e ideais dos quais se nutre o maniqueísmo, principal fomentador das discórdias e intolerâncias que tanta infelicidade têm trazido à humanidade.

Poder-se-á, neste ponto, questionar a coerência do fato de o hemisfério esquerdo, sendo a sede da razão, do raciocínio lógico, da capacidade antecipatória e da noção do tempo, criar ilusões, que, como Freud (1927) mostrou, são derivadas do desejo. Vê-se que todas essas características do hemisfério esquerdo coincidem com funções do ego. A esse respeito deve ser lembrado que no caso em questão o desejo não provém dos estratos inferiores, correspondentes ao id, porém de camadas superiores, correspondentes ao ego e ao superego. Freud (1900 [acréscimo de 1919]) mostra que os desejos do superego agem sobre o ego com força igual à do id, dando como exemplos, além dos sonhos de punição, um conto de fadas em que um casal tem três desejos atendidos, em um contexto em que o casal representa o id e o superego. Sabe-se que o superego é a sede dos ideais, sendo por isso o *ideal do ego*. Para satisfazer um ideal, o ego é capaz de negar a realidade e reprimir desejos do id, além de fabular e inventar histórias. No caso do parágrafo anterior, o ideal é ele próprio uma ilusão em si, ou seja, o desejo de não morrer, de ser imortal, uma espécie de recuperação da onipotência perdida com a superação do narcisismo primário (Freud, 1914c). É notório que esse desejo é originário do ego, ou melhor, de seu ideal, já que a noção da própria morte foi uma conquista do ego desenvolvido, não existindo anteriormente. Portanto,

uma vez surgida a idéia de uma vida eterna, ou de outra vida, ou de uma alma, por mais que essa idéia seja ilusão oriunda do desejo, há uma tendência a crer nela como verdade, sendo rejeitada qualquer percepção que mostre sua natureza ilusória.

Não foi sem razão que Freud atribuiu ao ego, e não ao id, a função de autopreservação, que chamou de forma extremamente enigmática de *instinto do ego*. Podemos entender hoje esse instinto como derivado da aquisição do conhecimento, mais especificamente do autoconhecimento, originário provavelmente da mutação genética no hemisfério esquerdo que resultou na capacidade de percepção do pensamento de processo secundário mediante a ligação deste com registros mnêmicos de fala. A aquisição dessa capacidade, geradora da noção de tempo, da finitude da vida, enfim da imersão na realidade, protagonizou a perda da onipotência do narcisismo primário. Como Freud (1914c) observou, o ser humano não abre mão facilmente de seus privilégios, de modo que procurou recuperar a onipotência, cuja perda lhe foi infligida por sua própria capacidade de analisar criticamente a realidade, através da internalização de um objeto, idealizado desde que passou a ser visto como o detentor da onipotência. A introjeção do objeto idealizado criou um objeto identificado com o ego, que recuperou dessa forma a onipotência perdida. O sujeito passou a ter agora uma gradação dentro do ego, com uma parcela sendo formada pelo ego propriamente dito e outra sendo constituída pelo ego resultante da identificação com o objeto idealizado. Essa segunda parcela do ego se tornou um *ego ideal*, que passou a existir ao lado do ego originário. Em função dessa nova espécie de narcisismo, um narcisismo secundário, o ego ideal passou a ser um modelo para o ego originário, ou seja, tornou-se seu ideal — daí Freud ter passado a chamá-lo de *ideal do ego* (1923b), expressão que deve ser entendida como: o ego ideal é o ideal (modelo) do ego originário, ou ainda, o ego ideal é aquilo que o ego originário deseja ser. Como o ego ideal resultou da internalização do objeto idealizado como onipotente, pode-se ter idéia de como esse “super-ego” passou a representar para o ego a perfeição — esta depois seria atribuída a Deus, uma espécie de superego projetado.

No mesmo texto em que tratou desse tema central da formação da estrutura psíquica, Freud ligou a formação do ego ideal à instituição de uma instância capaz de observar a mente, fazer autocrítica e censura por meio de uma voz interior, a voz da consciência. Ao dar conta desse novo passo na edificação da mente, sugeriu, de forma imprecisa e obscura, “*que o desenvolvimento e o fortalecimento dessa agência observadora poderia conter dentro dela a gênese subsequente da memória (subjéctiva) e do fator tempo*” (1914c, p. 96n.). Penso não ser difícil localizar na voz da consciência a reprodução da fala do objeto, cuja internalização pode ser associada ao registro mnêmico de sua fala. Quando a fala do objeto passa a ser reproduzida pelo sujeito por meio de sua própria voz, o processo de identificação fica consolidado, agora em um nível abstrato, como foi mostrado na segunda parte. Essa consolidação instaura definitivamente o ego ideal e a agência crítica como um superego, que é uma expansão do ego. É através da capacidade de auto-observação do superego, sucedânea da observação feita antes pelos pais, que o sujeito pode ter o que Freud chamou de memória subjéctiva, isto é, a consciência de si mesmo, seu senso de identidade, que Erikson diz englobar uma noção de *mesmidade e continuidade histórica*, ou seja, a noção interna do tempo, como tive oportunidade de observar em outro lugar (1986).

Vê-se que todos esses momentosos passos da estruturação psíquica estão ligados de alguma forma ao processo verbal, decorrente de mutações ocorridas no hemisfério esquerdo, particularmente nas áreas de Wernicke e Broca. A força que o superego adquire, a ponto de se igualar à instintiva do id, provém do papel crucial do objeto nas primeiras fases da vida, quando é responsável pela preservação da vida do sujeito, cujo ego é ainda incipiente e incapaz de autopreservação. Ao ser internalizado, o objeto mantém, como um superego, poder sobre o ego igual ao que tivera anteriormente como objeto externo. Tenho a impressão de que, quando essa operação realizada com a finalidade de recuperação da onipotência perdida falha, em razão de transtorno na formação do superego, há um movimento regressivo no sentido de desconstruir o objeto internalizado como ego ideal e

devolvê-lo à realidade exterior por meio de projeção, em que volta à antiga condição de objeto idealizado onipotente. Não havendo ali mais ninguém capaz de exercer a mesma função materna anterior, inventa-se uma entidade tão onipotente quanto o objeto o fora nos primeiros tempos de vida: surge a idéia da divindade.

Ainda a propósito da especialização dos hemisférios, deve ser dito que, em face de o esquerdo ser a sede do raciocínio lógico, tende-se a considerar apenas o córtex cerebral, sem levar em conta que nesse hemisfério estão situadas estruturas subcorticais, também situadas no hemisfério direito, como o sistema límbico. Este engloba um conjunto de núcleos neurais que se interligam, com participação decisiva na regulação da memória e das emoções. Dentre esses núcleos, podem ser citados o hipocampo e a amígdala, com papéis cruciais no funcionamento mental. O hipocampo é decisivo na recuperação de lembranças verbais e emocionais, enquanto que a amígdala cria o conteúdo emocional propriamente dito da memória. Da mesma forma, o diencéfalo, que engloba o tálamo e o hipotálamo, de grande importância nos estados emocionais, é recoberto pelos dois hemisférios. Podemos imaginar que a parte do hemisfério esquerdo, na qual se situam a linguagem e o raciocínio lógico, está ligada com os sistemas subcorticais que forneceriam o que Freud (1920g) chamou de *núcleo inconsciente do ego*. Deste modo, cabe aqui a observação de que, quando se fala de especialização dos hemisférios, está-se pensando em termos quantitativos, ou seja, de predominância, pois seguramente o hemisfério esquerdo também processa afetos, sobretudo os positivos.

g. Danos cerebrais causados por traumas psíquicos (feridas narcísicas).

Martin Teicher (2002) relata ter verificado que pacientes *borderline* por ele examinados, que tinham sido vítimas de maus-tratos na tenra infância (físicos ou psíquicos, incluindo abuso sexual), apresentaram desenvolvimento imperfeito do sistema límbico. O déficit de

desenvolvimento caracterizava-se por diminuição do tamanho das referidas estruturas subcorticais, sendo a anomalia restrita ao hemisfério esquerdo, particularmente nas regiões frontal e temporal. Esses pacientes apresentavam um traçado eletroencefalográfico semelhante ao da epilepsia do lobo temporal, isto é, com lesão do hipocampo e sobrecarga de excitação na amígdala. Essas experiências, iniciadas em 1984, foram confirmadas sucessivamente por diversos cientistas, sendo que, em 2001, Martin Driessen, na Alemanha, *“relatou uma redução de dezesseis por cento no tamanho do hipocampo e de oito por cento no tamanho da amígdala de mulheres adultas com transtorno de personalidade borderline e uma história de maus-tratos na infância”*. (Teicher, p. 52)

Teicher mostra que a ação devastadora do estresse sobre o hipocampo se deve a este núcleo possuir quantidade de receptores de *cortisol* (hormônio da supra-renal relacionado com o estresse) muito maior que a maioria dos outros núcleos cerebrais. Desse modo, durante um incidente traumático de natureza emocional, quando uma grande quantidade de cortisol é liberada, o hipocampo sofre a maior carga. Uma vez que a maturação desse componente do sistema límbico é lenta, somente se completando aos 2 anos de idade, se o trauma for muito precoce, suas conseqüências podem ser desastrosas, em razão de aquele núcleo ainda não estar plenamente desenvolvido.

Quanto à amígdala, sua alteração se deve ao impacto sobre seus receptores de ácido gama-aminobutírico (GABA), um neurotransmissor que tem ação inibitória primária sobre os processos de excitação dos neurônios, diminuindo-lhes a intensidade. Com a deficiente inibição dos processos de excitação, os neurônios na amígdala são deflagrados com facilidade, produzindo exagerado nível de irritabilidade, de modo que emoções primárias, em especial as de medo adquirido e condicionado, bem como as reações agressivas, eclodem com grande intensidade. Por seu turno, estando o hipocampo com seus neurônios atrofiados, sobretudo pela ação do cortisol, perde parte de sua capacidade de recuperação das lembranças verbais e emocionais,

dificultando a ação do córtex (razão) sobre os estados emocionais primitivos originados da amígdala.

É importante observar, a esse respeito, que um estímulo recebido pelo cérebro percorre dois circuitos: o primeiro, agindo em nível exclusivamente subcortical, isto é, inconsciente, passa do tálamo diretamente para a amígdala e daí para a descarga (emoção); o segundo, antes de chegar à amígdala, passa pelo córtex, daí tomando o caminho do hipocampo, de onde prossegue para a amígdala, a partir da qual se descarrega como emoção. Portanto, o córtex intermedeia a descarga emocional através do hipocampo. Estando este lesado, a ação racional perde a capacidade de interferir no processo, que se manifesta sob a forma de impulsividade.

São mostrados ainda outros efeitos do estresse provocado por negligência e maus-tratos na infância. Além das ações acima descritas sobre os hemisférios, há ainda um efeito sobre o *verme cerebelar*, estrutura do cerebelo que modula a produção e liberação pelo tronco cerebral dos neurotransmissores *dopamina* (com ação maior no hemisfério esquerdo) e *noradrenalina* (com ação maior sobre o hemisfério direito). O verme cerebelar ainda é mais vulnerável que o hipocampo à ação do cortisol e outros hormônios produtores de estresse. Isto se torna tanto mais relevante quando se tem notícia de achados recentes que, segundo Teicher, relacionam anomalias do verme cerebelar com a psicose maníaco-depressiva, a esquizofrenia, o autismo, o distúrbio de atenção e a hiperatividade.

Esse conjunto de dados levam o autor a concluir que o distúrbio de personalidade *borderline* e o *comportamento anti-social* são produtos de conduta inadequada do ambiente no desenvolvimento infantil, conducente a lesões do sistema límbico, com irritabilidade elétrica geradora de sintomas de agressividade anômala e angústia paroxística, com repercussão nos processos cognitivos. Cita, a propósito, a clássica experiência de Harlow com macacos criados por mães artificiais *imóveis* (de arame e de pelúcia), que se tornaram transviados e altamente agressivos quando adultos. Descobriu-se depois que esses distúrbios eram menos severos quando as mães artificiais, em

vez de imóveis, eram balançadas e movidas de um lado para outro, sendo a melhora atribuída ao efeito do balanço sobre o cerebelo do bebê-macaco. Estando o cerebelo envolvido no equilíbrio do corpo, o efeito do balanço sobre o verme cerebelar contribuiu para atenuar o devastador efeito estressante da ausência da mãe natural, presumindo-se que o movimento desta (no ato de embalar) contribui para a estabilização do verme cerebelar do filho.

No caso do ser humano agressivo, particularmente o de transtorno grave de personalidade (*borderline* e anti-social), o efeito do cortisol sobre a amígdala impede a ação inibitória do ácido gama-aminobutírico (GABA), tornando suas células irritáveis e prontas para a descarga. A ação desse hormônio sobre o verme cerebelar tem repercussão sobre os neurotransmissores produzidos e liberados pelo tronco cerebral (dopamina e noradrenalina), prejudicando a integração entre os dois hemisférios, sobretudo no que concerne à atenção. A atrofia do hipocampo prejudica a influência cortical sobre os processos emocionais. Por seu turno, a atrofia do hemisfério esquerdo parece ser uma atitude defensiva, de natureza adaptativa, contra a massacrante incidência de experiências afetivas negativas percebidas pelo hemisfério direito. Todo esse conjunto de anomalias contribui para a eclosão de impulsos pertencentes a estágios evolucionários primitivos de luta e fuga, que colocam os indivíduos em situação de riscos constantes. Dentre esses estágios primitivos, Teicher lembra a conduta de promiscuidade sexual que costumam ter os portadores de transtornos graves de personalidade, que precisam dessa forma primitiva de sexualidade como meio adaptativo — ou seja, para darem sequência à vida têm de relacionar-se sexualmente de forma intensa e indiscriminada, já que suas condutas os levam a riscos constantes, sendo elevado o índice de comportamento autodestrutivo entre eles. Enfim, para sobreviverem em um ambiente inóspito e hostil, têm de retornar a uma etapa anterior da evolução humana em que o hemisfério esquerdo ainda não predominava.

Os estudos que levaram a essas conclusões foram feitos com portadores de transtornos de personalidade, mas é presumível que algo

semelhante ocorra em outras patologias, inclusive nas neuroses, uma vez que, segundo Teicher, anomalias na regulação da dopamina e da noreadrenalina, neurotransmissores cuja regulação sofre a influência do verme cerebelar, estão implicadas na esquizofrenia, na depressão, no autismo, na hiperatividade com distúrbio da atenção, bem como em quadros epilépticos.

É notável a semelhança dessa descrição com alguns conceitos básicos de Freud, especialmente o de *regressão* como mecanismo adaptativo de defesa. Inclui também outros mecanismos de defesa, como a repressão, resultante da ação de um ego frágil, por ser ainda pouco desenvolvido. No caso, a fragilidade do ego coincidiria com a atrofia do hemisfério esquerdo, que se resguardaria do excesso de informação de emoções negativas transmitidas pelo hemisfério direito.

Teicher relata ainda pesquisas que mostram haver em crianças vítimas de negligência e maus tratos diminuição do volume não somente do hemisfério esquerdo, como também do corpo caloso, ponte que liga os hemisférios, tornando mais agudo o desequilíbrio inter-hemisférico. A esse respeito, conclui:

Esses achados, em conjunto, sugerem um intrigante modelo que explica o modo pelo qual o transtorno de personalidade borderline pode emergir. A redução da integração entre os hemisférios e a diminuição do tamanho do corpo caloso pode predispor esses pacientes a mudarem abruptamente os estados de dominação do hemisfério esquerdo para o direito, com percepções e lembranças emocionais muito diferentes. Essa dominância hemisférica polarizada pode levar uma pessoa a ver amigos, família e colegas de trabalho de modo extremamente positivo num momento e de forma diametralmente oposta em outro momento — o que é a característica distintiva desse transtorno. (2002, p. 61)

Esses relatos coincidem com a experiência de Schore (1994), segundo a qual o período compreendido entre os seis e os doze pri-

meios meses de vida são fundamentais para o desenvolvimento da capacidade de regulação das emoções pelo córtex pré-frontal. Nessa fase, o bebê fica muito excitado diante da posição face a face com o objeto com quem está interagindo, ocasião em que ocorrem sorrisos de parte a parte, de forma tão espontânea quanto intensa. A excitação do bebê nessa situação é regulada pela capacidade de resposta do objeto, sendo esse estado afetivo responsável pela liberação de *dopamina* por neurônios cujos corpos celulares se situam na porção medial do cérebro do bebê (mesencéfalo), cujos axônios se estendem ao córtex pré-frontal. Esse neurotransmissor (*dopamina*) promove intensa proliferação de sinapses no córtex pré-frontal, sendo importante fator de desenvolvimento da capacidade cognitiva. Além disso, há um retorno dessa malha pré-frontal em direção à porção medial originalmente liberadora do neurotransmissor, formando uma interconexão responsável pela regulação das emoções pelo córtex pré-frontal. Nota-se, pois, a estreita ligação entre os estados afetivos e cognitivos através dessa intensa produção de sinapses. Portanto, o córtex pré-frontal, que regula as emoções do sistema límbico, deve em parte seu desenvolvimento e a capacidade reguladora a substâncias químicas produzidas no sistema subcortical que tem sua atividade regulada.

Reside aqui, provavelmente, a essência da dominância cortical, ou, psicanaliticamente, a dominância do ego e do princípio da realidade. No caso das experiências descritas por Teicher, pode-se depreender que a negligência afetiva pode ter contribuído para o empobrecimento da liberação de *dopamina* no córtex pré-frontal nesse período crucial do desenvolvimento, com o conseqüente déficit cognitivo de regulação das emoções.

Portanto, considerando o que foi visto antes a propósito do *attachment*, não há praticamente quadro psicopatológico que não possa estar relacionado com lesões de núcleos cerebrais causadas pela conduta dos adultos durante as primeiras fases do desenvolvimento infantil. É fundamental que esta noção seja retida, pois é o ponto crucial para a compreensão da importância que a psicanálise continuará a ter como doutrina científica independente, mesmo depois

da verificação de que a mente é apenas o trabalho do cérebro, como procurarei mostrar na última parte, quando mostrar como se processa a ação terapêutica do método psicanalítico.

Além do que foi descrito, existem outras evidências neurais da existência do funcionamento mental inconsciente, em proporção tão extraordinária, que não deixa qualquer dúvida de que os fenômenos psíquicos são inconscientes e produzidos em circuitos neurais. Dentre esses fenômenos inconscientes, não se pode deixar de lado o sonho, de onde Freud extraiu a essência de sua teoria. Tão especial é o estudo dos sonhos na psicanálise, sendo considerado a “via régia” de acesso ao inconsciente, que lhe será dedicado capítulo próprio dentre os fenômenos inconscientes que tiveram suas entranhas reveladas pela neurociência.

14. Aspectos neurocientíficos do sonho

Também o sonho é hoje objeto de estudo da neurociência, que já lhe desvendou alguns mecanismos neuroquímicos e funções adaptativas. Verificou-se que o estado de sono se inicia por um período *hipnagógico*, com duração de alguns minutos, em que o pensamento é decomposto em imagens fragmentárias. Esse período é sucedido pelo sono propriamente dito, quando as ondas cerebrais registradas em eletroencefalograma (EEG) são de baixa frequência e grande amplitude — é o sono *de onda lenta*. Após cerca de noventa minutos de sono, tem início uma alteração dessas ondas, que adquirem frequência irregular e pequena amplitude, de forma parecida com o que ocorre durante a vigília. Não obstante a atividade dos neurônios ser semelhante à da vigília, o indivíduo permanece dormindo, com respiração irregular e ritmo cardíaco acelerado; os neurônios motores são inibidos por dispositivos neurais localizados no *tronco cerebral*, de modo que a musculatura esquelética fica paralisada; os olhos se movimentam rapidamente sob as pálpebras fechadas, razão por que esse período é chamado de *sono REM (Rapid Eye Movement)*. Os sonhos só ocorrem durante esse estado de sono em que o cérebro

funciona como se estivesse em vigília. O primeiro período de sono REM dura cerca de dez minutos, sendo seguido por novo estado de sono de ondas lentas, sem sonho, cuja duração vai diminuindo à proporção que os períodos posteriores de sono REM vão aumentando, de modo que o quarto e último período de sono REM pode durar até trinta minutos, dando início ao despertar.

Portanto, durante a noite temos quatro períodos de sono sem sonhos e outros tantos de sono com sonhos. Os humanos costumam considerar os sonhos uma exclusividade da espécie, dando-lhes às vezes conotações místicas. Na psicanálise, são vistos apenas como realização de desejo, sem transpor a barreira de sua fonte biológica — lembremos que Freud chamou a base biológica do sonho de *metapsíquica*, mostrando-se insatisfeito por ter de parar na realização de desejo como definição. No entanto, a descoberta de que o sonho ocorre sob determinadas condições neurais levou a novas e intrigantes descobertas. Foi possível, por exemplo, através de exames laboratoriais, verificar que os mamíferos de um modo geral têm características de sono parecidas com as dos humanos, com períodos de ondas lentas intercaladas com sono REM. Foi possível até, como informa J. Winson (1990), determinar a época em que os mamíferos começaram a sonhar. Sabe-se hoje que todos os mamíferos sonham, tanto os *placentários* (se desenvolvem dentro do útero), quanto os *marsupiais* (se desenvolvem fora do útero, como cangurus e gambás). Sabe-se que os mamíferos evoluíram a partir dos répteis e que os *monotremados* foram provavelmente a primeira ordem de mamíferos a surgir, vindo a seguir os placentários e marsupiais, derivados dos monotremados. A partir de experiências com espécimes de monotremados, os *equidnas*, verificou-se que estes não têm sono REM, apenas de onda lenta. Uma vez que, como informa Winson, marsupiais e placentários divergiram dos monotremados há cerca de 140 milhões de anos, esse autor conclui que desde então os mamíferos têm sono REM, isto é, o sonho dos mamíferos existe há 140 milhões de anos.

Deste modo, se o sonho não é restrito aos desejos do *Homo sapiens*, surgido há cerca de 150 mil anos, mas algo que faz parte do

cérebro dos mamíferos há mais de uma centena de milhões de anos, perpassando todos os estágios evolutivos que originaram uma infinidade de espécies, inclusive a humana, é evidente, como diz Winson, que ele deve ter uma função adaptativa da mais transcendental importância para manter a vida de todas essas espécies. Para a compreensão da natureza desse processo adaptativo, inúmeras experiências têm sido feitas a partir da descoberta do fenômeno REM, em 1953. Foi observado em estudo com primatas que durante o sono REM sinais emanados do núcleo *pontino* do tronco cerebral são transmitidos ao centro de processamento visual do córtex cerebral, ao mesmo tempo que o tronco cerebral deflagra uma onda *sinusoidal* no hipocampo — esses sinais são chamados de *ritmo teta*.

Inicialmente, Hobson acreditou ser o sonho apenas o melhor ajustamento do cérebro ao bombardeio elétrico dirigido a ele pela deflagração dos neurônios do núcleo *pontino* do tronco cerebral. Depois (1994), atribuiu o conteúdo psicológico do sonho, isto é, seu significado, a uma forma de ordenação e organização do caos instaurado pelas deflagrações caóticas produzidas no tronco cerebral, estando essa organização relacionada com todos os traços de memória da história individual. Nesse contexto, o conteúdo (manifesto) do sonho seria uma espécie de fantasia feita pelo córtex cerebral, a partir de miríades de lembranças revolvidas pelo bombardeio de excitações provenientes do núcleo pontino do tronco cerebral. Temos então que o ritmo teta, de acordo com Winson, com o bombardeio pontino sobre o córtex e a onda sinusoidal sobre o hipocampo revolve todo o acervo mnêmico resultante de acúmulo filogenético e ontogenético, provocando o caos na mente. Segundo Hobson, exposto a um número incalculável de lembranças espocadas por esse bombardeio subcortical, o cérebro inventa uma história que tenha algum sentido, para dar ordem ao caos, ou seja, fabula de maneira semelhante à que vimos antes a propósito do hemisfério esquerdo. A ordenação do caos produzida pelo sonho parece ser a função cardinal deste, pois permite que as lembranças de curto termo adquiridas durante o dia sejam transformadas pelo sonho em lembranças de longo termo, sendo

fixadas ao acervo mnêmico preexistente. As aminas (serotonina e noradrenalina), neurotransmissores com atuação predominante durante a vigília, produzem apenas lembranças de curto termo, ao passo que a acetilcolina, predominante durante o sono REM, as transforma em lembranças de longo termo. Hobson avança igualmente que dormimos para sonhar e sonhamos para formarmos um acervo permanente de lembranças, que, em última análise, constitui a mente. Esse seria o papel adaptativo por excelência do sonho, responsável por sua permanência em todos os mamíferos: fixar a experiência adquirida durante o dia, incorporando-a ao patrimônio mnêmico preexistente.

A partir da fixação da memória de curto termo pelo sonho, Hobson faz amplo estudo sobretudo da consciência, não somente a envolvida no sonho, mas também na vida de vigília. Para ele, há dois estados de consciência, originários de grupos diferentes de substâncias neuroquímicas. Em vigília, predomina o grupo aminérgico (serotonina e noradrenalina), atuante no âmbito cortical, responsável pela consciência desperta. Durante o sono REM, predomina o grupo colinérgico (acetilcolina), atuante na esfera subcortical, responsável pela consciência no estado de sonho. Esses dois grupos estão presentes no cérebro de modo incessante, variando apenas a quantidade de sua ação, ora predominando um, ora outro. Sono significa diminuição do nível de ação das aminas. Durante a diminuição dessas substâncias, há um período de equilíbrio entre elas e a acetilcolina, estando ambas em nível baixo, equilíbrio que caracteriza o sono sem sonhos, em que as ondas cerebrais são lentificadas. Aos poucos, o equilíbrio é rompido pela subida do nível de acetilcolina, que passa a preponderar e produzir o sono REM, com ondas irregulares semelhantes às de vigília. Aos poucos, o nível colinérgico volta a cair e a igualar-se ao aminérgico, restaurando-se o estado de sono sem sonhos e sem consciência. Portanto, segundo Hobson, consciência é a mesma coisa que predominância ou de aminas ou de acetilcolina. A diferença entre os dois estados — além do campo de atuação diferente (cortical e subcortical) — é que durante o sono a ação colinérgica não é transmitida aos neurônios motores, de onde teriam acesso à musculatura estriada,

em função de inibição produzida no tronco cerebral. Entretanto, a ação colinérgica é transmitida aos neurônios pré-motores, responsáveis pelo movimento virtual durante o sonho, propiciando a quem sonha andar, correr, nadar e até mesmo voar. A abolição da inibição motora equivaleria à cessação do estado de sonho e a introdução de um estado patológico. Da mesma forma, a predominância da ação colinérgica em vigília produziria um quadro psicótico. Para Hobson, psicose é sinônimo de predominância de acetilcolina no funcionamento cerebral. Durante o sono, essa psicose é normal (sonho); na vigília ela é patológica (psicose propriamente dita).

É notável a semelhança entre alguns pontos dessa descrição e a de Freud, do sonho em particular (1900 e 1917 [1915]) e do desenvolvimento psíquico de um modo geral. Chama particularmente a atenção no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos* a idéia de desenvolvimento, implícita no processo regressivo onírico, como o ponto central da visão freudiana do psiquismo. O sonho é descrito como um modo de funcionamento mental normal que, apesar de ultrapassado, ressurgir diariamente, mostrando que ser suplantado como modo de funcionamento não significa ser eliminado, ou ser patológico. Ao contrário, permanece em uma atividade incógnita, não manifesta, a qual não é percebida porque toda a atenção está voltada para a atividade dominante de vigília. Cessada a vigília, essa atividade deixa a sombra e se faz notar sob a forma de sonho. Esse processo mental primitivo está presente de modo semelhante em outras situações normais, como as parapraxias, e em estados patológicos, como os sintomas neuróticos e psicóticos, fato revelador da relatividade da diferença entre a patologia e a normalidade. Hughlings Jackson, citado por Freud, disse a esse respeito: “Descubra tudo sobre os sonhos e você terá descoberto tudo sobre a insanidade” (Freud, 1900a, p. 569n.). O próprio Freud classificou o sonho, ao lado da *amênia*, como uma *psicose alucinatória de desejo*, considerando-o o protótipo normal da psicose (1917d [1915]). O neurocientista Hobson é ainda mais radical: “O sonho não é um modelo de uma psicose. Ele é uma psicose. Só que é uma psicose saudável” (1994, p. 44). Como foi

visto, psicose para Hobson é a predominância da acetilcolina sobre as aminas: ocorrida durante o sono, produz a psicose normal do estado onírico; durante a vigília, a psicose patológica.

Ao demonstrar como o sonho exerce o papel de *guardião do sono*, Freud postulou que, para executar essa função, a energia livre que impregna o desejo onírico inconsciente é vinculada pelo ego adormecido. Através dessa vinculação, processos psíquicos inconscientes presentes em camadas primitivas se fundem com outros situados em estratos mais recentes, tendo por resultado o mesmo fenômeno econômico-dinâmico-topográfico produzido pela ação da psicanálise como método terapêutico. Portanto, na visão freudiana, o sonho realiza diariamente uma espécie de psicanálise natural, sendo esta sua função precípua (1900, cap. VII, D). Freud naturalmente ficou nessa visão parcial do sonho, pois não tinha meios de verificar seu papel adaptativo crucial na preservação da vida em toda a trajetória evolutiva dos mamíferos. De qualquer forma, do ponto de vista da psicanálise como processo psicoterápico sua descoberta continua sendo de importância inextinguível.

Mesmo assim, é de certo modo surpreendente a antevisão que Freud teve do papel mais essencial do sonho na adaptação, quando não tinha subsídios para explorá-lo nessa direção. Por exemplo, ao mostrar-se insatisfeito pelo fato de a psicanálise só conseguir ver o sonho até a fase de realização de desejo, sem desvendar-lhe a natureza biológica capital, parecia estar cômico de sua função biológica maior como fator de adaptação e preservação da vida. Ao supor que dados pré-históricos eram resgatados no sonho estava implicitamente considerando essa hipótese. Quando, em *Além do Princípio do Prazer*, tirou do fundo do baú do *Projeto* idéias de priscas eras que nunca ousara tornar públicas, encorajou-se a penetrar, de forma hesitante, na função biológica do sonho. Ao verificar que a função primária da mente é a vinculação da energia livre, por estar ligada à adaptação e à preservação da vida, trouxe como um dos exemplos um tipo de sonho situado fora do princípio do prazer, que não visa à realização de desejos, e sim à vinculação de uma experiência fora de controle. Agora

que a neurociência nos mostra o papel desempenhado pelo sonho na transformação da lembrança de experiência ocorrida durante o dia, de curto termo, isto é, transitória, em lembrança de longo termo, isto é, definitiva, podemos ver quão próximas da verdade estavam as idéias de Freud, que na época não podiam passar de simples especulação ou mesmo ficção científica.

Além da consolidação da memória de experiências recentes, segundo Hobson, o sonho promove, através da mediação da acetilcolina, a distribuição dessa memória recente a toda a ampla rede de circuitos neurais do córtex cerebral, originando um processo de hiperassociação formador de categorias cognitivas. Nesse processo estão incluídos programas motores de que participam os arquivos preexistentes de ações programadas anteriormente, modificadas pela anexação da memória das novas experiências. Portanto, a consolidação das lembranças das experiências recentes se faz através de sua incorporação às lembranças antigas — estas já estavam dispostas de modo a configurar uma espécie de plano de ação futura. Esses programas de ação nunca são em vigília tão ativos quanto nos sonhos, embora a atividade onírica exista apenas no plano virtual, pois o acesso à realidade externa está interdito. Em suma, é no sonho que a experiência adquirida é definitivamente incorporada ao patrimônio psíquico, ao mesmo tempo que passa a ocupar um lugar no planejamento de ações futuras, que são testadas por meio de ações oníricas virtuais, antes de serem levadas à prática durante o dia — são essas ações experimentais e probatórias que nos fazem agir virtualmente durante o sonho.

Vê-se que, tanto do ângulo freudiano quanto da visão neurocientífica de Hobson, há uma interação de aspectos primitivos e recentes. Como foi visto acima, a *ponte*, situada no tronco cerebral, é uma estrutura primitiva responsável pela produção da acetilcolina predominante no cérebro durante o sonho. Essa mesma acetilcolina, segundo a hipótese de Hobson, é responsável pela fixação da memória de longo termo, sem a qual o registro das experiências teria curta duração — e não poderia ser de outro jeito, pois a herança filogenética requer memória de longuíssimo termo. Esse fato evidencia um

processo de integração da mente, na qual aquisições mais recentes dependem de estruturas mais primitivas, herdadas geneticamente. Estamos, no caso, falando de processos cognitivos, ou seja, da esfera do ego, entretanto o mesmo se passa com os afetivos originários do id. Também os afetos se iniciam em estruturas mais antigas, como a amígdala, que se associam a outras de aquisição menos remota, como o hipocampo, até atingir o córtex.

Do ângulo da psicanálise, os sonhos e os processos psicopatológicos apenas abrem a cortina para que modos primitivos de funcionamento surjam no palco do psiquismo, em situações em que os modos mais evoluídos não podem desempenhar plenamente seu papel. A existência de uma *psicose saudável* revela que os processos primitivos, supostamente inexistentes a maior parte do tempo, não só permanecem ativos, como são relevantes no funcionamento do psiquismo normal — a patologia decorre de anomalias nos processos mais evoluídos. Esses aspectos primitivos constituem na ótica freudiana (1915e) a essência do inconsciente, a que se junta o material reprimido posteriormente. O papel decisivo do sonho e das estruturas subcorticais na fixação da memória de longo termo revelam de modo contundente a importância da integração da mente na produção de saúde, pois a patologia resulta de anomalia na integração. Neste sentido, tanto é patológica a predominância das estruturas primitivas (subcorticais) como das mais recentes (corticais).

A produção da psicose pela dominância das estruturas primitivas é óbvia. No entanto, como vimos antes, se o hemisfério não funcionar integrado com o direito, pode levar não só a quadros obsessivos, como também a fabulações e delírios psicóticos, ilustrando o que Freud disse relativamente à incômoda semelhança entre o pensar filosófico e o psicótico (1915e).

Ao mostrar como se dá o processo de fixação da memória de curto termo, a descrição neuroquímica respalda a visão freudiana de que o sonho é o caminho nobre para o inconsciente, além de ser ele o repositório da história pré-individual. Como foi visto, Hobson diz que o bombardeio de excitações provenientes do tronco cerebral

implica o revolvimento de todo o acervo de memórias antigas armazenadas, produzindo um caos na mente. Esse caos é contornado pela organização levada a cabo pelo córtex, quando lembranças recentes se juntam às antigas. Vimos que durante esse bombardeio o córtex sente sua estabilidade ameaçada, dando ordem ao caos através de uma espécie de fabulação, que é o conteúdo do sonho propriamente dito. Além de nesse ponto do processo reconhecermos a ação de síntese e organização do ego, em seu papel fundamental de *vinculação*, é aí que todo o patrimônio mental constitutivo do acervo mnêmico desfila no palco psíquico sob a forma de sonho, ocasião em que o inconsciente pode ser surpreendido. Nisto consiste a essência do fenômeno onírico descrito por Freud, matéria-prima com que esculpiu o aparelho psíquico e a própria psicanálise.

15. O inconsciente freudiano e a neurociência

Uma reflexão sobre o que foi exposto até aqui leva à conclusão de que o núcleo do inconsciente é um estado de excitação somática. A única coisa que pode ser chamada com propriedade de psíquica é a subjetividade produzida pelo trabalho silencioso do cérebro, quando este se manifesta de uma forma a configurar um estado de *consciência*. Por mais penoso que deva ter sido para Freud reconhecê-lo, penso que deixou isto implícito ao afirmar que começava a perder a esperança de retirar decisivas conclusões do inconsciente como qualidade psíquica especial, ao verificar que a maior parte do ego também é inconsciente. Disse então:

Quando nos confrontamos com a necessidade de postular um terceiro Ics, que não é reprimido, devemos admitir que a característica de ser inconsciente começa a perder a significação para nós. Ela se torna uma qualidade que pode ter muitos significados, uma qualidade que não podemos, como esperávamos, fazer a base de conclusões inevitáveis e

de longo alcance. Contudo, devemos ter cuidado em ignorar essa característica, pois a propriedade de ser consciente ou não é em última análise nosso único farol na escuridão da psicologia profunda. (1923b, p. 18)

Penso que, ao chegar a essa conclusão, Freud talvez estivesse com uma perplexidade semelhante à que o levou a comunicar a Fliess que já não acreditava em sua teoria das neuroses, só que agora já não tinha um confidente nem tinha mais tempo para dar a reviravolta de 1897. De qualquer forma, sua afirmação foi muito forte, malgrado não ter gerado consequências maiores, por motivos compreensíveis, se levarmos em conta a necessidade do ser humano de deixar de lado realidades muito incômodas.

O inconsciente tal como Freud o descreveu coincide com o conjunto de eventos neuroendócrinos estudados pela neurociência. Estes, depois de se apresentarem como conscientes, isto é, ao se tornarem psíquicos, podem ter seu percurso anterior traçado segundo uma linha psicológica coerente com o evento consciente — isto é, podem ser descritos como se, hipoteticamente, durante sua caminhada somática, estivessem sendo acompanhados pela percepção consciente. É mister que se ressalte que esse raciocínio não implica recair no *paralelismo psicofísico*, que Freud pareceu defender inicialmente (1891b), e que depois passou a rejeitar (1915e). Segundo o paralelismo psicofísico, só o que é consciente é psíquico, tornando-se somático quando deixa de ser consciente, sendo essa a base da rejeição do conceito de inconsciente. Segundo o que vimos mostrando ao longo destas páginas, o paralelismo psicofísico é algo que não encontra suporte em uma neurociência que vê a mente como o trabalho do cérebro. Portanto, não há paralelismo, apenas um mesmo fenômeno, que pode ser descrito tanto em linguagem neurológica quanto psicológica, isto sendo válido também para a consciência.

Portanto, se quisermos usar a linguagem psicanalítica, podemos, a partir do complexo neuroquímico percebido sob a forma de consciência, descrever metapsicologicamente os eventos somáticos

a caminho de se tornarem conscientes. A consciência contém um caráter subjetivo que confere ao psíquico uma qualidade peculiar inexistente na objetividade da neurociência, mesmo sendo ela (a subjetividade) produto do funcionamento cerebral. A qualidade de subjetividade justifica uma linguagem própria para a descrição do fenômeno. Não se pode perder de vista, contudo, que a subjetividade é virtual, por trás dela se encontrando o fenômeno real, que é neuroquímico. É pertinente que os processos neuroquímicos não tornados conscientes sejam descritos em linguagem psicanalítica como processos inconscientes, desde que essa linguagem adquira seu significado a partir do evento subjetivo experimentado como consciente e que seu encadeamento seja coerente com os dados objetivos observados. Essas hipóteses, como Freud fez usualmente, devem ser corrigidas sempre que não confirmadas pela objetividade científica, até porque são metáforas, *andaimes que não podem ser tomados pelo edificio* (Freud, 1900, p. 536). A esse respeito, deixou claro que as hipóteses psicanalíticas são artifícios de exposição, metáforas que, na realidade, correspondem a *processos de excitação* ou *modos de sua descarga* (*ib.*, p. 610). É esse o motivo por que começa a deixar de fazer sentido a existência de uma teoria psicanalítica que não seja uma metapsicologia científica.

QUARTA PARTE:

IMPLICAÇÕES TÉCNICAS DO DIÁLOGO COM A NEUROCIÊNCIA

16. O fator afetivo na técnica psicanalítica

A psicanálise sempre conviveu com dissensões teóricas e tentativas de inovações. Freud foi levado a fazer veemente defesa de seu método contra distorções surgidas de diversas direções, quando procurou estabelecer um limite bem demarcado para o que poderia ser chamado apropriadamente de psicanálise (1914d). Enquanto era vivo, sua autoridade possibilitou que esses limites fossem observados, mas depois de sua morte eles foram tão afrouxados, que no presente às vezes é difícil divisá-los. Durante algum tempo, apesar de diversas correntes criarem feudos regionais cuja linguagem teórica nem sempre era bem compreendida pelos psicanalistas situados em outras regiões, a técnica psicanalítica, transmitida quase individualmente de didata a candidato, constituía uma espécie de linguagem universal capaz de servir de distintivo para seus praticantes. Eram usadas, de um modo geral, as instruções técnicas estabelecidas a partir de 1910, com ligeiras variações que não chegavam a descaracterizá-las. A incompreensão de novos rumos surgidos a partir da introdução do conceito de narcisismo (1914c) e da teoria estrutural (1923b), cujas repercussões técnicas Freud somente apontou, sem que tivesse podido desenvolver, levou a novos procedimentos que passaram a descaracterizar a técnica consagrada. Algumas intervenções justificáveis em conjunturas excepcionais passaram a ser usadas com frequência incompatível com a técnica fundamentada metapsicologicamente.

É verdade que o próprio Freud afirmou ser a técnica surgida do manejo da libido reprimida insuficiente para lidar com os fenômenos inerentes à psicologia do ego que se anunciava com a inclusão do

narcisismo dentre os itens estudados pela psicanálise. Portanto, teriam de surgir alterações na técnica para fazer face à nova realidade descoberta. Como não estabeleceu os parâmetros para essas alterações, sugeriu que fossem adotados provisoriamente os mesmos padrões já testados na análise das psiconeuroses de defesa, até que surgisse uma técnica adequada. A maioria das correntes manteve os princípios técnicos anteriores, declarados limitados pelo próprio Freud e notoriamente ineficientes para lidar com os processos narcísicos.

O vácuo surgido com a declaração de Freud e as limitações flagrantes da técnica clássica surgida da compreensão das neuroses de defesa estimularam o surgimento de procedimentos açodados, que visavam à modificação da técnica estabelecida, como foi o caso da *técnica ativa* de Ferenczi, que punha em risco não só a técnica clássica, mas também a própria natureza do processo psicanalítico, como já ocorrera antes com as dissidências de Adler, Jung e Stekel. Como algumas dessas inovações temerárias aconteceram quando Freud ainda era vivo, foram rechaçadas sem maiores dificuldades, sendo mostradas sua não-afinidade com a psicanálise. Mas outras surgidas mais tarde adquiriram prestígio suficiente para influenciar grande número de seguidores.

Inicialmente, considerando que o recém-incluído ego era um território ainda não reconhecido como membro da confederação psíquica com plenos direitos, era visto com certo menosprezo, sendo os trabalhos em sua esfera considerados superficiais e não propriamente psicanalíticos. Por isso, a psicologia do ego apareceu como uma espécie de psicanálise menor, ou, mais precisamente, uma espécie de *psicoterapia de base psicanalítica*, na qual quase tudo era válido, contrariando o vaticínio de Freud de que ela seria uma psicanálise *maior*. Por seu turno, a corrente empenhada em estudar o ego em profundidade (Hartmann, Kris, Loewenstein), que deu enorme contribuição ao seu conhecimento teórico, deslocou o fenômeno nuclear do narcisismo para a periferia e com isso manteve a prática empobrecida pela exclusão desse fenômeno.

Quando surgiu o grande avanço clínico da escola inglesa de relações objetais (Fairbairn, Balint, Winnicott), que parecia se aproximar do que Freud vislumbrara como o futuro da psicanálise, o ego e o narcisismo não foram incluídos como objetos de estudos teóricos especiais, pelo menos na linha da teoria estrutural de Freud. A falta de uma infra-estrutura metapsicológica ensejou que sua prática fosse exercida empiricamente, sem uma consistente teoria da técnica. Em consequência, surgiram na periferia dessa corrente muitos casos de distorções técnicas, em que o manejo da transferência foi descaracterizado em sua essência simbólica, sendo a relação analítica às vezes igualada a um vínculo interpessoal comum entre duas pessoas amigas, ou seja, fora de um contexto propriamente psicanalítico. Em uma forma de concretização da transferência, a *maternagem*, por exemplo, tem sido exercida literalmente, em nome de uma contratransferência atuada em vez de interpretada, circunstância em que o analista deixa de ser um objeto transicional simbólico, passando a agir como figura parental concreta, na qualidade de protetor, conselheiro ou orientador. Neste papel, torna-se interlocutor da parte regredida do paciente, quando sua verdadeira função é a de indutor da independência, sendo esperado que fale ao ego adulto do paciente e que apenas compreenda as necessidades infantis, sem atendê-las. Uma vez que a transferência é por definição um processo regressivo, é natural que o analista acolha essa regressão, compreendendo as necessidades do paciente de repetir estados afetivos de sua infância, sem perder de vista que está tratando de uma pessoa adulta. Em suma, a maternagem do analista é simbólica e vivida *apenas pelo analisando* — ou melhor, pela parte deste regredida na situação analítica; do analista é esperado que seja apenas analista e não pai, mãe, professor ou amigo do analisando. A atitude do analista de tornar-se objeto transferencial concreto em vez de simbólico perverte o processo psicanalítico, que tende a infantilizar o paciente e perpetuar sua dependência, o que se choca com a própria natureza da psicanálise.

A esse respeito, não pode deixar de ser registrada a experiência de Kohut (1971, 1984), que procurou suprir, de certa forma, as defi-

ciências teóricas da escola inglesa de relações objetais mediante um meticuloso estudo do narcisismo a partir do conceito de *self* introduzido por Hartmann (1946 e 1950). Esse autor, em vez de desenvolver o conceito freudiano de narcisismo, colocou-o de lado para fundar uma nova psicanálise, lançando-se em uma espécie de solipsismo teórico. Esse equívoco conceitual não retira de Kohut o mérito indiscutível de ter sido, com a ênfase posta na empatia como instrumento técnico fundamental, o responsável pela maior contribuição dada para a ocupação do imenso espaço inexplorado surgido com a introdução do conceito de narcisismo. Entretanto, a atitude solipsista tomou a parte pelo todo, contribuindo para a descaracterização da técnica-padrão criada por Freud sobre alicerces metapsicológicos solidamente constituídos, como tive oportunidade de mostrar em outro lugar (1989).

A consequência da descaracterização surgida na periferia dessas diversas inovações foi o desvio da finalidade genuína da psicanálise. Para retomar a credibilidade que lhe foi legada por Freud, a psicanálise precisa, antes de tudo, reencontrar os fundamentos metapsicológicos de sua técnica, que não podem mais ser apenas aqueles legados por Freud antes da introdução do conceito de narcisismo e da teoria estrutural, como ele próprio deixou exarado da maneira mais formal. O resgate da técnica freudiana de forma atualizada implica a consideração de uma metapsicologia que contemple os achados da neurociência atual, notadamente os correspondentes ao *attachment* e à empatia, implícitos na transferência e na contratransferência. Essa metapsicologia daria suporte aos avanços empíricos das principais correntes teóricas atuais, notadamente a inglesa, de M. Klein e das relações objetais, e a americana da psicologia do ego, com sua derivação para psicologia do *self*.

Os elementos afetivos inerentes às relações intersubjetivas, tão importantes para a concretização de uma infra-estrutura teórica sólida para a técnica, costumam ser mal compreendidos, e às vezes não são sequer levados em consideração nas formulações teóricas, principalmente pelos neurocientistas que buscam diálogo com os psicanalistas. Curiosamente, os psicanalistas que se aproximam desse diálogo

também se esquivam de focalizar o fator afetivo da transferência e da contratransferência nos debates com os neurocientistas. Pelo menos foi essa a observação que fiz nos dois congressos oficiais da *Sociedade Internacional de Neuropsicanálise* realizados em Londres (2000) e em Nova York (2001). Esse fato é paradoxal, pois a compreensão da transferência é o que de melhor a psicanálise pode fornecer à neurociência para que esta consiga, em sua prática clínica, sair da frieza das observações laboratoriais e das reações químicas e lançar-se nas relações intersubjetivas, em que a empatia e o *attachment* são deflagradores naturais dos processos neuroquímicos por eles observados e estudados. A experiência que a psicanálise adquiriu com o manejo da transferência como elemento afetivo chave para a penetração nos processos psíquicos inconscientes é sua melhor contribuição não só à prática clínica dos neurocientistas, mas também à clínica médica de um modo geral — na realidade, todas as atividades que digam respeito às relações humanas podem se beneficiar desse conhecimento.

Tendo em vista o desconhecimento da natureza da técnica psicanalítica pelos que não militam no campo, e a distorção dessa técnica por psicanalistas que se afastaram da compreensão freudiana dos componentes dinâmicos, econômicos e estruturais envolvidos no fenômeno afetivo em geral e no transferencial em particular, farei a seguir um apanhado da história do desenvolvimento dos elementos essenciais da teoria da técnica.

17. Evolução da técnica psicanalítica – aspectos metapsicológicos.

A psicanálise surgiu do pressuposto básico de que um trauma emocional mantido inconsciente, isto é, não exteriorizado como emoção, procura uma saída por uma via inadequada, o sintoma psicopatológico. Durante o período compreendido entre a repressão da reação afetiva à ocorrência traumática e o aparecimento do sintoma, a mente está ocupada na *elaboração psíquica* do trauma — esta corresponde ao trabalho executado pela mente para transformar a

lembrança reprimida do trauma em sintoma. A expressão elaboração psíquica com esta conotação foi cunhada por Charcot; Freud (1895) a empregou em alemão com o nome de *Ausarbeitung*, uma espécie de período de incubação do sintoma. Portanto, esse é um tipo de elaboração não sadia do ego, na medida em que corresponde ao trabalho de formação do sintoma. Breuer e Freud (1893 [1895]) consideraram que um ego normal elaboraria o trauma racionalmente, refletindo sobre sua natureza e eliminando seu efeito ansiogênico através de *elaboração normal*, isto é, do pensamento. Chamaram essa *elaboração associativa* normal de *assoziative Verarbeitung*. O caminho patológico do sintoma é trilhado por um ego incapaz de realizar o processo de elaboração normal. Esta foi a primeira noção divulgada por Breuer e Freud, que prevalece ainda hoje. O método escolhido inicialmente por Breuer para a superação do trauma foi o da *catarse*, através da qual havia uma *ab-reação*, que resgatava do inconsciente a situação traumática que não tivera oportunidade de ser elaborada ou descarregada como emoção. Havia uma presunção de que o ego não era capaz de fazer a elaboração normal do trauma, sendo ajudado pelo terapeuta no sentido de resgatá-lo do inconsciente através de sua colocação em palavras, sendo então ab-reagido.

Mais tarde, esse esquema foi mudado, pois Freud, já trabalhando sozinho no campo, depois do afastamento de Breuer, substituiu o *método hipnótico* pela *livre associação de idéias*, que passou a implicar a elaboração associativa (normal), e já não mais a ab-reação, como a finalidade do processo psicanalítico. A psicanálise passou a ser um método interpretativo, propiciador da elaboração normal, através do qual a situação traumática inconsciente podia ser resgatada através da interpretação de seus símbolos, sendo vinculada pelo ego.

Durante o longo período em que a psicanálise esteve voltada de forma exclusiva para o instinto sexual, a técnica psicanalítica consistiu em usar a *regra fundamental* da livre associação de idéias para traduzir a linguagem simbólica do sintoma em que o instinto sexual reprimido estava disfarçado. A função do analista se restringia à tradução dessa linguagem cifrada e, de posse do conhecimento adqui-

rido pela interpretação, reconstruir a história verdadeira do paciente, em que se encaixasse a superveniência da repressão. A obtenção de muitos êxitos terapêuticos com o uso desse método não impedia que o número de fracassos fosse tão grande, que a ação terapêutica da psicanálise se tornava extremamente limitada, aplicando-se a pequena gama de entidades psicopatológicas. Verificava-se que a descoberta do conteúdo inconsciente e sua interpretação não eram suficientes para promover a modificação do quadro, como a teoria apontava. O paciente adquiria apenas uma informação transmitida pelo analista sobre o conteúdo inconsciente de seu sintoma, formando uma nova idéia (representação) consciente, sem que a outra, isto é, a reprimida, se tornasse consciente; ao contrário, permanecia ainda mais solidamente inconsciente. Havia então duas idéias (representações) com o mesmo conteúdo: a reprimida pelo paciente, que permanecia inconsciente, e a transmitida pelo analista, que era pré-consciente, sem qualquer ligação entre elas. Como foi visto antes, uma idéia (representação) se caracteriza por ter uma quota de afeto ligada a ela. A idéia comunicada pela interpretação do analista não fora experimentada afetivamente pelo paciente, sendo apenas um registro mnêmico desprovido de quota de afeto. Um conhecimento adquirido sem qualquer colorido afetivo é diferente de outro experimentado com um afeto qualquer. No caso, o que fora reprimido tinha sido experimentado pelo paciente com forte matiz afetivo, ao passo que a interpretação do analista foi registrada sem esse matiz. Verificou-se que o conteúdo afetivo permanecia retido, não aflorando como fato consciente, seja como uma emoção propriamente dita, seja como uma idéia ocupada por quota de afeto.

Foi revelado, então, um obstáculo gigantesco no caminho da técnica psicanalítica, pois era evidenciada a existência de uma resistência contra a liberação do componente essencial do reprimido, ou seja, o representante afetivo do instinto, erguendo-se essa barreira sobretudo contra o trabalho da análise.

O passo seguinte foi descobrir a natureza dessa *resistência*. Logo foi visto que ela não pertencia ao instinto reprimido, pois este, por definição, não oferece qualquer dificuldade para mostrar-se; ao con-

trário, sua finalidade é sempre descarregar-se e tornar-se consciente. A resistência era exercida pela instância repressora, ou seja, o ego. Este fato era em si paradoxal, pois é o ego quem conduz o paciente ao analista, sendo ele responsável pelo estabelecimento de uma *aliança terapêutica* com o analista, sem a qual a análise se torna inviável. A resistência contra a análise revelou o fato intrigante de que também o ego tem uma parcela inconsciente tão importante quanto o do id reprimido. A partir daí, analisar o inconsciente do ego presente na resistência passou a ser tão importante quanto a interpretação do conteúdo do instinto reprimido. A experiência mostrou que a análise da resistência implicava um longo e paciente esforço analítico, pois que a ação desse inconsciente se revelava incessante, entremostrando-se disfarçadamente nos mínimos detalhes e com frequência tão avassaladora, que às vezes parecia intransponível. Deste modo, além dos dois tipos de elaboração antes descritos (*Ausarbeitung* — elaboração psíquica da patologia, ou período de incubação do sintoma — e *assoziative Verarbeitung* — elaboração normal vinculadora do reprimido), Freud introduziu na técnica psicanalítica um terceiro tipo de elaboração, que chamou de *Durcharbeitung*, ou seja, a elaboração das resistências, que ficou conhecida como *elaboração no processo analítico*, por ser a única que se passa apenas durante a análise.

Desde então, a análise da resistência tornou-se um dos pilares da técnica psicanalítica, sem o qual uma análise não pode ser levada a cabo em profundidade. A realidade não se mostrou tão dócil quanto a teoria sugeria. Apesar de a resistência provir do ego, que é a instância colaboradora com o analista, sua abolição revelou-se tão difícil quanto a interpretação do reprimido. A coisa mais inesperada e espantosa foi que a instância repressora tinha um inconsciente tão inacessível quanto o reprimido.

Em meio a tantos obstáculos, a análise da resistência revelou ainda um tipo especial de dificuldade: em vez de se lembrar de experiências tidas anteriormente, o paciente as revivia como atuais, mantendo-as esquecidas. As representações dos incidentes esquecidos continuavam reprimidas, enquanto as quotas de afeto a elas ligadas

surgiam no presente deslocadas para episódios atuais. Em suma, a lembrança era substituída por uma *atuação*, e a interpretação dessa conduta pelo analista era rechaçada com vigor. Verificou-se que a atuação (*acting-out*), ou re-experimentação de um episódio em vez de sua lembrança, era procedimento generalizado, mostrando-se tanto na vida de relação externa quanto durante a análise, quando tinha por objeto a pessoa do analista. Fatos experimentados na infância remota, que o paciente não podia lembrar, repetiam-se em sua vida atual de forma disfarçada, de modo a impedi-lo de lembrar-se da situação original ressurgida como repetição. A força da situação reprimida podia ser tão grande que, não podendo ser lembrada, criava situações favorecedoras de sua repetição, ainda que em condições penosas para o paciente. Por exemplo, se o paciente se sentiu rejeitado na infância por uma pessoa querida e isso foi experimentado de forma tão traumática que teve de esquecê-lo, poderá comportar-se com uma pessoa querida em sua vida presente de modo a induzir essa pessoa a rejeitá-lo. Dessa forma, re-experimenta o sentimento de rejeição, vivendo-o como fato atual, sem se lembrar do sentimento de rejeição original do qual o atual é apenas uma repetição. Uma vez que foi movido por uma *compulsão à repetição* inconsciente, não poderá, por si próprio, conhecer as motivações reais que o levaram a ser rejeitado. Sua tendência será sentir-se injustiçado e queixar-se da pessoa querida, quando na realidade esta foi induzida a repeli-lo. Na análise, a motivação inconsciente poderá ser rastreada, levando à libertação da compulsão à repetição.

Como foi dito, a repetição em vez da lembrança ocorre em toda a vida de relação do paciente. Quando ocorre na situação analítica, o fenômeno é chamado de *transferência*, isto é, um elo afetivo da infância tornado inconsciente é revivido com o analista, que desempenha o papel das pessoas significativas afetivamente na infância. Sendo uma resistência à lembrança, a transferência foi inicialmente considerada um obstáculo ao trabalho analítico. Verificou-se, porém, que ela fornecia ao analista um instrumento valioso para o conhecimento do paciente, pois já não precisava contar apenas com casos relatados, mas

também com o que podia ser observado por meio do comportamento (*atuação*) do paciente durante a análise, isto é, o analista podia ater-se apenas ao aqui-e-agora. Isto era verdade não somente em referência ao passado, mas também ao presente, pois o paciente também tendia a repetir com o analista seu comportamento em frente às demais pessoas com quem se relacionava. A situação analítica transformou-se em uma espécie de laboratório em que o paciente mostrava experimentalmente sua maneira de ser no presente, bem como as motivações passadas de sua conduta atual. Era um monitor no qual o analista era capaz de ver o paciente comportando-se no passado.

Diante disto, o primeiro passo da técnica analítica passou a ser transformar a neurose original em uma *neurose de transferência*. Tendo sido inicialmente um tipo de resistência, pois a atuação presente encobre o que não foi lembrado, a transferência tornou-se instrumento de valor inestimável para a técnica psicanalítica, podendo ser considerada o traço distintivo da técnica psicanalítica, sem o qual um processo terapêutico não pode ser chamado legitimamente de psicanalítico. A compreensão ampla do fenômeno transferencial e sua análise possibilitaram que a técnica psicanalítica atingisse seu pleno desenvolvimento, tornando-a capaz de acompanhar todos os progressos teóricos surgidos até aqui e outros que possam sobrevir, inclusive aqueles derivados dos conhecimentos trazidos da neurociência.

Quando Freud (1920g) se referiu à transferência como a chave mágica que abria os férreos portões da resistência e daria acesso incondicional ao inconsciente, não a estava conotando como uma espécie de última barreira a ser transposta, como se poderia supor, já que ela é, por natureza, uma resistência. Ao contrário, tratava-a como instrumento a seu favor, como aliado ao invés de adversário. Sendo a transferência a repetição com o analista das primitivas relações afetivas do paciente, este lhe transferirá, além das experiências negativas com o objeto, também as positivas, sobretudo as de idealização das figuras parentais. Tendo a transferência lados negativos e positivos, Freud fez destes últimos, ou seja, da *transferência positiva*, o ponto de apoio para remover as resistências. A transferência positiva surgia

como modalidade de *sugestão* semelhante à representada pela hipnose nos primórdios da psicanálise. Só que agora a sugestão seria usada apenas para conferir credibilidade à figura do analista, que surgia aos olhos do paciente como merecedor da *confiança básica* (Erikson, 1968) sem a qual não abriria mão de suas resistências. Mediante a transferência positiva, o analista fica investido das quotas de afeto necessárias para fazer dele uma figura admirada e respeitada pelo paciente, passando o componente afetivo da relação a ter papel decisivo no processo analítico, uma vez que a quota de afeto de uma idéia (representação) reprimida não é resgatada por processos simplesmente ideativos, só se tornando passível de remoção por via afetiva. A quota de afeto que se apegava à idéia reprimida era removida desta e transferida para a figura do analista, ficando este habilitado a ajudar o paciente a encaminhá-la de modo proveitoso para sua vida atual.

Esse acontecimento momentoso do processo analítico converteu-se em uma das missões mais árduas a ser cumpridas pelo analista, por ser preciso que este se faça digno da confiança básica que lhe foi depositada pelo paciente. Ser digno dessa confiança implica não confundir seu papel de objeto virtual de transferência com o de objeto real. Para isso, tem de estar ciente de que ela lhe foi atribuída em função de uma transferência em que o paciente se coloca em estado de doação afetiva semelhante à entrega de um bebê ao seio materno. Enquanto isso se passa em uma camada do psiquismo do paciente, em outra permanece a pessoa adulta com seu ego adulto. É mister que a integridade do analista na condução do trabalho psicanalítico o leve a fazer uso da transferência positiva apenas para ter acesso ao inconsciente do analisando; obtido o acesso, tratará de interpretar a transferência, para que o paciente se torne genuinamente independente, desfazendo os laços da transferência. Se o analista não for capaz de mostrar-se digno dessa capacidade de doação do analisando, o ego adulto deste notará a infidelidade daquele e desenvolverá resistência insuperável, mesmo que esta possa estar mascarada por falsa colaboração. Neste caso, a falsidade do paciente é reação à incapacidade do analista de merecer a confiança que lhe foi depositada.

Preencher o requisito da técnica psicanalítica correspondente à *confiança básica* é uma das tarefas mais difíceis exigidas do analista na medida em que implica invulgar integridade pessoal, com superação de traços negativos de personalidade. O perfeccionismo exigido do analista para exercer bem sua função é de nível tão elevado, que Freud (1937c) o considerou um “pobre infeliz”, que precisa ter o que não é dado ao ser humano, isto é, a perfeição. Por isso, chegou a ver a psicanálise como uma das três profissões impossíveis. Considerava a análise pessoal indispensável para a qualificação do analista por se tratar do meio mais apropriado para ajudá-lo a livrar-se de características pessoais negativas, de modo a tornar a psicanálise uma profissão possível. A integridade do analista é imprescindível para que a *regra fundamental* do método psicanalítico possa instalar-se, uma vez que sua característica de exigir do paciente a revelação de todos os seus pensamentos, mesmo os mais secretos, sem qualquer censura, faz dela uma situação sem paralelo em qualquer outra situação de vida. É difícil para o analisando segui-la, só podendo fazê-lo em razão de uma confiança irrestrita que apenas um processo transferencial pode propiciar.

No mesmo contexto em que mostrava a enorme responsabilidade do analista em conduzir-se corretamente na situação analítica, Freud fez uma afirmação que se tornou clássica: “o melhor é sempre o inimigo do bom” (1937c, p. 231). Com isto, queria significar que o analista deve perseguir a perfeição em seu trabalho, procurando sempre o ótimo, sem se contentar com o bom, procurando mostrar as resistências do paciente que tende a interromper a análise quando consegue algumas melhoras que julga suficientes, sem que correspondam a ganhos psíquicos significativos de desenvolvimento. A respeito da integridade do analista na situação analítica, Meltzer segue a linha de Freud à risca, ao falar da responsabilidade do analista na criação e manutenção do *setting*:

*O estado mental do analista é a unidade fundamental do setting, constituindo a **atitude psicanalítica**. (...) A funda-*

*mentação desta atitude deve ser a **dedicação ao método psicanalítico**. É incompatível com a concepção fundamental da transferência considerar que qualquer aspecto do benefício que o paciente recebe do analista deva surgir como uma emanção de quaisquer qualidades da pessoa do analista que não sejam suas funções analíticas, isto é, seu controle sobre o processo psicanalítico. Como corolário a esta dedicação, a atitude analítica implica um compromisso com o paciente, no sentido de fazer o melhor trabalho analítico de que é capaz. Fazer seu melhor trabalho analítico significa que o analista compromete-se a reservar um certo “tempo de vida”, por um período indefinido, durante o qual ele tenta levar adiante o método psicanalítico, sem levar em conta o sacrifício de seu próprio sofrimento mental, até o limite de sua tolerância, e dentro de uma estrutura de consideração pela segurança física do paciente e pela sua própria. (1967, p. 120 — destaques do autor)*

Como acréscimo ao afeto trazido pela transferência, outro acontecimento inicialmente negativo também passou a ser importante instrumento de trabalho, após as observações feitas principalmente por Paula Heimann (1950): a *contratransferência*, estado afetivo despertado no analista pela transferência do paciente. Embora o afeto do analista seja prejudicial ao desenvolvimento do processo psicanalítico, se surgir como contratransferência cuja gênese seja compreendida, pode tornar-se instrumento valioso de compreensão de um nível de comunicação não-verbal, sendo de grande valia para o estabelecimento de um estado de compreensão empática. O fato auspicioso do uso da transferência-contratransferência é a possibilidade de estabelecimento de uma relação que atinja as fases mais remotas do desenvolvimento, que são imunes às interpretações, podendo as falhas estruturais do ego surgidas nesses primórdios ser compreendidas e corrigidas por procedimento empático do analista. Uma vez corrigidas essas falhas estruturais, as ocorrências dessa fase podem ser esclarecidas no nível

verbal através de diálogo não somente interpretativo, mas também pedagógico-explicativo (Freud, 1919a [1918]), que ajuda a consolidar a recuperação de falhas estruturais do ego.

Não se deve imaginar que as repetições surgidas na transferência derivem apenas de impulsos instintivos reprimidos. Essa foi a crença tida durante muito tempo, antes do conhecimento do ego e de como se formam suas feridas narcísicas. Como vimos, através da transferência o paciente reproduz na análise situações afetivas experimentadas em sua infância e depois esquecidas. Essas experiências não se restringem àquelas abafadas pela repressão nem a impulsos indesejáveis reprimidos; ao contrário, abrangem também experiências em época tão remota que são inacessíveis à lembrança consciente, como acontece com as vivências da fase pré-verbal. Assim como acontece com o reprimido da fase verbal, a compulsão à repetição traz sob a forma de transferência também experiências do período pré-verbal.

A neurociência tem também uma explicação para esse tipo de inconsciente não-reprimido, tantas vezes apontado por Freud, e nem sempre observado pela maioria dos psicanalistas. Como foi visto antes, a amígdala e os gânglios basais estão formados desde o nascimento e trazem prontas reações emocionais adquiridas filogeneticamente, desde os mamíferos inferiores, ou mesmo dos répteis. Essas emoções podem ser ativadas desde a mais tenra infância, muito antes da fase verbal, de modo que o registro do que a desencadeou não chega à consciência. O registro consciente de um evento psíquico está ligado a sua localização dentro de um contexto de relações associativas, o que ocorre com a mediação do hipocampo, estrutura que só adquire pleno desenvolvimento aos 2 anos de idade, ou seja, em uma época aproximadamente coincidente com o aparecimento da linguagem verbal. Quando uma ocorrência é registrada com a mediação do hipocampo, diz-se que faz parte de um tipo de memória de longo termo chamada *declarativa* ou *explícita*, que é processada e rememorada pela consciência. Fazem parte deste tipo de memória as lembranças comuns do cotidiano. Quando o processamento se passa em estruturas mais primitivas, como a amígdala e os gânglios basais, ou seja, sem

a participação da consciência, diz-se de seu registro que é um tipo de memória *implícita* ou *não-declarativa*. Deste último tipo de memória faz parte, além da *memória de procedimento* (*procedural*) remanescente do cérebro dos répteis, como foi mencionado antes, a *memória emocional*, mediada pela amígdala, na qual emoções incondicionadas, isto é, primárias e pertencentes ao patrimônio genético da espécie, se juntam a outras condicionadas sem a participação da consciência (Le Doux, 1996; Pally, 1997).

Deste modo, as memórias declarativas ou explícitas (conscientes) são registradas no cérebro em locais diferentes das não-declarativas ou implícitas (inconscientes). Dentre estas últimas encontram-se emoções experimentadas em estágios pré-verbais e não passíveis de se tornarem conscientes, acontecidas em época anterior ao amadurecimento do hipocampo, não tendo recebido a mediação deste. Deve ser registrado que, além da memória emocional, a memória implícita de procedimento é de suma importância para a compreensão de diversos processos normais e patológicos, como observou Yusaku Soussumi (1999), pois é a sede daquilo que foi chamado por Hartmann (1939) de *automatismos pré-conscientes*, além da conduta repetitiva presente não só em transtornos obsessivos, mas também provavelmente em muito do que Freud descreveu como compulsão à repetição, inclusive a transferência.

O conhecimento neurocientífico da memória implícita deflagrou acesa controvérsia entre os psicanalistas, pois alguns (Stern-1998; Fonagy-1999) usam essa nova compreensão para considerar secundário e mesmo obsoleto o papel da interpretação do reprimido, contra a opinião da maioria, que defende a postura clássica. Há ainda os que se colocam a meio-caminho, mostrando a pluralidade de meios pelos quais a psicanálise atinge seus fins terapêuticos (Gabbard e Western-2003). Embora não seja meu propósito trazer essa polêmica para cá, penso que, depois de mais ampla compreensão do fenômeno da memória, será inevitável que a psicanálise deixe definitivamente de ser um método meramente interpretativo, como foi apontado por Freud desde 1920. Ao elaborar o *Projeto*, ele já declarara que “uma

teoria psicológica para merecer qualquer consideração deve fornecer uma explicação sobre a ‘memória’”, (1950 [1850], p. 299). Só um século depois a ciência começa a trazer evidências capazes de viabilizar essa explicação; quando isto se concretizar, os defensores do *establishment* não terão alternativa, senão curvarem-se à verdade científica. Por enquanto, continuarei me atento à fundamentação da ação terapêutica da relação intersubjetiva.

A respeito da conduta técnica face às memórias implícitas, intrinsecamente inconscientes, R. Pally (1997, p. 1231) fez o seguinte comentário:

Contudo, uma vez que a memória implícita é não-conceptual e não-lingüística, pode ser difícil pesquisá-la em sua plenitude utilizando o método da livre associação verbal. Algumas das expansões da investigação analítica, como a análise das reações contratransferenciais, das fantasias do analista, da ressonância empática e da sensibilidade para a comunicação não-verbal, são instrumentos que podem ser mais eficazes para dar conta da experiência codificada como memória implícita.

Neste contexto, em que o afeto assume uma posição central na técnica psicanalítica, podemos acrescentar ainda a seguinte afirmação de Marjorie Brierley:

A dinâmica da psique é a dinâmica do afeto. (...) Não tenho qualquer intenção de minimizar a importância da inteligência nos analistas, mas é vital lembrar que o processo de análise não é um processo intelectual, mas afetivo. (...) Devemos interpretar os afetos de maneira inteligente, mas só podemos fazê-lo se formos capazes de entrar em contato com eles por “empatia”. É somente através de empatia que podemos estar certos sobre o que o paciente está sentindo. Para mim, a empatia, a verdadeira telepatia, é indispensável a uma análise bem-feita. (1937 p. 266/7)

Assim, o uso da transferência se faz condição *sine qua non* da técnica psicanalítica. Quando o analisando repete situações afetivas da mais tenra infância, o par analítico reconstitui uma versão atualizada da dupla mãe-bebê (*enactment*), em que as falhas iniciais de empatia e *attachment* podem ser corrigidas. Conhecendo o que se passa em uma relação intersubjetiva e tomando conhecimento da natureza das primeiras relações afetivas do paciente através da transferência, o analista pode oferecer-se como bom objeto de identificação e passar a integrar a estrutura de sua personalidade, atenuando as falhas da estrutura primitiva. Quando falo em bom objeto de identificação, estou me referindo ao que foi descrito por Freud como a primeira ligação afetiva entre duas pessoas, que ensaja a internalização do analista pelo paciente da mesma forma que o objeto primitivo foi introjetado, condição em que pode amenizar as deficiências empáticas deste último. Essa forma de identificação corresponde aos aspectos neuroquímicos já citados, segundo os quais mãe e filho têm seus organismos ajustados para reagirem sintônica e sincronicamente.

Obviamente, esse trabalho em profundidade da análise só é viável se a transferência for tão completa que o paciente consiga reviver lembranças situadas nos mais recônditos desvãos de sua história afetiva. Não será possível uma restauração completa das falhas estruturais, pois os componentes inatos de desenvolvimento do ego necessitam de estímulos apropriados do ambiente em época adequada, sem os quais poderão atrofiar-se de modo irreversível. Mesmo esses fatores podem ter seu desenvolvimento resgatável em parte. Foi visto antes que os bebês nascem preparados para reproduzir todos os fonemas humanos e que só desenvolvem aqueles a que forem expostos (os da língua materna), perdendo progressivamente a capacidade de reprodução dos fonemas não ouvidos. No entanto, outras línguas diferentes da original podem ser aprendidas posteriormente, apesar de não tão perfeitamente quanto a nativa. Da mesma forma, mesmo que o liame transferencial não seja igual à relação original mãe-bebê, seu campo de operação se situa em

registros mnêmicos que reproduzem um clima afetivo propiciador de aquisições afetivas e ideativas bastante aceitáveis, capazes de modificar a estrutura da personalidade. No capítulo seguinte tratarei mais especificamente dos fundamentos metapsicológicos dessa capacidade da psicanálise, bem como das evidências neurobiológicas que a autorizam a assegurar que seu método é capaz de restaurar falhas básicas de desenvolvimento. Por ora, retornarei à descrição dos fundamentos da técnica.

Os elementos fundamentais da técnica psicanalítica aqui descritos se desenvolvem em uma ambiência (*setting*) apropriada para sua instalação e desenvolvimento. O *setting* é uma espécie de *ambiente médio expectável* imprescindível para que o processo psicanalítico se estabeleça e se desenvolva a partir da criação de uma *aliança terapêutica* entre paciente e analista. Neste sentido, o *setting* é um suporte (*holding*) tão basilar para que a díade analista-analisando mergulhe no processo analítico, como o analista é o *holding* para o estabelecimento da transferência e da regressão do paciente. O analista exerce uma *função materna* ou *parental* atualizada para a realidade presente do paciente, que é simbólica e funcionante apenas na realidade interna, na qual se localiza o cenário afetivo vivido transferencialmente.

A preservação estrita do *setting* é uma das funções primordiais do analista (Meltzer, 1967), particularmente durante um período em que a análise funciona em um campo de estruturação da porção inconsciente do ego, onde se encontram as *estruturas afetivas* e as falhas básicas. Desde que se tenham produzido reestruturações significativas no ego, este será capaz de tirar proveito das interpretações do analista, que são intervenções na esfera ideativa através das quais o conteúdo inconsciente reprimido é traduzido e vinculado pelo pré-consciente.

18. A neurociência e os progressos no campo da teoria da técnica

Penso que o progresso da teoria psicanalítica dependerá de afinar suas hipóteses com os achados da neurociência, enquanto

que o desenvolvimento da técnica consistirá no aprofundamento da compreensão das estruturas afetivas implicadas na transferência, para que possam ser vinculadas pelas estruturas ideativas. O conceito metapsicológico de afeto ainda é escassamente compreendido, mas seu papel fenomenológico foi sempre reconhecido como essencial no processo psicanalítico. Por isso, o uso da empatia tem sido empírico, sem um conhecimento científico para fundamentá-lo, estando sempre ligado a procedimento intuitivo. A intuição é instrumento importante do arsenal terapêutico psicanalítico, mas deve ser usada com parcimônia e sabedoria, para evitar o risco de interpretação leviana, como Freud já chamava a atenção em 1900. Hoje que dispomos de conhecimentos não só metapsicológicos, mas também neurocientíficos para dissecarmos as entranhas da empatia, podemos conduzir-nos empaticamente com segurança científica e canalizar a intuição para uma compreensão não-leviana.

Não quero, contudo, passar a idéia de que o trabalho da análise se encerra com a restauração por via empática de falhas estruturais do ego. Por mais básica que seja, essa é apenas uma parte da tarefa analítica. Ficar somente nela é fazer o que chamei de *psicanálise de espectro restrito* (1993). Se quisermos fazer uma *psicanálise de amplo espectro*, não podemos perder de vista que, além da restauração dessas estruturas, cumpre ainda desenvolver o ego, tornando-o menos dependente do superego e anexando novas porções do id. Para isso, é preciso atuar também nas estruturas ideativas e imergir no id reprimido, papel desempenhado pelas interpretações propriamente ditas. A empatia diz respeito a uma fase pré-verbal de narcisismo primário, ou seja, da identificação primária. Transposta essa fase, penetramos na etapa propriamente verbal, de relação objetal e de identificação secundária. É aqui que a psicanálise convencional ou clássica, com predominância de interpretações do conteúdo do reprimido, assume a plenitude de seu papel. Não me deterei neste lado da prática psicanalítica, pois constitui a psicanálise propriamente dita, sendo objeto de toda a literatura que trata da teoria da técnica. Inclino-me antes a falar de falhas estruturais do ego derivadas de relações afetivas defi-

cientes, que têm participação substancial no processo psicanalítico, e suas relações com a neurociência.

A finalidade última da psicanálise, em função da qual gravitam todas as manobras técnicas, consiste em promover elaborações normais pelo ego, meta traçada desde a *Comunicação Preliminar*, que continua prevalecendo mais de um século depois. A elaboração normal é parte da função precípua do ego de vinculação e síntese, a mais básica de todas as funções, que Freud situou *além do princípio do prazer*. Uma vez que a capacidade de vinculação exprime a tendência primeira do sistema nervoso de dominar excitações, não podemos deixar de voltar a estabelecer uma ponte com a neurociência.

Depois de já ter construído sua teoria em torno de um todo-poderoso princípio do prazer, Freud (1920g) constatou a existência de uma *função* anterior a ele, independente dele e mais básica que ele, sem a qual seria impossível a existência do prazer. Referia-se à função primária de *vinculação*, impeditiva da descarga automática da energia livre que tornaria inviável não só o prazer, mas a própria vida. Portanto, o prazer é uma *tendência* do aparelho psíquico que nem sempre pode atingir seu objetivo, na medida em que há prazeres incompatíveis com a vida. Em sentido estrito, o princípio do prazer é em si o princípio da morte — o nirvana. Freud mostrou também (1900 e 1915e) que a energia livre que ocupa uma *representação-coisa* (concreta) é vinculada pela *representação-palavra* (abstrata), mediante a qual se torna consciente (1900 e 1915e). Sabendo-se que o hemisfério cerebral esquerdo é a sede da linguagem verbal e do pensamento racional, enquanto que o direito é literal e concreto, sendo a sede das emoções, pode ser inferida uma semelhança com as duas formas de energia psíquica, livre e vinculada. Há também similitude com as defesas do ego contra a invasão de impulsos capazes de desestabilizá-lo, que são impedidos de se tornarem conscientes.

Quando o ego domina esses impulsos, permite sua livre entrada, elaborando-os e absorvendo-os como seus. Se não pode dominá-los, repele-os, excluindo-os de seu campo e impedindo-os de ter acesso à consciência. É flagrante a analogia com as especificidades dos dois

hemisférios descritas antes. Porém, como vimos, o papel do hemisfério esquerdo de guardião da estabilidade tem a função adaptativa de preservação da vida. Podemos ver um papel similar nos mecanismos de defesa do ego, que, por não ser suficientemente forte, se mutila para impedir a penetração de impulsos desestabilizadores de sua organização. Essa mutilação, observada clinicamente sob a forma de enfraquecimento do ego, tem expressão anatômica e fisiológica, como observou Teicher, ao relatar a diminuição de volume no hemisfério esquerdo. Relewa notar que esse neurocientista relatou experiências com transtornos de personalidade; nossa experiência clínica revela, todavia, que transtornos de desenvolvimento ocasionados por incontáveis microtraumas cotidianos, conducentes a debilidades (mutilações) diversas do ego, também devem corresponder a distúrbios no nível fisiológico, embora estes não sejam ainda detectados em exames laboratoriais. Essa é uma ilação natural, se pensarmos que todo o psíquico exprime algo que está se passando no cérebro. O ego portador desse tipo de mutilação não pode fazer face a certas demandas intuituais, das quais se afasta por meio de mecanismos de defesa. A função precípua do trabalho analítico é desenvolvê-lo e fortalecê-lo para dominar os impulsos e incorporá-los a seu campo de ação, isto é, *vinculá-los* — nisto consiste a elaboração almejada.

Em vista da natureza vital do processo vinculatorio, há muito a ser observado em sua convergência com a neurociência. A respeito da característica do hemisfério esquerdo de demorar algum tempo antes de absorver experiências afetivas, a psicanálise deve estar atenta ao que se passa nos dias atuais, quando experiências novas se sucedem em ritmo vertiginoso, em decorrência das transformações incessantes trazidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico. A globalização ameaça desestabilizar culturas longamente constituídas; a velocidade com que novidades se sucedem, criando costumes que não se sustentam, dando a impressão de transitoriedade incessante, tudo isso faz com que o ego não tenha tempo suficiente para a absorção desses lances vividos freneticamente, não sendo, por isso, capaz de vinculá-los e incorporá-los. A plethora de novas informações

põe em risco a estabilidade conseguida pelo hemisfério esquerdo, ao passo que apenas os egos fortes se adaptam às mudanças e conseguem acompanhar o ritmo acelerado da vida moderna sem se deixar desestruturar. Quando me refiro ao ego como instância metapsicológica, cuja função capital é a de síntese e organização, parece-me válido supor que sua contrapartida neurocientífica é o funcionamento equilibrado e harmônico dos dois hemisférios cerebrais em ação recíproca.

Os egos mais frágeis defendem-se da forma que estiver a seu alcance. Em consequência dessas defesas, nota-se uma contração narcísica, observada, no plano individual, na tendência ao desenvolvimento de transtornos de personalidade de tipo narcísico, *borderline* e anti-social, os quais, como foi observado por Teicher, podem corresponder a contração anatômica do hemisfério esquerdo e do corpo caloso. No plano social, uma faceta da reação ao progresso desabalado é o recrudescimento de duas tendências conservadoras: (1) o renascimento do apego às mais diversas modalidades de religiões, que se ramificam sob a forma de práticas alternativas de cunho mágico, e (2) o fortalecimento de movimentos ideológicos radicais, fenômenos que provavelmente serão a marca da primeira metade do século. Outra forma de defesa consiste em um alheamento à realidade por meio de busca irrestrita do prazer, através de encastelamento narcísico de cunho auto-erótico, às vezes revestido de pseudogenitalidade, sob cuja máscara atitudes de cunho masturbatório oral, anal e fálico se deixam entremostrear.

A psicanálise deverá estar atenta a esses fenômenos, pois todo psicanalista tem experiência com a resistência, através da qual o analisando procura evitar a penetração em região de seu aparelho psíquico que procurou manter inexpugnável durante toda a vida. Com essa barreira natural reforçada pelas peculiaridades inerentes à civilização pós-industrial globalizante, também chamada pós-moderna, resistências surgem contra a própria psicanálise, muitas vezes disfarçadas de apoio, com a intenção sub-reptícia de retirar-lhe o papel de investigadora da verdade e indutora do desenvolvimento psíquico.

Considerando que a civilização contemporânea gera uma superabundância de estímulos não vinculáveis de modo conveniente, a psicanálise tem de se preparar para acompanhar a transformação dos costumes, bem diferentes daqueles em vigor durante o primeiro século de sua existência, pois atuam sobre a mente de modo também diferente, influenciando sua estruturação. Aos poucos, os motores que impulsionaram o progresso industrial foram sendo superados, como impacto sobre as atividades humanas, pela tecnologia que introduziu a informática e a navegação virtual.

Diante dessa novidade, a tendência inicial dos psicanalistas é a conservadora de negar legitimidade ao processo de mudança, condenando o modo de vida atual e negando o fato de que o rumo tomado pela civilização científico-tecnológica é irreversível. Em vez de estudar as transformações e ver suas repercussões sobre a personalidade humana, preferimos considerar os conhecimentos psicanalíticos definitivos, em vez de vê-los com capacidade plástica suficiente para acompanhar os rumos da civilização e analisá-los. Em uma postura contrária, que tem a mesma raiz da outra, há também uma tendência a introduzir afoitamente todas as modificações, em um vale-tudo que retira a identidade da psicanálise. A primeira atitude assemelha-se à ação conservadora do hemisfério esquerdo; a segunda, à do hemisfério direito. Em qualquer circunstância, a integridade da mente estaria em risco, pois, como foi visto antes, a mente hígida depende da ação recíproca de ambos os hemisférios.

Em qualquer caso, essa postura me parece existir em razão de a psicanálise não se ter adaptado às transformações, mantendo uma visão da estrutura psíquica delineada pelos padrões da civilização industrial que se fizeram prevalentes pelo menos até o terceiro quartel do século XX. Naquele período histórico, as diversas novidades trazidas pela ciência foram introduzidas em um ritmo assimilável pelo ego médio da população, que podia dispor de uma quantidade de energia suficiente para exercer suas funções de modo razoável, mantendo estável pelo menos a função de organização e síntese. Era o chamado ego íntegro, capaz de relacionar-se em suas três frentes distintas e

produzir psicopatologia derivada precipuamente de conflito com o id. Sempre existiram outros quadros psicopatológicos, decorrentes de conflitos nos outros *fronts* (superego e realidade), contudo, os compreendidos pelas psiconeuroses de defesa foram o traço marcante da sociedade industrial em fase de *boom* que prevaleceu no primeiro século da psicanálise.

Não foi sem razão que as coisas ocorreram assim. As exigências de mudanças feitas pela realidade ao ego se fizeram de modo paulatino ao longo da história e da pré-história. A primeira grande revolução cultural representada pela agricultura e pela domesticação dos animais surgiu há cerca de dez mil anos, provavelmente ligada ao término da última glaciação, e a segunda, a industrial, só surgiu há cerca de dois séculos. O longo intervalo entre essas grandes rupturas no processo cultural contribuiu para que mudanças de costumes ocorridas nesse período fossem assimiladas e elaboradas de maneira mais ou menos natural, dando ensejo a que sólidos sistemas de crenças e ideais pudessem ser estabelecidos e mantidos como *cláusulas pétreas* consensuais e paradigmáticas da civilização. Tais crenças e ideais, além de constituírem forte identidade entre o ego e o superego, representavam uma limitação da capacidade do ego de esquadrinhar a realidade e percebê-la de forma mais acurada, além de impedir a satisfação de desejos do id que pudessem pôr em risco a estabilidade alcançada. Grosso modo, essa situação, com algumas variações, prevaleceu por alguns milênios, durante os quais as estruturas psíquicas não devem ter entrado em conflito em nível de conflagração indutora de desorganização radical da mente coletiva.

Quando Freud se interessou pelo estudo dos fenômenos psicopatológicos, a humanidade estava nesse estágio de civilização em que as pessoas possuíam, em média, um ego integrado o suficiente para impedir, por meio de elaboração, sublimação ou repressão, a satisfação original dos impulsos instintivos censurados pelo superego. Os estímulos externos feitos ao ego não eram de magnitude suficiente para promover defesas maciças contra a realidade externa ou contra o superego, na medida em que esses estímulos externos pudessem despertar desejos reprimidos.

Ainda no tempo de Freud teve início a eclosão de novos acontecimentos que iriam mudar definitivamente a face da humanidade. Neste sentido, a Primeira Guerra Mundial parece ter sido o embrião da globalização. De lá para cá, o processo de globalização tomou vulto inimaginável, passando pelo rádio, cinema, televisão, culminando na informática e na navegação virtual, em consequência de avanço científico sem precedentes na história da humanidade. O desenvolvimento possibilitou que os desejos humanos se tornassem realizados como nunca foram sequer imaginados, com as facilidades exigindo pouco esforço do ego. Fantasias que nunca se pensou pudessem sair do estágio de imaginação podem hoje ser concretizadas através de uma realidade virtual, que provoca identidade entre fantasia e realidade. Em suma, o ego passou a receber estímulos em proporções antes impensáveis, que passaram a pôr em xeque diuturnamente sua capacidade de integração e síntese.

Em consequência de tantas novidades em tão pouco tempo, o ser humano não vive como há pouco tempo. Ainda não foi bem avaliado o impacto que a realidade virtual tem sobre o psiquismo humano. Pode-se supor que ela tende a ocupar grande parte do espaço da realidade propriamente dita. Ao contrário do que possa parecer, a realidade virtual não é imaterial, mas apenas nova feição de determinada realidade, cuja relatividade é hoje bem conhecida. Quando vemos uma estrela, imaginamos que ela esteja no lugar em que a vemos, quando na verdade está muito distante dali, pois o que vemos é apenas a luz por ela emitida quando esteve ali há milhares ou milhões de anos. Do ponto de vista do nosso cérebro, é indiferente se ela se encontra ali ou não, pois em qualquer circunstância, só poderia ser percebida a luz dela emanada. Essa é a realidade do cérebro: ele é que constrói as imagens que percebe, a partir de sinais eletroquímicos. Mesmo as representações mentais do que se percebe do mundo externo e do interior do corpo são apenas sinais eletroquímicos dispostos de modo semelhante ao de um código Morse. Do ponto de vista do cérebro, toda realidade é virtual, na medida em que só existe a criada por ele a partir de sinais que lhe chegam dos órgãos sensoriais.

Esse é o ponto de partida para a compreensão da mente como manifestação virtual do trabalho real do cérebro. Através da imagem virtual em um monitor de televisão um médico pode executar sofisticadas intervenções cirúrgicas em órgãos reais situados no interior do corpo, mesmo sem vê-los em seu estado real. De forma semelhante, engenheiros da NASA podem atuar sobre uma nave espacial em órbita de Marte, corrigindo-lhe rumos ou consertando-lhe instrumentos, pois a realidade virtual não é uma ficção, mas sinais eletromagnéticos emanados de uma realidade material. Por outro lado, a realidade material não passa de um conjunto de sistemas físico-químicos que, decodificados em circuitos neurais, tomam aquela feição particular que lhe é dada pela percepção, sem que se possa saber como ela é fora do que está no cérebro como representação. Com certeza, a total realidade externa não é a percebida pelo cérebro, pois este tem capacidade para apreender apenas alguns aspectos daquela. Em última análise, toda realidade é virtual, e não só a psíquica; ou ainda, só podemos ter certeza da realidade psíquica. Parece ser este o sentido da já citada afirmação de Llinás e Paré de que *“a vigília pode ser descrita como um estado de sonho modulado pela entrada de estímulos sensoriais”*.

Não é desejável que a psicanálise desconheça o que tem sido descrito pela neurociência, sob pena de continuar querendo viajar só de trem, como se fazia no tempo de Freud, quando a civilização já está no rumo dos vôos espaciais. O ritmo de novos avanços é tão acelerado, que um descompasso pode levar a uma perda de rumo sem retorno. As viagens de trem provavelmente continuarão existindo ainda durante muito tempo, todavia seus percursos tendem a ser cada vez mais limitados e seu uso também restrito. Do mesmo modo, a psicanálise, mesmo se se mantiver em seu estado atual, propende também a continuar seu caminho ainda durante muito tempo, apesar de suas limitações se tornarem progressivamente mais notórias. Se quiser ter vida mais longa e ampliar seu campo de ação deverá estar atenta às mudanças da civilização e suas repercussões sobre a estrutura psíquica. Quando as neuroses de transferência dominavam os quadros clínicos, era possível deixar de lado as neuroses narcísicas

e considerá-las fora do escopo psicanalítico. Agora que a situação se inverteu, a atitude está tendo de ser mudada sem que a psicanálise tenha se preparado convenientemente para a transformação.

Apresso-me a ressaltar que a analogia com o trem se refere apenas às mudanças estruturais da mente provocadas pela civilização pós-industrial, sem qualquer alusão à demora do método analítico. Ao contrário, as conseqüências narcísicas da vida pós-moderna fazem com que o processo psicanalítico tenda a alongar-se ainda mais, por ter de abranger falhas do ego, além de continuar lidando com o id reprimido. Sendo um método que trata de *transtornos de desenvolvimento* por meio de um processo regressivo-transferencial, ele é não só intrinsecamente demorado, mas também deve ser feito com uma freqüência tão grande quanto possível. Os métodos desenvolvidos em tempo curto tendem a aplacar situações conjunturais, sem removerem falhas estruturais e sem promoverem o desenvolvimento psíquico.

Podemos aqui raciocinar sobre a teoria da técnica psicanalítica que deve acompanhar essa civilização com superabundância de informações e estímulos, cujas repercussões se fazem sentir em todos os consultórios do mundo, onde os transtornos narcísicos predominam de forma avassaladora, deixando um estado de perplexidade universal, pois a psicanálise passou um século voltada para outra espécie de patologia. A saída dessa perplexidade passa pelo exame dos efeitos desses copiosos estímulos sobre o aparelho psíquico, que o impedem de estabelecer um sistema sólido de conhecimentos a partir das informações recebidas, os quais, para serem realmente sólidos, têm de abranger a afetividade.

De acordo com o que tem sido exposto aqui, sabe-se que a maturação e o desenvolvimento das tendências cognitivas do ego se dão através de interação afetiva com o objeto, e que esse sucedimento psíquico encontra correspondência cerebral na interação entre estruturas corticais cognitivas e subcorticais afetivas, mediada por neurotransmissor liberado durante a relação afetiva intersubjetiva. A vida contemporânea produz efeitos negativos sobre a fase crucial de interação afetivo-cognitiva, ocorrida na segunda metade do primeiro

ano de vida, na medida em que as mães são solicitadas a participar febrilmente das atividades socioeconômicas sem que outro objeto possa substituí-las à altura. Falhas no ego decorrentes dessa deficiência podem desencadear efeitos em cascata sobre o desenvolvimento posterior, levando o ego a não manter a integridade harmônica ideal para desenvolver-se adequadamente. Pode haver desenvolvimento desigual de suas diversas funções, de acordo com as situações externas estimulantes.

Vimos que, no ego íntegro atuante nas neuropsicoses de defesa, seu conflito é predominantemente com o id. No caso do ego com falhas estruturais básicas, uma vez que suas funções se desenvolvem irregularmente, muitas delas entram em conflito entre si, criando o que Hartmann (1950) chamou de *conflito intra-sistêmico* (dentro do sistema ego), para contrastar com o *conflito intersistêmico* (entre os sistemas ego e id). Enquanto nas psiconeuroses de defesa o ego se enfraquece pelo uso excessivo da função defensiva, no conflito intra-sistêmico sua debilidade é intrínseca, não podendo sequer lançar mão do mecanismo de defesa básico da repressão. São usados outros processos defensivos muito mais radicais e lesivos à integridade do ego, como divisão, projeção e negação (*Verleugnung*), que implicam mutilação do ego. O *transtorno do pânico*, por exemplo, tão comum nas personalidades narcísicas atuais, reflete um temor da iminência de dissociação do ego, uma espécie de despersonalização abrupta, experimentada como sensação de desfalecimento ou de morte próxima.

Os quadros patológicos implicados nesse processo dizem respeito ao próprio ego, afetando seu caráter, constituindo o que Freud denominou *neuroses de caráter*, nome que vem sendo substituído pelo que a psiquiatria clínica chama de *transtornos de personalidade*. Do ponto de vista metapsicológico, são quadros narcísicos, cujo cenário é o centro do ego, tendo origem em uma fase auto-erótica em que ainda não existia noção de objeto. As falhas básicas oriundas dessa fase, quando não são extensas o suficiente para gerar psicoses, costumam levar à estruturação de *personalidades narcísicas*, nome genérico que inclui personalidades de tipo imaturo, histriônico, esquizóide, para-

nóide, anti-social e *borderline*, as quais, por serem todas narcísicas do ponto de vista estrutural, costumam intercambiar suas características.

Deve ser esclarecido que esses tipos de patologia do ego sempre existiram, ao lado das psiconeuroses de defesa, só que geralmente em função de distúrbios individuais nos contatos iniciais com os primeiros objetos. Aqui, estou tratando do fenômeno que ocorre em massa na atualidade, em decorrência de injunções culturais, à semelhança do que aconteceu no passado, quando sociedades extremamente repressivas da sexualidade induziam os grandes quadros histéricos. O que era sintoma neurótico se transmutou em transtorno de caráter.

Em se tratando de falhas estruturais primárias do ego, e não propriamente de debilidade secundária derivada do exercício de funções defensivas, é evidente que a atitude analítica não pode ser a mesma nos dois casos, como foi observado por Freud, ao afirmar que os distúrbios narcísicos introduziriam modificações técnicas. Não se trata, para ser mais preciso, de alteração da técnica propriamente dita, mas de mudança de enfoque na compreensão do que o analisando mostra na relação, o que influencia a atitude analítica. Em um sentido estrito, é antes uma extensão da metapsicologia freudiana, enriquecida do conhecimento neurocientífico, à prática clínica de correntes atuais que se desenvolveram sem uma fundamentação científica. Uma vez que nas psiconeuroses de defesa o ego íntegro estabelece uma ligação objetal, está capacitado a participar ativamente do diálogo analítico, com transferência em um nível objetal. Nas patologias narcísicas, não há um objeto verdadeiro, mas um objeto narcísico, confundido com o sujeito, como Freud mostrou ao se referir à *escolha narcísica de objeto* (1914c). Nesse caso, não há na análise uma transferência para a pessoa do analista como tal, e sim para o analista confundido com o paciente: é o que Kohut (1971) chamou de *transferência narcísica para um objeto-self*.

Não sendo um verdadeiro objeto, o analista não pode esperar de início que o paciente preste atenção a suas intervenções como pessoa distinta, pois se interessará apenas pelo que lhe diz respeito diretamente. Qualquer intervenção do analista que não corresponda à

expectativa do paciente será recebida ou com indiferença total, como se o analista nada tivesse dito — Freud mostrou que a indiferença é uma forma de ódio (1914c) —, ou com ódio explícito, às vezes sob a forma do que Kohut (1972) chamou de *fúria narcísica*, ou daquilo que Kernberg (1984) denominou *narcisismo maligno*. É natural que seja assim, pois, uma vez que o analista é vivenciado como o próprio paciente, qualquer atitude do primeiro que contrarie a expectativa do segundo será experimentada como ferida narcísica, uma dor insuportável como costuma ser qualquer frustração para um bebê. Nesses casos, se o analista insistir em uma conduta interpretativa parecida com aquela desejável nas psiconeuroses de defesa, as reações narcísicas de hostilidade podem criar uma transferência negativa capaz de tornar a análise inviável.

A atitude adequada deve ser a de deixar-se levar pela necessidade do paciente de estabelecer uma transferência narcísica simbiótica, durante a qual a fala do analista deve ser prudentemente compreensiva, com escassas interpretações, para tornar-se continente da necessidade do paciente de reviver seus primeiros estágios de desenvolvimento, na linha do continente-contido de Bion. A compreensão prudente implica aceitação empática da transferência, desde que isto signifique não perder de vista a condição de objeto transferencial narcísico, o que exclui a tendência do analista de nessas situações sentir-se como objeto real, quando costuma atuar anti-analiticamente, isto é, como se fosse pai e mãe reais do paciente.

Ser objeto de transferência significa tornar-se o monitor através do qual o laço real que o paciente teve com os primeiros objetos pode ser visto em um plano virtual. Assim como um médico pode observar o que se passa no interior do corpo real de um paciente pela imagem virtual do monitor, também o analista, se mantiver a convicção de que a relação com o paciente é transferencial, isto é, virtual, é capaz de observar as relações do paciente com os objetos reais em seu passado revivido na transferência. Assim como o médico executa cirurgias no corpo real através do que vê na imagem virtual, o analista é capaz de promover modificações nos circuitos neurais reais do paciente

através das representações virtuais contidas nesses circuitos que são projetadas na relação virtual da transferência. As representações dos antigos objetos de identificação primária localizadas nos circuitos neurais formam as estruturas afetivas primordiais, de modo que o elo transferencial será a atualização do laço anterior, agora passível de alteração.

O objetivo central da técnica diante de falhas estruturais é diminuir tanto quanto possível a dimensão dessas falhas, o que se torna viável através da inserção do analista na relação anterior em que o objeto falhou na função materna. Isto se torna factível quando a relação anterior é repetida de forma virtual no aqui-e-agora, situação em que o analista, ao ser introjetado, propicia nova identificação primária, formando nova representação capaz de exercer influência positiva sobre a preexistente. Embora esse processo aparente ser inexequível, sua viabilidade se torna compreensível se tivermos em mente que estamos em presença de representações, isto é, de realidade virtual. Neste caso, a quota de afeto ligada à representação do objeto que exerceu a função materna é transferida para a representação do analista, que passa a ter valor afetivo semelhante à daquele objeto.

Assim como na videolaparoscopia tem de haver um cirurgião capaz de usar a imagem virtual para operar como pessoa real os instrumentos no interior do corpo real do paciente, na situação analítica o analista exerce o duplo papel de participante da relação virtual e de observador real dessa ligação, tendo em vista a capacidade do ego normal de se dividir em uma parcela que participa da experiência e outra que se mantém observadora da mesma experiência, característica a que Greenson (1967) atribuiu um papel decisivo na técnica psicanalítica. Da mesma forma, o paciente regredido transferencialmente mantém íntegra uma parte adulta apta a estabelecer relação real com o analista, uma vez que só esta pode constituir a aliança terapêutica através da qual a virtual, induzida por um processo técnico, pode ser compreendida e desfeita com o tempo para tornar-se real. Assim como a contratransferência é superada pelo analista através da capacidade de auto-análise de seu ego-observador, a transferência do paciente é

desfeita pelas interpretações do analista, que dão ao ego-observador do paciente a capacidade de elaborar essas interpretações e refletir sobre os *insights* adquiridos. Só depois que essa complexa cirurgia tiver sido feita no âmago da estrutura psíquica, o ego do analisando pode tornar-se íntegro e diferenciar-se do ego do analista, trocando as identificações primárias pelas secundárias, circunstância em que os conflitos intersistêmicos podem ser interpretados de maneira eficaz, bem como ser desfeita paulatinamente a relação transferencial.

A capacidade do analista de modificar estruturas psíquicas por meio empático, conquista inequívoca da técnica psicanalítica, tem hoje alguns de seus mecanismos neuroquímicos desvendados, quando se sabe que neurotransmissores provenientes da porção medial do cérebro, onde são liberados por estimulação afetiva da função materna, produzem o efeito de desenvolver circuitos neurais no córtex pré-frontal, responsável pela cognição e pela regulação dos afetos (Schores, 1994). Sabe-se agora que a revivência transferencial dessa interação afetiva pode ter a função de atuar nesses circuitos insuficientemente estimulados na infância precoce. Experiências neurocientíficas mostram que mesmo em pessoas adultas estímulos ambientais podem continuar influenciando sobre o crescimento dos neurônios. Diamond (1988) demonstrou que ratos adultos, mesmo com lesões de neurônios, tiveram crescimento de sinapses quando expostos a ambientes estimulantes. Kandel e Hawkins (1992) confirmaram que o estímulo pela aprendizagem causa mudanças no crescimento dos neurônios, com liberação de neurotransmissores e formação de novas sinapses. Por sua vez, Kempermann e Gage (1999) mostraram que o hipocampo, que desempenha papel decisivo no processo de memória, apresenta crescimento celular mesmo nos adultos. Schores (1994 e 1997) não só fala da existência de uma plasticidade cerebral que perdura por toda a vida, como afirma que essa característica permite que mudanças nas estruturas cerebrais podem ser obtidas a partir de método psicológico, mediante processos não-verbais implicados na transferência-contratransferência. Diz que *“há agora evidência convincente de que o córtex órbito-frontal medeia funcionalmente a*

capacidade de empatia com os sentimentos de outros e de reflexão sobre estados emocionais internos, da própria pessoa e de outras” (1997, p. 831). Segundo esse autor, diversas patologias ligadas a distúrbios de funcionamento do córtex órbito-frontal são atribuídas a transtornos precoces do desenvolvimento afetivo, como autismo, mania, fobias, alcoolismo e adição a drogas.

Por isso, todos os métodos psicoterápicos, sem exceção, sejam científicos ou de índole mágico-supersticiosa, podem ser efetivos para determinadas situações focais, já que sua ação se faz pela relação afetiva em si, de que participa um processo transferencial da função materna, sem embargo de o agente não ter noção disso, como M. Jourdan, o clássico personagem de Molière que fazia a prosa sem saber, ou a musa dos inefáveis versos do seresteiro, que, em um “chão de estrelas, pisava nos astros distraída”. A psicanálise diferencia-se de qualquer desses métodos por usar conhecimentos científicos das estruturas afetivas e ideativas para fundamentar uma técnica que visa ao desenvolvimento global da personalidade e não à remoção de sintomas isolados. Esses conhecimentos permitem mergulhar nas regiões abissais do oceano anímico, de onde dados de um passado imemorial são recolhidos e trazidos para uma superfície virtual. Esses dados são examinados meticulosamente e reconstituídos na medida do possível, de modo a deixarem de causar turbulências na superfície real. O mergulho é realizado em segurança quando monitorado por psicanalista familiarizado com as singularidades do campo observado. Em outro lugar (1993), dei uma idéia de como isso é feito, através do relato de diversos casos clínicos ilustrativos de uma *psicanálise de amplo espectro*.

A propósito, impende consignar que esse mergulho é metáfora semelhante àquela apontada por Freud (1900, pp. 536 e 610/11) em memorável advertência sobre a necessidade de não confundir o virtual com o real. Neste caso, não se trata de uma viagem ao passado concreto como se faz em filmes de ficção científica, pois quando se fala em mente pressupõem-se idéias ou representações — estas são sempre presentes, mesmo que representem o passado. Uma quota de afeto ligada à representação faz reviver a situação passada como atual.

É evidente que a recuperação do conteúdo dessas representações nunca será total, pois estas já se transformaram em estruturas psíquicas, que poderão ser modificadas mas não substituídas. Deste modo, aprender uma nova língua diferente da nativa é o melhor exemplo para ilustrar o que pode ser feito pela psicanálise, uma vez que a capacidade de aquisição da língua-mãe só ocorre uma vez e na época propícia: outra língua está fadada a carregar um sotaque quase sempre indistigível. A revivência de experiência afetiva anterior no aqui-e-agora se dá em uma situação em que o ego atual observador está atento ao que se passa e não participa da transferência, razão por que a restauração de uma falha básica nunca é completa.

Muito da *teoria* psicanalítica dos fenômenos psicopatológicos poderá vir a ser reformulada ou substituída com o tempo, porém é difícil imaginar que em futuro previsível a *técnica* psicanalítica deixe de ser o método de escolha na reestruturação de mentes com *transtorno de desenvolvimento* — este deve ser o verdadeiro nome para os chamados processos psicopatológicos —, tendo em vista sua condição de *método científico emulador das relações afetivas mais precoces e fundamentais*. A aplicação desse método sempre ocasiona ganhos no desenvolvimento do ego, desde que o analisando estabeleça aliança terapêutica e transferência positiva, e que o analista preserve o *setting* e se faça digno da confiança básica inerente ao processo transferencial — enfim, que seja recriado virtualmente o ambiente afetivo do passado mais distante.

Considerando a profundidade a que se deve chegar para realizar essa cirurgia da alma, é evidente que o processo de desenvolvimento é lento e longo, devendo realizar-se com a maior frequência possível. O que parece fora de dúvida aqui, através do estudo objetivo da neurociência, é que o método científico da psicanálise é indutor de uma espécie de *psicofarmacoterapia natural*, endógena e virtual.

19. Conclusão: metapsicologia científica e “psicanálise maior”.

Expus diversos achados da neurociência que reforçam hipóteses teóricas da psicanálise. Foi possível demonstrar, pelos próprios dados neurocientíficos, que a técnica psicanalítica instrumentada pela transferência fornece a maneira mais natural de produzir efeitos neuroquímicos no organismo através apenas da relação humana. O fato de a teoria geral da psicanálise estar podendo ver algumas de suas hipóteses confirmadas pela ciência objetiva corrobora a convicção de Freud de ser ela uma ciência natural. Autentica-lhe também a autonomia científica pretendida, circunstância em que pode receber a denominação de *metapsicologia científica*, que talvez correspondesse ao desejo mais genuíno de Freud.

O insuspeito Konrad Lorenz, criador da etologia moderna, confirma esse direito à autonomia do estudo do subjetivo, ao afirmar que corpo e alma são

simplesmente a mesma coisa), real e verdadeira em si mesma, da qual tomamos conhecimento por dois modos de conscientização diferentes e independentes entre si — assim como ocorre com a matéria e a energia, e com a radiação corpuscular e a radiação ondulatória. A barreira que separa os processos objetivamente fisiológicos e a vivência subjetiva, curiosamente, só existe para o nosso raciocínio e não para nossos sentimentos. (p. 88). Nossos processos de vivência subjetiva gozam do mesmo grau de realidade como tudo o que pode ser expresso em termos das ciências naturais (p. 15).

Considerando o que foi visto antes, isto é, que não existe diferença, quanto à materialidade, entre o que é real (objetivo) e o que

é virtual (subjetivo), na medida em que este é uma versão psíquica daquele, concluímos que a psicanálise tem tanto direito quanto a neurociência de reivindicar o *status* de ciência natural, como Freud sempre defendeu com convicção inabalável.

Em sua forma peculiar de descrição, a psicanálise formulou suas próprias hipóteses, que não têm de seguir as da neurociência, apesar de deverem ser balizadas por ela. Ao produzir evidências científicas objetivas que não podem ser contraditadas por hipóteses subjetivas, a neurociência dá-nos importante contribuição no sentido de demarcar os limites de nossa teorização, apontando-nos a fonte da imagem virtual que contemplamos, não dando guarida a formulações teóricas fantasiosas, por mais intelectualmente brilhantes que possam ser. Usando metáforas de Freud, essas verdades concretas fazem com que nos lembremos sempre do *verde eterno da experiência* quando nos sentimos tentados a nos perder na *teoria cinzenta* (1924b [1923], p. 148); se não resistirmos à tentação, *deve ser confessado que a expressão e o conteúdo do nosso filosofar começam a adquirir uma incômoda semelhança com o modo de funcionamento dos esquizofrênicos*. (1915e, p. 204)

Ao desenvolver nossa ciência psicológica sem perder de vista o que se passa no cérebro, teremos muitas vezes, como observou Eagle (1994), de corrigir rumos, reformular conceitos e abandonar algumas hipóteses. De modo semelhante, Hartmann (1950) acreditava que as reconstituições da infância mais remota inferidas de dados da análise de adultos deveriam ser retificadas quando não coincidissem com observações diretas de bebês.

Como exemplo de correções conceituais a serem feitas podem-se citar algumas ilações a respeito da energia psíquica, o princípio motor por excelência do aparelho psíquico freudiano. Não obstante desconhecer sua natureza, Freud a imaginava, pelo menos no que concernia à libido, corresponder a substâncias químicas especiais ainda desconhecidas (1905d e 1914c), presumivelmente os hormônios sexuais (1918a [1919]), sendo esse o ponto de partida para a classificação

dos instintos em sexuais e de autopreservação, tendo em vista a disposição especial das células germinativas frente ao restante do corpo. Essas substâncias químicas especiais provocariam excitações sobre as células nervosas, demandando-lhes trabalho (1915c). Ignorando como se dariam essas excitações, acreditava que a biologia elucidaria o problema em futuro não muito distante (1920g). Embora tivesse depois ampliado o conceito de sexualidade formulado originalmente nos *Três Ensaio*s para muito longe da genitalidade propriamente dita, o fato é que as células germinativas e as substâncias químicas a elas associadas permaneceram sendo a bússola norteadora do raciocínio de Freud no tocante à energia psíquica.

Informações trazidas pela neurociência atual mostram que a complexidade do processo excitatório cerebral não permite raciocinar em termos tão simples. Existem afetos primários associados à preservação da vida sem conexão direta com a sexualidade. O temor de castração é, sem dúvida, afeto de importância indiscutível na produção de processos psicopatológicos nos homens, entretanto, há outros também fundamentais, de natureza diversa. A interação mãe-bebê, que comanda os processos de *attachment* e empatia, se passa em uma esfera neuroendócrina fora do âmbito da sexualidade, dando conta da existência de um universo afetivo muito mais amplo que o sexual, tema que tive oportunidade de desenvolver em outro lugar (1996). Sabemos hoje que o prazer se relaciona com a liberação endógena de substâncias químicas, que estão presentes nos múltiplos componentes sexuais, sem serem exclusivas ou dependentes deles. Ao contrário, sua liberação pode ser estimulada por situações diversas, como ingestão de alimentos, aproximação da mãe quando um bebê (ou filhote) esteve separado dela, em estados de exaustão física (atletas em determinados estágios de maratona), ou até mesmo como reação sinalizadora da morte iminente de um doente em fase terminal. O estado de prazer pode ser também induzido por substâncias exógenas, como os opiáceos, com ação similar à das endógenas. Ademais, o próprio hormônio sexual, que seria o substrato químico da energia

psíquica postulada por Freud, sabemos hoje estar ele na dependência de hormônios secretados pelo hipotálamo que regulam a liberação pela hipófise de hormônios com ação sobre os sexuais. Sabendo-se da natureza do papel do hipotálamo no cérebro, sobretudo no que concerne às emoções, podemos ver que a sexualidade está intrinsecamente mesclada com inúmeros processos químicos cerebrais não relacionados com ela diretamente. Acresce que a ausência de centros reguladores definidos no cérebro desencorajam o acolhimento de hipóteses reducionistas como a da onipresença onipotente da sexualidade.

O apego exacerbado à idéia de uma ubiquidade sexual levou Freud a negligenciar durante quase toda a vida a autonomia da agressividade em relação à sexualidade, não tendo tido tempo, depois de reconhecer esse descuido inexplicável (1930a), para dar consequência clínica à retratação. Coube a M. Klein introduzir aquela novidade na clínica, feito suficiente para consagrá-la como uma das mais importantes figuras da história da psicanálise. Mas o *insight* tardio de Freud não resultou de escrutínio adequado do papel da agressividade como a ciência biológica a vê hoje. Foi vista como derivação de um hipotético instinto de morte surgido de especulação em torno da morte natural dos seres vivos. O raciocínio foi este: se os seres vivos morrem, devem ter um instinto com essa finalidade, e só conseguem permanecer vivos enquanto forem capazes de defletir para o exterior a tendência autodestrutiva originária, que se transforma então em agressividade. Perdida a capacidade de deflexão, deixam de viver por sucumbirem à ação do instinto de morte.

É improvável que a ciência possa dar sustentação a essa engenhosa especulação. Ao contrário, os biólogos trabalham hoje com a idéia consensual de que o conjunto de fenômenos que se passam no ser vivo tem por objetivo a preservação da vida, finalidade para cuja consecução são usadas não só a respiração e a nutrição, através das quais se efetuam trocas de substâncias com o mundo exterior, mas também a sexualidade, mediante a qual as trocas são feitas com outro

ser vivo da mesma espécie, e a agressividade, por meio da qual é exercida a defesa contra ameaças à vida.

Isto posto, o ser vivo é impulsionado originalmente na direção da conservação da vida, e a sexualidade e a agressividade fazem parte desse impulso tanto quanto a respiração e a nutrição, embora esses quatro elementos atuem em estágios diferentes, em razão de terem surgido em situações adaptativas diversas. Quanto à morte, não parece justificável vê-la como tendência da natureza de um *Trieb*, na medida em que corresponde a desgaste de energia inerente ao processo vital, enquadrado na segunda lei da termodinâmica. Anteriormente (1974), em uma época em que raciocinava levando em conta a existência de um instinto autodestrutivo, tive oportunidade de associar o instinto de morte à entropia, não me dando conta então da impropriedade de atribuir àquele fenômeno físico qualidade de instinto. Uma vez que a *segunda lei* se aplica aos sistemas fechados de todo o universo físico, parece inadequado caracterizar a entropia como um *Trieb*, por ser este último um conceito do âmbito da biologia. É mais razoável considerar apenas o *Trieb* de vida como irreduzível, dele fazendo parte (1) a nutrição, para a preservação da vida individual; (2) a sexualidade, para conservação da vida através da espécie; (3) a agressividade, para defesa da vida do indivíduo e da espécie. Tendo em vista sua dupla função, a agressividade se mescla tanto à nutrição quanto à sexualidade.

Freud percebeu de certa forma esse único *Trieb* irreduzível ao conceituar um instinto de vida abrangente da autopreservação e da sexualidade. Em vez de ver o instinto de vida como único e trazendo dentro de si a contradição de estar voltado para a vida individual e para a da espécie, preferiu situar a oposição fora do instinto de vida, em um pouco provável instinto de morte. Curiosamente, ele mesmo propusera antes a autopreservação e a sexualidade como dois instintos irreduzíveis em oposição, idéia que abandonou depois que o conceito de narcisismo transtornou os pressupostos teóricos, causando perplexidade ao mostrar que o ego, sede da autopreservação, também usa a libido, considerada

a energia do instinto sexual. Depois de abandonar a razoável hipótese dualista inicial e deslocar a dualidade para duvidoso conflito entre os instintos de vida e de morte, procurou minimizar a oposição realmente existente no interior do instinto de vida. Reduziu o valor dessa oposição de maneira surpreendente: pôs a autopreservação subordinada à sexualidade, explicitando esse ponto de vista formalmente:

*De acordo com esta concepção temos de distinguir duas classes de instintos, uma das quais, os **instintos sexuais ou Eros**, é longe o mais notório e acessível ao estudo. Ele compreende não apenas o instinto sexual desinibido propriamente dito (...), mas também o instinto autopreservativo, que deve ser atribuído ao ego e que no princípio de nosso trabalho analítico tivemos boa razão para contrastar com os instintos sexuais objetivos.* (123b, p. 40 — destaque meu)

Ao dar ao instinto de vida o nome de *Eros* (1920g) já sinalizara estar determinado a equacionar a vida com a sexualidade, girando a primeira em torno da segunda, visão colidente com a da biologia atual. De qualquer forma, à guisa de válvula de segurança, jamais deixou de acreditar na existência de uma energia própria do ego, de natureza autopreservativa e diferente da libido, que chamava de *interesse*.

Considerando que todo o esquema da psicanálise foi concebido a partir de dados surgidos de uma estreita janela por onde entrava apenas a energia psíquica equacionada com a libido sexual, os conhecimentos recentes trazidos pela ciência biológica apontam para um horizonte muito mais amplo, no qual um fecho de luz mais intensa aclara novas hipóteses teóricas e nova compreensão da técnica. Essa iluminação alvissareira nos enseja divisar novos coloridos afetivos impregnando os processos transferenciais, sem prejuízo da estrutura metapsicológica freudiana básica. Esta, por ter sido concebida dentro de critérios científicos sérios, é capaz de corrigir equívocos conceituais e abrigar novas observações sem perder sua consistência básica.

No que concerne aos conflitos internos da psicanálise, seus impasses e suas crises, penso que esses problemas são passíveis de solução através da retomada da visão freudiana da mente como síntese de afeto e pensamento, em uma perspectiva evolucionária. Essa visão confere à teoria freudiana abrangência capaz de fornecer um continente teórico para os avanços clínicos alcançados pelas diversas correntes pós-freudianas, unificando-as e reduzindo o regionalismo que lhes é inerente. Agora que já podemos contar com parâmetros científicos objetivos, torna-se viável dar consequência ao estudo do narcisismo que Freud teve de pôr de lado por falta de meios para desenvolvê-lo. A chegada a esse ponto torna realidade a psicologia do ego por ele vislumbrada como uma *psicanálise maior*, de amplo espectro, com a qual tinha a esperança de fazer parecer modesto o que fora conquistado com o trabalho sobre a libido sexual reprimida, de espectro restrito. O encontro dessa psicologia do ego freudiana, além de resgatar o espírito do *Projeto*, incorpora a ciclópica contribuição teórica da corrente americana derivada da obra de Hartmann, colaboradores e seguidores, assim como dá sustentação às inovações clínicas atuais, principalmente as derivadas da obra de M. Klein, Winnicott e Kohut. Sem o apoio da estrutura freudiana, essas correntes carecem de fundamentação metapsicológica consistente que lhes permita a sintonia com a ciência aqui alvitrada. A teoria freudiana adaptada às conquistas científicas atuais tem a vantagem de ser inequivocamente uma ciência natural, o que insere a psicanálise na comunidade científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Y. A. (1999) *Aspectos Psicodinâmicos do Transtorno do Pânico: Um Estudo Comparativo com o Transtorno Depressivo Maior*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Psiquiatria da UFRJ.

ANDRADE, V. M. (1974) Velocidade e instinto de morte — *Rev. Bras. Psicanál.*

_____. (1986) — Memória e psicanálise: a ação recíproca de percepção e memória na estruturação da mente. *Rev. Bras. Psicanál.* 20 - 4.

_____. (1989) - O ego, o *self* e o conceito de representação. *Rev. Bras. Psicanál.* 23-3.

_____. (1993) *Psicanálise de Ampla Espectro*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____. (1996) Sexo e vida em Freud. *Rev. Bras. Psicanál.* 30: 799-820.

_____. (1997) Criatividade, cultura e estrutura psíquica. *Rev. Bras. Psicanál.* 31: 581-601.

_____. (2003) *Affect, thought and consciousness. Neuro-Psychoanalysis*, vol. 5 — nº 1: 71-80.

BALINT, M. (1968) *The Basic Fault*. N. York: Brunner/Mazel Publishers.

BRETHERTON, I. (1995) The origins of attachment theory, in *Attachment Theory*, ed, S. Goldberg, R. Muir, & J. Kerr. Hillsdale, NJ: The Analytic Press Inc.

BRIERLEY, M. (1937) Affects in theory and practice. *The International Journal of Psycho-Analysis* 17: 256-268.

BION, W. (1973) *Bion's Brazilian Lectures - 1*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1974.

_____. (1974) *Bion's Brazilian Lectures - 2*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda. 1975.

BOWLBY, J. (1960) Ethology and the development of object relations. *The International Journal of Psycho-Analysis* 41: 313.

_____. (1969) *Attachment and Loss*. London: Hogarth Press.

CHURCHLAND, P. S. (1986) *Neurophilosophy — Toward a Unified Science of the Mind/Brain*. Cambridge: The MIT Press.

CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. Westport: Praeger Publishers.

CLAPAREDE, E. (1911) Recognition and “me-ness”, in *Organization and Pathology of Thought*. N. York: Columbia University Press. *Apud* Pally, R. (1998a).

CRICK, F. (1994) *The Astonishing Hypothesis — The Scientific Search for the Soul*. London: Simon & Schuster.

DAMASIO, A. (1994) *Descartes' Error — Emotion, Reason and the Human Brain*. N. York: G. P. Putnam's Sons.

DARWIN, C. (1859) *The Origin of the Species*. London: Encyclopaedia Britannica, Inc. - Great Books of the Western World.

_____. (1872) *La Expresion de las Emociones en los Animales y en el Hombre*. Madrid: Editorial Alianza, 1984.

DAWKINS, R. (1976) *The Selfish Gene*. N. York: Oxford University Press, 1987.

_____. (1995) *River Out of the Eden*. Weidenfeld & Nicolson. London: The Orion Publishing Group.

DENNET, D. (1995) *Darwin's Dangerous Idea — Evolution and the Meaning of Life*. London, Penguin Books.

DIAMOND, M. C. (1988) *Enriching Heredity*. N. York: The Free Press. *Apud* Pally, R. (1997).

DUVE, C. (1995) *Poeira Vital — A Vida como Imperativo Cósmico*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1997.

EAGLE, M. (1998) Freud's legacy. Defenses, somatic symptoms and neurophysiology, in *Freud and the Neurosciences*. Viena: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften.

EDELMAN, G. (1989) *The Remembered Past*. N. York: Basic Books.

_____. & TONONI (2000) *A Universe of Consciousness — How Matter Becomes Imagination*. N. York: Basic Books.

EISENBERGER *et al.* (2003) *Does rejection hurt? An FMRI study of social exclusion*. *Science* 302: 290-92.

ERIKSON, E. (1963) *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

FAIRBAIRN, W. R. D. (1935-1951) *Estudio Psicoanalítico de la Personalidad*. B. Aires, Ediciones Hormé S.A. 1966.

FERNÁNDEZ, T. R. (1984) Introdução, in Darwin, Charles (1859) *La Expresión de las Emociones en los Animales y en los Hombres*. Madrid: Alianza Editorial.

FONAGY, P. (1999) *Memory and Therapeutic action*. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 80:215.

FREUD, S. e BREUER, J. (1893a) On the psychical mechanism of hysterical phenomena: Preliminary communication, in *Studies on hysteria*.

BIBLIOGRAFIA

The Complete Psychological Works of Sigmund Freud Vol. 2 Hogarth Press. London. 1963. (S. E. 2)

- FREUD, S. (1894a) The neuro-psychosis of defence. *S. E.* 3.
- _____. & BREUER, J (1895d) Studies on hysteria. *S. E.* 2.
- _____. (1896a) Heredity and the aetiology of the neuroses. *S. E.* 3.
- _____. (1900a) The interpretation of Dreams. *S. E.* 4 e 5.
- _____. (1901b) The psychopathology of everyday life. *S. E.* 6.
- _____. (1905d) Three essays on the theory of sexuality. *S. E.* 7.
- _____. (1914c) On narcissism: an introduction. *S. E.* 14.
- _____. (1914d) On the history of the psycho-analytic movement. *S. E.* 14.
- _____. (1914g) Remembering, repeating and working through. *S. E.* 13.
- _____. (1915c) Instincts and their vicissitudes. *S. E.* 14
- _____. (1915d) Repression. *S. E.* 14.
- _____. (1915e) The unconscious. *S. E.* 14.
- _____. (1916-17) Introductory lectures on psycho-analysis: narcissism and libido theory. *S. E.* 16.
- _____. (1917d [1915]) - A metapsychological supplement to the theory of dreams. *S. E.* 14.
- _____. (1918b [1914]) - From the history of an infantile neurosis. *S. E.* 17.
- _____. (1919a [1918]) Lines of advance in psycho-analytic therapy. *S. E.* 17.
- _____. (1920g) Beyond the pleasure principle. *S. E.* 18.
- _____. (1921c) Group psychology and the analysis of the ego. *S. E.* 18.
- FREUD, S. (1923b) The ego and the id. *S. E.* 19.
- _____. (1924b [1923]) Neurosis and psychosis. *S. E.* 19.
- _____. (1926d [1925]) Inhibitions, symptoms and anxiety. *S. E.* 20
- _____. (1927c) The future of an illusion. *S. E.* 21.
- _____. (1930a) Civilization and its discontents. *S. E.* 21.
- _____. (1933a) New introductory lectures on psycho-analysis: Weltanschauung. *S. E.* 22.
- _____. (1933a) New introductory of psycho-analysis: anxiety and instinctual life. *S. E.* 22.
- _____. (1933b) Why war? *S. E.* 22.

- _____. (1937c) Analysis terminable and interminable. *S. E.* 23.
- _____. (1940a [1938] An outline of psycho-analysis. *S. E.* 23.
- _____. (1940b {[1938]) Some elementary lessons in psycho-analysis. *S. E.* 23.
- _____. (1950a [1895] – Project for a scientific psychology. *S. E.* 1.
- _____. (1950a) The Fliess papers. *S. E.* 1.
- _____. (1953 [1891]) *On Aphasia. A Critical Study*. N. York: International Universities Press.
- _____. (1960) *Correspondência de Amor e Outras Cartas - 1873-1939*. R. de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.
- _____. (1974) *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.
- _____. (1985 [1915] *Neuroses de Transferência: Uma Síntese*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1985) [1887-1904] *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Ed. J. M. Masson. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1986.
- FREUD, A. (1936) *O Ego e os Mecanismos de Defesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular.
- GABBARD, O. & WESTEN, D. (2003) Rethinking therapeutic action. *The International journal of Psycho-Analysis*, 84:823-841.
- GAZZANIGA, M. (1998) The split brain revisited, in *Scientific American* 279-1.
- GLOVER, E. (1937) The psycho-analysis of affect. *The International Journal of Psycho-Analysis*. 20
- GOULD, S. J. (1994) The evolution of life on the earth, in *Life in the universe - Scientific American - Special Issue*, Oct.
- _____. 2002) *The Structure of Evolutionary Theory*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.
- GOURHAN-LEROI, A. (1964) *As religiões da Pré-história*. Lisboa: Edições 70.
- GREEN, A. (1973) *O Discurso Vivo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.
- _____. (1986) *Entrevista ao Jornal IDE*, Soc. Bras. Psicanál. SP.
- GREENSON, R. (1967) *The Technique and Practice of Psychoanalysis*. N. York: International Universities Press.
- HANNS, L. (1996) *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

BIBLIOGRAFIA

HARLOW, H. F. (1959) O amor em filhotes de macacos, in *Psicobiologia — As Bases Biológicas do Comportamento*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1975.

HARTMANN, H. (1939) - *A Psicologia do Ego e o Problema da Adaptação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

_____. (1950) Comments on the psychoanalytic theory of the ego, in *Essays on Ego Psychology*. N. York: The International Universities Press, 1964.

_____. KRIS, E. & LOEWENSTEIN, R. (1946) Comments on the formation of psychic structure, in *The Psychoanalytic Study of the Child*. Vol.2.

HEIMAN, P. (1950) On countertransference. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 31: 81.

HEYMER, A. (1976) *Dicionário Etológico*. Barcelona: Ediciones Omega S.A, 1982.

HOBSON, J. A. (1994) *The Chemistry of Conscious States — How Brain Changes its Mind*. London: Litton, Brown.

HOFER (1995) Hidden regulators — implications for a new understanding of Attachment, Separation and Loss, in *Attachment Theory* - ed. S. Goldberg, R. Mur & J Kerr. Hillsdale: The Analytic Press.

HYPPOLITE, J. (1971 [1955]). Commentaire parlé sur la *Verneinung* de Freud, in Lacan, J. (1966) *Écrits*. Paris: Éditions du Seui.

HUXLEY, A.(1928) *Point Counter Point*. London: Penguin Books, 1995.

JONES, E. (1953) *Vida y Obra de Sigmund Freud*. B. Aires: Editorial Nova, 1959.

KANDEL, E. & HAWKINS, R. (1992) The individual basis of learning and individuality. *Scientific American*, 267.

KEMPERMANN, G. & GAGE, F. H. (1999) New nerve cells for the adult brain. *Scientific American*, edição de maio.

KERNBERG, O. (1982) Self, ego, affects and drives, in *Severe Personality Disorders*. New Haven: Yale University Press, 1984.

KLEIN, M. (1975) *The Writings of Melanie Klein*. London: The Hogarth Press.

KOHUT, H. (1971) *Análisis del Self*. B. Aires: Amorrortu Editores, 1977.

_____. (1972) Thoughts on narcissism and narsissistic rage, in *The Psychoanalytic Study of the Child* — 27:360

_____. (1984) *How Does Analysis Cure?* Chicago: The University of Chicago Press.

KUHN, C. M. & SCHANBERG, S. M. (1991) Stimulation in infancy and brain development, in *Psychopathology and the Brain*, ed. B. J. Carroll & J. E. Barrett. N. York: Raven Press. *Apud* Hofer, M. (1995).

LACAN, J. (1964) *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse — Le Seminaire, Livre XI*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1966) *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil.

_____. (1978) *Le moi dans la théorie et dans la technique de la psychanalyse. Le Seminaire, livre II*. Paris. Edition du Seuil.

LALANDE, A. (1926) *Dicionário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE DOUX, J. (1994) Emotion, memory and the brain. *Scientific American* – jun.

_____. (1996) *The Emotional Brain — The Mysterious Underpinnings of Emotional Life*. N. York: Simon & Schuster, 1998.

LEAKEY, R. (1979) – *Comentários à Origem das Espécies*, de Charles Darwin. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Melhoramentos, 1982.

_____. (1994) *The Origin of Humankind*. Phoenix. London: Orion Books.

LLINÁS, R. & PARÉ (1996) The brain as a closed system modulated by the senses, in *The Mind-Brain Continuum* – ed. R. Llinás e P. S. Churchland. M.I.T. Press.

LOEWALD, H. (1960) *On the Therapeutic action of Psychoanalysis*. *Int. J. Psycho-Anal.* 41:16-33.

_____. (1970) *Psychoanalytic theory and psychoanalytic process*. *The Psychoanalytic Study of the Child* 25: 45-68.

LORENZ, K. (1965) *Evolução e Modificação do Comportamento*. Rio de Janeiro: Editora Interciência Ltda. 1986.

_____. (1983) *A Demolição do Homem — Crítica à Falsa Religião do Progresso*. S. Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

MAHLER, M. (1952) On child psychosis and schizophrenia: autistic symbiotic infantile psychosis, in *The Psychoanalytic Study of the Child*, 7.

_____. (1979) *O Processo- de Separação-Individualização*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1982).

MELTZER, D. (1967) *O Processo Psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1971.

MITHEN, S. (1996) *The Prehistory of the Mind*. London: Thames and Hudson.

MOLIÈRE (1671) – Le Bourgeois Gentilhomme, in *Théâtre Choisi de Molière*. Paris: Éditions Gainier Fieres.

PALLY, R. (1997a) How the brain actively constructs perceptions. *Int. J. Psychoanal.* 78, 1021.

_____. (1997b) Memory: brain systems that link past, present and future. *Int. J. Psychoanal.* 78: 1223.

_____. (1998a) Emotional processing: the mind-body connection. *Int. J. Psychoanal.* 79, 349.

_____. (1998b) Consciousness: a neuroscience perspective. *Int. J. Psychoanal.* 79, 971.

PAVLOV, I. (1972) *Reflexos Condicionados e Inibições*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PFEFFER, A. (2000) *Prefácio de Clinical Studies in Neuro-Pschoanalysis, de K. Kaplan-Solms e M. Solms*. London: Karnack Books.

PINKER, S. (1994) *The Language Instinct*. Allen Lane. London: The Penguin Books Press.

PINKER, S. (2002) *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*. Viking Press.

PRIBRAN, K. (1998) One century of progress? — in *Neuroscience of the Mind in the Centennial of Freud's Project for a Scientific Psychology*. Annals of the New York Academy of Sciences.

_____. & GILL, M. (1976) *Freud's "Project" Re-assessed*. N. York, Basic Books Inc.

RAMACHANDRAN (1996) Illusions of body image: what they reveal about human nature, in *The Mind/Brain Continuum*, ed. R. Llinás & P. S. Churchland. Cambridge: MIT Press.

RAPAPORT, D. (1953) On the psychoanalytic theory of the affects. *The International Journal of Psycho-Analysis*. 34.

_____. (1960) *A Estrutura da Teoria Psicanalítica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

SACKS, O. (1998) Sigmund Freud: the other road, in *Freud and the Neurosciences*. Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, Viena.

SCHANBERG, S. (1988) Relato ao 26º Encontro Anual do American College of Neuropsychopharmacology, in *Science*, 239, pp. 142-44.

SCHORE (1994) *Affect Regulation and the Origin of the Self — The Neurobiology of of Emotional Development*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

_____. (1997) A century after Freud's Project: a rapprochement between psychoanalysis and neurobiology at hand? *Journal of the American Psychoanalytical Association*. 45: 807/840.

SEARLE, J. (1997) *The Mistery of Consciousness*. N. York: New York Review of Books.

SOLMS, M. (1998) Before and after Freud's Project, in *Neuroscience of the Mind on the Centennial of Freud's Project for a Scientific Psychology*. Annals of the New York Academy of Sciences.

_____. & KAPLAN-SOLMS, K. (2000) *Clinical Studies in Neuro-Psychoanalysis*. London: Karnack Books.

SOUSSUMI, Y. (1999) *Afetos, Emoções, Instintos, Psicanálise e Ciência*. Apresentado em reunião científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 10.6.99.

SPITZ, R. (1945) Hospitalism — an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood. *Psychoanal. St. Child*, 1:53.

_____. (1946) Hospitalism — a follow-up report on investigation described in volume I, 1945. *Psychoanal. St. Child*, 2:113

STERN, D. *et al* (1998) Non-interpretive mechanisms in psychoanalytic therapy: the "something more" than interpretation. *The International Journal of Psycho-Analysis*, 79:903-921.

STRACHEY, J. (1963) Comentários editoriais in *The Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. Vol. 1.

SUOMI, S. J. (1995) Influence of attachment theory on ethological studies of biobehavioral development in nonhuman primates, in *Attachment Theory* - ed. S. Goldberg, R. Muir e J. Kerr. Hillsdale: The Analytic Press.

TEICHER, M. (2002) Scars that won't heal: the neurobiology of child abuse. *Scientific American*: 286 - 3.

WEISKRANTZ, L. (1986) *Blindsight: A Case Study and Implications*. Oxford University Press. *Apud* Crick, F. (1994) e Pribram, K. (1997).

WILSON, E. O. (1978) *On Human Nature*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

_____. (1998) *Consilience — The Unity of Knowledge*. N. York: Alfred A. Knopf.

WINNICOTT, D. (1949) Mind and its relation to the psyche-soma, in *Through Paediatrics to Psycho-Analysis*. London: The Hogarth Press, 1958.

BIBLIOGRAFIA

_____. (1951) Transitional objects and transitional phenomena, in *Through Paediatrics to Psycho-Analysis*. London: The Hogarth Press, 1958.

_____. (1960) Ego distortions in terms of true and false self, in *The Maturational Process and the Facilitating Environment*. London: The Hogarth Press, 1972.

WINSON, J. (1990) *The meaning of dreams*. *Scientific American*, edição de novembro.